



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SEBASTIÃO MONTEIRO OLIVEIRA

ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ESTADO DE RORAIMA

2016

SEBASTIÃO MONTEIRO OLIVEIRA

**ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO E AS
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO ESTADO DE
RORAIMA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

2016

Oliveira, Sebastião Monteiro.

A organização do sistema de ensino e as políticas de formação docente no estado de Roraima./ Sebastião Monteiro Oliveira. 2016.

247 f.

Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

Orientador (a): Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

I. Roraima. 2. Formação de professores. 3. Políticas educacionais. 4. Educação básica. 5. Educação indígena.

I. Carvalho, Celso do Prado Ferraz de.

II. Título

CDU 37

Banca Examinadora

PROF. DR. CELSO DO PRADO FERRAZ DE CARVALHO – UNINOVE

PROF. DR. JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS – UNINOVE

PROF^a DRA. CELIA MARIA HAAS – UNICID

PROF^o DR. JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR – UFSCAR

PROF^o DR. CARLOS BAUER DE SOUSA.

A minha esposa Cinthia e demais familiares a quem amo de todo coração. Homenagem póstuma á minha mãe que nos deixou antes da defesa da tese, também ao meu pai e meu irmão Gilberto, pessoas que perdi mas que continuam vivendo em minhas lembranças

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus o doador da vida, que me propiciou esse momento, chegando a esta etapa da minha formação acadêmica;

A UNINOVE, que me recebeu de braços abertos e me permitiu concluir essa etapa de minha formação. Agradeço aos dois Programas: PPGE e PROGEPE;

A toda equipe de professores do PPGE e PROGEPE da UNINOVE, em particular ao meu orientador, o professor Celso Carvalho;

A UFRR, aos colegas de trabalho e, em particular, ao colegiado do Curso de Pedagogia, que autorizou o afastamento de minhas atividades para cursar o Doutorado em Educação em São Paulo;

A minha esposa Cinthia Marília, que esteve ao meu lado em todos os momentos e me incentivou quando foi preciso, me confortou quando foi necessário, enxugou minhas lágrimas nos momentos de extrema dor e tristeza e se alegrou comigo nos momentos de alegria;

A todas aquelas pessoas que me incentivaram com palavras de ânimo e conforto em Manaus, Roraima e São Paulo e outros locais por onde passei;

A Editora Livrus, que publicou meus primeiros livros e me deu a oportunidade de contribuir dessa forma para a formação de professores;

Enfim, agradeço a todos os meus professores, que contribuíram na minha formação, a todos os meus alunos da graduação e da pós-graduação que, de alguma maneira, me ensinaram a ser um professor melhor, com críticas e comentários, nas salas de aula e fora delas.

A todos, o meu agradecimento e minha gratidão.

[...] Em breve não seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, 1.600 quilômetros acima da foz do rio Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do boom, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar *Il Trovatore*? Grupos de paladinos dos novos hábitos já estavam à frente dos destinos de seus países, como os chamados científicos no México, ou se preparando para isso, como o também significativamente chamado Comitê para a União e o Progresso (mais conhecido como Jovens Turcos) no Império Otomano ? O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e ideias ocidentais – e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e das conquistas militares.

Eric J. Hobsbawm(1917)

RESUMO

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objeto de estudo o sistema educacional roraimense, seus desafios, dificuldades, avanços, retrocessos e as políticas educacionais para a formação de professores para atuar na educação básica. O texto apresenta dados do período 1945-2015, esporadicamente retroagindo a 1890, quando foi criado o município de Boa Vista. O recorte central da pesquisa recai sobre as ações desenvolvidas ao longo desse período visando equacionar o problema da falta de professores para a educação básica. A pesquisa tem um caráter descritivo-analítico, privilegia o levantamento de dados e as ações realizadas no processo de organização do sistema de ensino de Roraima, com especial atenção para as políticas de formação de professores para a educação básica. Nesse intento, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental, com a intenção de organizar a grande quantidade de dados já existentes, mas que se encontram de forma dispersa. Utiliza-se, como fonte primária, de artigos de jornais de diferentes épocas, de depoimentos de pessoas que participaram desse processo, de imagens dos períodos pesquisados, obtidas em jornais do Estado, arquivos públicos e do acervo do autor, de dados extraídos de diferentes bases oficiais, como do INEP, da UFRR, da UERR e do IBGE. Esse conjunto de dados e informações coletadas permitiu a realização de um mapeamento amplo que mostra desde as primeiras iniciativas de educação em 1890 até as condições atuais do ensino no Estado. Os dados obtidos nos permitem afirmar que o processo de criação e organização do sistema de ensino sofre modificações à medida que se altera o estatuto político da região, passando de Vila, para Território e, finalmente em 1988, a Estado da Federação. Nesse longo processo, a formação de professores sempre foi o problema central e impeditivo para a expansão do sistema de ensino. Apresentamos no texto um amplo conjunto de ações, em sua maioria de cunho emergencial e temporário, realizadas para resolver essa questão. Somente na década de 1970, com o surgimento das primeiras ofertas de ensino superior é que tem início a diversificação e o aumento das possibilidades de formação de professores. A pesquisa mostra que a proliferação de instituições públicas e privadas de ensino superior equacionou em parte essa situação, pois se ela apresenta dados crescentes quanto à oferta de vagas para formação de professores para a educação básica, as condições de trabalho dos professores são muito precárias, com escolas sucateadas, a desvalorização do profissional da educação, problemas com a carreira docente etc. O trabalho também apresenta a situação do ensino profissionalizante, que tem ampliado a oferta, especificamente após a criação de uma escola pertencente à Rede Federal de Educação Tecnológica. Analisa os dados recentes apresentados pelo ensino em Roraima, especificamente após a criação do IDEB. Apesar dos dados coletados mostrarem números bastante positivos, os mesmos dados mostram que muito ainda a ser feito. A pesquisa procurou desvelar os aspectos da educação nesta parte da Amazônia, por meio da descrição da oferta de educação básica, ensino superior e educação profissional, permeada pelas políticas de formação docente.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação Indígena. Formação de Professores. Políticas Educacionais. Roraima.

ABSTRACT

This paper presents the results of a research that had as its object of study

Roraima State educational system, its challenges, difficulties, progress, setbacks and primary education teacher training policies. The text presents data from 1945 to 2015, occasionally referring back to 1890, when the city of Boa Vista was created. The central part of the research rests on the actions taken to solve the lack of teachers for basic education problem during that period. The research is descriptive and analytical and favors the data collection and the actions taken in the process of organizing Roraima education system, specially related to primary education teacher training policies. In this purpose, it uses bibliographic and documentary research aiming to organize the large amount of existing dispersed data. Newspaper articles from different eras, and testimonials of people who participated in this process, and images of the surveyed periods - obtained in state newspapers- and public archives and the author's collection, and data extracted from different official bases - such as INEP, UFRR, the UERR and IBGE - were used as a primary sources. This set of data and information allowed for a broad mapping from the early education initiatives in 1890 to the current conditions of education in the state. The data obtained allow us to state that the process of creation and organization of the education system undergoes through changes as the political status of the region changes, from village to Territory and finally to State of the Federation in 1988. In this long process, teacher training has always been the central problem and an impediment to the expansion of the education system. A wide range of actions is presented in the text, mostly of emergency and temporary nature, put in practice to solve this issue. Only in the 1970s, with the emergence of the first higher education offers, teacher training opportunities begins to diversify and increase. This research shows that the proliferation of public and private institutions of higher education equated only partially this situation because while it presents a data growth in the number of teacher training openings for basic education, teachers' working conditions are substandard with scrapped schools, the devaluation of professional education, problems with teaching career, etc. This work also shows the status of vocational education, which has expanded the offer, specifically after the creation of a school belonging to the Federal Network of Technological Education. It analyzes recent Roraima educational data, especially after the creation of IDEB. Although the data collected show very positive numbers, the same data shows that much remains to be done. The research sought to uncover aspects of education in this part of the Amazon, through the description of basic education, and higher education, and vocational education offer, permeated by teacher training policies.

Keywords: Basic education. Educational policies. Indigenous education. Roraima. Teacher training.

RESUMEN

Este texto presenta los resultados de una investigación que tuvo como objeto de estudio el sistema educativo roraimense, sus desafíos, dificultades, avances, retrocesos y las políticas educativas para formación de maestros para trabajar

en la enseñanza primaria. El texto presenta datos del período 1945-2015, y de forma esporádica retroactiva a 1890, cuando se creó la ciudad de Boa Vista. La parte central de la investigación se basa en las acciones llevadas a cabo durante este periodo con el objetivo de resolver el problema de la falta de maestros de educación básica. La investigación es de carácter descriptivo y analítico, favorece la recolección de datos y las medidas adoptadas en el proceso de organización del sistema educativo de Roraima, con especial atención a las políticas de formación del profesorado para la educación básica. En este propósito, se utiliza la investigación bibliográfica y documental con la intención de organizar la gran cantidad de datos existentes, pero que se encuentran de forma dispersa. Se utiliza, como fuente primaria, de artículos de periódicos de diferentes épocas, testimonios de personas que participaron en este proceso, las imágenes de los periodos estudiados, obtenidas en los periódicos estatales, archivos públicos y la colección el autor, de los datos extraídos de diferentes bases oficiales, como INEP, UFRR, el UERR e IBGE. Este conjunto de datos e información recopilada permitió un amplio mapeo, para mostrar desde las primeras iniciativas de educación en 1890 hasta las condiciones actuales de la educación en el estado. Los datos obtenidos permiten afirmar que el proceso de creación y organización del sistema educativo se somete a cambios a medida que cambia el estatus político de la región, de pueblo en territorio y, finalmente, en 1988, en Estado de la Federación. En este largo proceso, la formación del profesorado ha sido siempre el problema central y impedimento para la expansión del sistema educativo. Presentamos en el texto una amplia gama de acciones, en su mayoría de naturaleza emergencial y temporaria, realizadas para resolver este problema. Sólo en la década de 1970, con la aparición de las primeras ofertas de educación superior, comienza la diversificación y el aumento de las oportunidades de formación de profesores. La investigación muestra que la proliferación de instituciones públicas y privadas de educación superior equiparado en parte esta situación, ya que presenta cada vez más datos sobre el número de vacantes para la formación de docentes para la educación básica, pero las condiciones laborales de los profesores son muy pobres, con las escuelas desechadas, la devaluación de los profesionales de la educación, los problemas con la carrera de maestro, etc. El trabajo también muestra el estado de la formación profesional, que se ha ampliado la oferta, especialmente después de la creación de una escuela que pertenece a la Red Federal de Educación Tecnológica. Analiza los datos recientes de la enseñanza en Roraima, sobre todo después de la creación del IDEB. A pesar de los datos recogidos mostraren números muy positivos, los mismos datos muestran que aún queda mucho por hacer. La investigación buscó descubrir aspectos de la educación en esta parte de la Amazonía, con la descripción de la oferta de educación básica, educación superior y formación profesional, permeada por las políticas de formación docente.

Palabrasclave: Educación básica. Educación indígena. Formación del profesorado. Políticas educativas. Roraima.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1890.....	29
Figura 2 – Sede da Fazenda Boa Vista em 1904	30

Figura 3 – A Chalupa Eleanor II e o hidroavião Eleanor III – 1925	32
Figura 4 - Imagem área de Boa Vista em 1925	33
Figura 5 – Prédio da Prelazia de Roraima em 1949	35
Figura 6 – Assinatura do contrato para execução do plano urbanístico de Boa Vista em 1944	36
Figura 7 – Rua Bento Brasil no centro de Boa Vista no início das obras do plano urbanístico de Boa Vista em 1945.....	37
Figura 8 - Os jardins e a fachada da residência oficial do governo em construção/década de 1940.....	37
Figura 9 – Os pioneiros da educação em Roraima: João Capistrano, Diomedes Souto Maior e padre Odilon Munding em 1925.....	46
Figura 10 – Religiosas beneditinas, as primeiras educadoras da região do Rio Branco – 1925.....	49
Figura 11 - Primeiro prédio da escola Lobo D’Almada - Primeira escola pública de Boa Vista– 1946	52
Figura 12 – Sede provisória da escola Pedro Teixeira na vila do Taiano construída pela comunidade – 1986.....	57
Figura 13 – Escola Euclides da Cunha em 1958 - Primeira escola de ensino médio em Boa Vista	63
Figura 14 – Capacitação do Mobral em Boa Vista – Jornal Boa Vista – 1981	75
Figura 15 – Atividade do Mobral em Boa Vista – Jornal Boa Vista – 1981.....	76
Figura 16 - Inauguração da Escola Hildebrando F. Bitencourt – Jornal Boa Vista – 1981.....	80
Figura 17 – Inauguração da Escola Penha Brasil - Jornal Boa Vista – 1982...81	
Figura 18 - Inauguração da Escola de Formação de Professores – Jornal Boa Vista – 1982 1981.....	82
Figura 19 - Dependências da Escola de Formação de Professores – Jornal Boa Vista – 1981.....	83
Figura 20 – Primeira página do Jornal Boa Vista – instrumento de propaganda do governo do Território Federal de do Rio Branco – 1983.....	90
Figura 21 – Desfile estudantil em Boa Vista em 1949.....	92
Figura 22 – Alunos prontos para o desfile estudantil em Boa Vista em 1966...92	
Figura 23 – Publicação do Jornal Boa Vista destacando o desfile cívico/estudantil – 1982.....	93
Figura 24 – Primeira equipe de professores formadores em Boa Vista em 1963	98
Figura 25 – Primeira equipe de professores formadores em 1963	98
Figura 26 – Certificado que cada professor que concluiu o curso de capacitação recebia em 1963.....	98
Figura 27 – Equipe de professores formadores em Boa Vista em 1966.....	99
Figura 28 – Equipe do Projeto Rondon em Boa Vista em 1975.....	101
Figura 29 – Casa do Estudante de Roraima para rapazes, em Manaus – 1975.....	106
Figura 30 – Casa do Estudante de Roraima para moças, em Manaus – 1975	107
Figura 31 – Sede do campus Avançado da UFSM em Boa Vista, em 1974..109	
Figura 32 – Posse do diretor do campus Avançado da UFSM em Boa Vista, em 1975.....	110
Figura 33 – Posse do diretor do campus Avançado da UFSM em Boa Vista, em	

1975.....	110
Figura 34 – Imagem de Edílio Cauamé de Oliveira – colação de grau na UFPA, em 1974.....	111
Figura 35 – Convite da colação de grau das primeiras turmas de Letras e Estudos Sociais - UFSM, em 1975.....	112
Figura 36 – Colação de grau das turmas de Letras e Estudos Sociais da UFSM em 1975.....	112
Figura 37 – Colação de grau de licenciatura curta de Educação Física da UFPA em Boa Vista, em 1981.....	114
Figura 38 – Formatura da 1ª turma de Pedagogia da UFSM em Boa Vista, em 1982.....	116
Figura 39 – Bloco VI da UFRR, em 1990.....	123
Figura 40 – Entrada do bloco IV da UFRR, em 1990.....	124
Figura 41 – Imagem aérea do campus do Paricarana da UFRR, em 2015....	125
Figura 42 – Prédio da Reitoria da UFRR – 2015.....	125
Figura 43 – Blocos I e II da UFRR em 1990.....	126
Figura 44 – Reportagem sobre a colação de grau dos professores do Magistério Parcelado Indígena e Projeto Caimbé, 1998.....	154
Figura 45 – Página inteira de jornal sobre a colação de grau do Magistério Parcelado Indígena e Projeto Caimbé, em 1998.....	155
Figura 46 – Instituto Insikiran - 2015.....	175
Figura 47 – Pátio externo do Instituto Insikiran – 2015	176
Figura 48 – Espaço Cultural do Instituto Insikiran – 2015.....	178
Figura 49 – Fachada da antiga ETFRR, em 1993.....	184
Figura 50 – Fachada do CEFET, em 2002.....	184
Figura 51 – Entrada principal da Unidade Descentralizada do Ensino de Novo Paraíso do IFRR, em 2009.....	185
Figura 52 – Colação de Grau dos Alunos de Contabilidade e Administração da Escola Gonçalves Dias, em 1978.....	187
Figura 53 – Grupo de formandos do curso de Contabilidade da Escola Gonçalves Dias, em 1978.....	188
Figura 54 – Professores votando pela permanência da greve, em 2015.....	214
Figura 55 – Cartaz pedindo aprovação do PCRR – 2015.....	215
Figura 56 – Interdição da BR 174 pelos professores indígenas – 2015.....	216

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População residente em Roraima em todos os censos realizados.....	41
Tabela 2 – Alunos matriculados nas turmas de alfabetização de adolescentes e	

adultos em Roraima nas turmas de alfabetização de adolescentes e adultos após os exames finais em 1948.....	60
Tabela 3 – Número de alunos matriculados em 1948.....	60
Tabela 4 – Número de alunos aprovados nas turmas de alfabetização de adolescentes e adultos após exames finais.....	61
Tabela 5 – Total de matrículas por escola em 1956 em Roraima.....	68
Tabela 6 – Taxa de aprovação por escola em Boa Vista em 1958.....	69
Tabela 7 – Matrícula de alunos por faixa etária nas séries iniciais em 1962....	70
Tabela 8 – Número de escolas capital/interior de Roraima em 1971.....	72
Tabela 9 – Total de professores no Território Federal de Roraima em 1971....	72
Tabela 10 – Número de escolas, alunos e professores no ensino médio 971.....	73
Tabela 11 – Número de alunos matriculados na capital e interior em Roraima, em 1981.....	118
Tabela 12 – Oferta do vestibular da UFRR para o período 1999.1.....	122
Tabela 13 – Oferta de vagas no vestibular da UFRR – 1993.1.....	127
Tabela 14 – Oferta de vagas no vestibular da UFRR – 1993.2.....	128
Tabela 15 - Oferta de vagas no vestibular - 1994.1.....	130
Tabela 16 - Oferta de vagas no vestibular - 1994.2.....	131
Tabela 17 – Total de alunos matriculados na UFRR no final de 1994.....	132
Tabela 18 – Vagas para bacharelado e licenciatura na UFRR no vestibular de 1999.....	134
Tabela 19 - Vagas para bacharelados e licenciaturas no vestibular da UFRR – 2010.....	148
Tabela 20 – Escolas indígenas por região em Roraima – 2015.....	157
Tabela 21 – Número de alunos formados pela UFRR até 2014.....	162
Tabela 22 – Vagas oferecidas no vestibular da UFRR – 2012.....	164
Tabela 23 -Vagas ofertadas no vestibular da UFRR – 2009.....	165
Tabela 24 – Concorrência de candidatos por vaga no vestibular da UFRR – 2015.....	170
Tabela 25 – Níveis e modalidades de ensino ofertados na ETFRR em 1994.....	183
Tabela 26 - Matrículas nas modalidades integradas, concomitantes e subsequentes ao ensino médio nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.....	192
Tabela 27 – Censo escolar dos municípios de Roraima em 1997.....	196
Tabela 28 – Total de matrículas nas redes estadual e municipal de Roraima em 2002.....	197
Tabela 29 – Porcentagem de crianças de 04 – 05 anos matriculados de 2001 – 2013.....	199
Tabela 30 – Porcentagem de crianças de 0 – 03 anos matriculados em creches entre 2001 – 2013.....	200
Tabela 31 – Taxa líquida de matrículas na faixa etária de 05 – 14 anos entre 2007 – 2013.....	201
Tabela 32 – Taxa líquida de matrícula no ensino médio de Roraima entre 2001 -2013.....	203
Tabela 33 – Escolaridade média da população de Roraima na faixa etária de 18-29 anos entre 1995-2013.....	204
Tabela 34 – Percentual de matrícula da população de Roraima na faixa etária de 18-24 anos no ensino superior entre 2001 – 2013.....	206
Tabela 35 – Percentual de professores por nível de escolaridade que atuam na	

rede pública de ensino – 2013.....	207
Tabela 36 – Resultado do IDEB em Roraima 2005 e 2013.....	209
Tabela 37 – Taxa de alfabetização em Roraima – 2001-2011.....	211
Tabela 38 – Taxa de analfabetismo funcional a partir da faixa etária de 15 anos ou mais na região norte – 2002 – 2009.....	212
Tabela 39 – Processo seletivo simplificado para professor da rede estadual de ensino – 2013.....	217

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Ano da emancipação políticas dos municípios de Roraima.....	39
Quadro 2 – Demonstrativo de escolas em funcionamento no Território Federal	

do Rio Branco em 1956.....	66
Quadro 3 – Cursos ofertados nos campi do interior pela UFRR.....	136
Quadro 4 – Instituições de ensino superior presentes em Roraima.....	139
Quadro 5 – Cursos de graduação por área específica em Roraima.....	145
Quadro 6 – Cursos de graduação ofertados por localidades e instituições.....	146
Quadro 7 – Instituições formadoras na modalidade a distância em Roraima – 2015.....	160
Quadro 8 - Cursos de licenciaturas presenciais e instituições ofertantes em Roraima 2015.....	168
Quadro 9 – Relação dos cursos de licenciaturas a distância em Roraima – 2015.....	169
Quadro 10 – Organizações indígenas na Amazônia e em Roraima – 2015...	179
Quadro 11 – Instituições que oferecem ensino profissionalizante em Roraima	190

LISTA DE SIGLAS

ALICIDIR – Aliança Integrada dos Povos Indígenas de Roraima
APIR – Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima
APITSM – Associação soa Povos Indígenas da Terra São Marcos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAp – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância
CEDUC – Centro de Educação
CEE/RR – Conselho Estadual de Educação de Roraima
CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CEFET/RR, Centro Federal Tecnológico Federal de Roraima
CENCINE – Centro de Ciências do Nordeste
CEFORR – Centro de Formação de Profissionais da Educação de Roraima
CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional
CEUCLAR - Centro Universitário Clarentiano
CFE – Conselho Federal de Educação
CIFCRSS – Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
CIR – Conselho Indígena de Roraima
COPIAR – Coordenação de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre
COPING – Conselho dos Povos Indígenas Ingaricó
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPC – Comissão Permanente de Concursos
CPV – Comissão Permanente do Vestibular
CTE/RR – Conselho Territorial de Educação de Roraima
DAPLAN/RR – Departamento de Planejamento de Roraima
DCNF – Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DEG – Departamento de Ensino de Graduação
DEI – Departamento de Educação Indígena
DERCA – Departamento de Registro Acadêmico da UFRR
EACEA – Agência de Execução relativa à Educação ao Audiovisual e à Cultura
EaD – Educação à Distância
Eagro – Escola Agrotécnica
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ETFRR – Escola Técnica Federal de Roraima
FAA – Faculdade Atual da Amazônia
FACETEN - Faculdade Cathedral e Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil
FARES - Faculdade Roraimense de Ensino Superior
FATEBOV – Faculdade de Teologia de Boa Vista
FATERR – Faculdade de Tecnologia de Roraima
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FCHBS – Faculdade de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde
FDBV – Faculdade de Direito de Boa Vista

FECEC – Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima
FIC – Formação Inicial e Continuada
FMI – Fundo Monetário Internacional
FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEC – Ginásio Euclides da Cunha
GED – Gratificação de Estímulo à Docência
GID – Gratificação de Incentivo à Docência
GTI – Gestão Territorial Indígena
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IED – Investimento Externo Direto
IES – Instituição de Ensino Superior
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados e Exportados
IPlexp - Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às exportações
ISE-RR – Instituto Superior de Ensino de Roraima
ISER – Instituto Superior de Ensino de Rorainópolis
ISSEeC – Instituto Superior de Segurança e Cidadania
ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações
ITRm - Imposto Territorial Rural (Quota – Parte dos municípios)
IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
LC – Lei Complementar
LDB – Leis de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
NECAR - Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe
NEEDS - Núcleo de Estudos do Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
NPJ - o Núcleo de Práticas Jurídicas
NAPRI - o Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais
NEI – Núcleo de Educação Indígena
NUCELE - Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras
NUHSA - Núcleo Histórico Sócio-ambiental
NUPENERG - Núcleo de Pesquisas Energéticas
NUPEPA - Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia
NUPS - Núcleo de Estudos Semióticos da Amazônia
NUREN - Núcleo de Recursos Naturais
NTEs - Núcleo de Tecnologias Educacionais

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMIR – Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
ONGS – Organizações Não Governamentais
OPIR – Organização dos Professores Indígenas de Roraima
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCR – Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Educação Básica de Roraima
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PECNS – Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior
PEE/RR – Plano Estadual de Educação do Estado de Roraima
PECNS – Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior
PEE/RR – Plano Estadual de Educação do Estado de Roraima
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PISAC – Programa Internacional de Avaliação Estudantil
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNEA – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POSAGRO – Programa de Pós-Graduação em Agronomia
PREAL – Programa e Promoção das Reformas Educativas na América Latina
PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício
PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação
PRONAICA – Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
PRONAT – Programa de Pós- Graduação em Recursos Naturais
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFP – Referenciais para Formação de Profissionais
RU – Restaurante Universitário
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SECD – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
SEF – Secretaria de Ensino Fundamental
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SODIUR – Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima
SINTER – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS – Serviço único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União
TWM – Associação dos Povos Indígenas Taurepang, Wapichama e Macuxi

UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UNDIME – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNINTER – Centro Universitário Internacional do Paraná
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIP – Universidade Paulista
UNIVIRR – Universidade Virtual de Roraima
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1	

ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO DO ESTADO DE RORAIMA	27
Introdução.....	27
1.1 Criação do Estado de Roraima.....	29
1.2 Primórdios do ensino: das primeiras iniciativas á criação da Divisão de Ensino em 1945.....	43
1.3 Organização da educação básica e da rede pública de ensino – 1945 à 1980.....	50
1.4 Contexto educacional roraimense no período de 1980-1990.....	77
1.5 Construção da identidade cívica em Roraima no período 1940-1985.....	86
 CAPÍTULO 2	
PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ENSINO SUPERIOR EM RORAIMA: ORGANIZAÇÃO E OFERTA.....	95
Introdução.....	95
2.1. Primeiros cursos de capacitação docentes nos anos de 1960.....	96
2.2. Primeiras iniciativas de oferta de ensino superior: 1970-1990.....	104
2.3. Ensino superior no período de 1990-2000: o papel estratégico da UFRR na formação docente e os primeiros vestibulares.....	120
2.4 Ensino superior em Roraima a partir dos anos 2000.....	139
 CAPÍTULO 3	
O CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA.....	151
Introdução.....	151
3.1 Políticas de formação de nível médio: Magistério Parcelado Indígena, Projeto Caimbé e Magistério Indígena Tami'kan.....	152
3.2 Políticas de formação de professores em nível superior e as instituições públicas formadoras de Roraima.....	158
3.3 Insikiran e a formação superior de professores indígenas	171
3.4 Trajetória da Escola Técnica Federal de Roraima e sua transformação em CEFET/IFRR.....	181
3.5 Educação profissional pública e privada em Roraima.....	186
3.6 Panorama educacional de Roraima a partir da criação do FUNDEF.....	193
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	222
ANEXOS.....	229

INTRODUÇÃO

A formação de professores tem constituído uma questão importante em todos os debates sobre políticas educacionais. O tema sempre é mencionado como requisito para um ensino de qualidade. Juntamente com outras demandas, como escolas bem equipadas, salas climatizadas, estrutura física adequada, carreira docente, financiamento e currículo formar professores tem sido, historicamente, pauta de reivindicação de vários grupos sociais.

O período que inicia em 1995 representa um momento importante para essa pesquisa, pois ele marca a ascensão de um grupo político ao poder que implantou uma série de políticas educacionais, desencadeando intenso debate acerca de concepções de formação docente, de currículo, de financiamento e de organização do sistema de ensino. Esse conjunto de ações no campo da educação foi, em grande parte, direcionado por um discurso mais amplo, de caráter internacional, que definiu o cenário e as fronteiras desse debate.

A política educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso – mas não somente ela – incorporou a agenda das organizações multilaterais que defendiam, no âmbito discursivo, teses que incorporavam a crítica ao Estado, especialmente aos mecanismos de gestão, financiamento e organização que enalteciam o mercado, que demandavam outra estrutura curricular, especificamente direcionada para a formação pelo modelo de competências, que propunham outra concepção de formação de professores. Em síntese, uma educação escolar orientada para a formação de um “novo” trabalhador, capaz de aprender e incorporar as novas demandas dos processos produtivos, a partir de novas habilidades cognitivas, sociais, de comunicação e de organização.

Essa “nova escola” exigia uma nova prática e um novo modelo de formação docente. Fortemente amparada nas teses defendidas no Relatório Dellors, o governo de FHC incorpora como modelo de formação a pedagogia das competências. Essa concepção de formação docente, bem como as políticas que ela produziu, como FUNDEF, FUNDEB, PDE, processos de avaliação dos sistemas de ensino, políticas de financiamento, ampliação dos processos de formação a distância, entre outros, tiveram sequência e, em alguns casos, foram ampliados nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Tal panorama impactou os diferentes sistemas educacionais em todo o país. A pesquisa, cujo relatório aqui apresentamos, teve como objetos de estudo o sistema de ensino e as políticas de formação de professores do Estado de Roraima. Em seu itinerário, a pesquisa objetivou fazer o mapeamento e a análise das primeiras iniciativas de ensino em Roraima, desde a criação do município de Boa Vista do Rio Branco, em 1890, até os dias atuais, destacando as dificuldades enfrentadas nesse processo como a ausência de professores formados e uma política de formação de docentes no Estado.

Descreve a criação, organização e evolução do sistema educacional roraimense, identificando suas políticas de formação docente e a ampliação da rede de escolas, o aumento de ofertas de vagas para a educação básica e a necessidade de professores habilitados para atuar na educação básica local.

Situa a trajetória histórica da educação básica nesta parte da Amazônia, incluindo as primeiras escolas, os primeiros professores, a criação da Divisão de Ensino em 1945, as políticas de formação de professores, suas dificuldades, desafios e as primeiras iniciativas de oferta de ensino superior, inicialmente na condição de Território Federal de Roraima e depois da Constituição de 1988 como estado-membro da federação.

Objetiva-se compreender como o sistema de ensino de Roraima se consolidou e quais políticas educacionais foram implantadas para desenvolver a formação de professores para a educação básica e o ensino superior. Além dos aspectos locais, é apresentado o panorama nacional no campo da educação, o que permite estabelecer a relação entre as políticas nacionais de ensino e as desenvolvidas inicialmente no Estado de Roraima, seguindo as políticas adotadas a partir de 1995.

A construção dessa tese implicou inicialmente uma revisão bibliográfica, em busca de dados nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Não sendo encontrado nenhuma literatura que discorresse sobre o tema proposto, partimos para a pesquisa de campo, realizando um levantamento bibliográfico e documental, em jornais, revistas e monografias de conclusão de curso e trabalhos de especialização.

Assim, as fontes iniciais de pesquisa foram teses e dissertações que apresentavam alguma informação sobre a questão educacional em Roraima, mesmo que na forma de pequenos recortes. Alguns livros antigos sobre Roraima apresentam informações sobre professores a partir das décadas de 1940, 1960, 1970 e 1980. Algumas dessas obras são raras, não tendo sido mais reeditadas nem disponíveis ao público geral. Encontramos um livro de um pesquisador inglês que retrata Roraima entre 1924 e 1925 e que contribuiu, no primeiro capítulo da tese, para caracterizar o contexto social, político e econômico da época.

Outras obras antigas foram utilizadas. Organizadas como relatório dos ex-governadores que passaram pelo Território Federal de Roraima¹, descrevem iniciativas em todos os setores, em particular na área educacional. Muito contribuíram para mapear como se deu a organização e os avanços da educação local. Obras mais recentes, escritas a partir de 1990, também trouxeram contribuições sobre a educação. Mesmo, em alguns casos, apresentando poucas informações, por não terem como objeto a educação, foram de grande valia, permitindo a compilação de dados inéditos, que ajudaram a compreender períodos completos sobre a educação nessa parte da Amazônia.

Outra fonte importante utilizada foram os jornais. Seria praticamente impossível conseguir informações das primeiras iniciativas de educação básica e de ensino superior. Muitas delas não são disponibilizadas pelos órgãos oficiais de Roraima, seja porque não existe registro oficial ou, simplesmente, por não haver arquivo público destinado a esse fim. Essas fontes foram utilizadas nos Capítulos 2 e 3 da tese. São fotos e reportagens de jornais antigos e atuais, que enriqueceram a pesquisa.

Os depoimentos coletados foram outra fonte importante para conclusão da pesquisa. Nesse caso, utilizamos depoimentos obtidos por fontes secundárias, especificamente jornais periódicos outras fontes sobre a educação

¹O Território Federal de Roraima foi criado em 1943 pelo Presidente Getúlio Vargas, antes pertencia ao Estado do Amazonas. Pela Constituição de 1988 Roraima passou a ser estado membro da federação.

no Estado, escritos por pessoas que participaram de alguma forma da construção do sistema educacional como professores, alunos ou colaboradores e que são apresentados, principalmente, no Capítulo 2.

Também realizamos um pequeno levantamento bibliográfico acerca da educação no Brasil contemporâneo, o que ajudou a compreender a relação entre as políticas educacionais implementadas nacionalmente e em Roraima, a influência de agências internacionais na formulação e concepção de formação de professores, de currículo e de sistema de avaliação da educação nacional.

Os dados e documentos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de órgãos do governo de Roraima, como o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Secretaria Estadual de Planejamento e a Secretaria Estadual de Educação ajudaram na apresentação de informações na forma de tabelas e quadros. São dados públicos que permitem análise dos avanços e retrocessos do ensino de Roraima, além da analogia com o panorama nacional.

Outra fonte utilizada foram as revistas que estão citadas ao longo do trabalho. Elas contribuíram com informações preciosas sobre o ensino e sobre a contextualização social de períodos anteriores. Para a compreensão da oferta da educação básica, a Revista dos Municípios, publicada em 1964, apresenta dados sobre a quantidade de matrículas realizadas no início dessa década e foi importante para o entendimento da educação nesse período.

A proposta para construir esta tese está estreitamente ligada a minha atuação, inicialmente na educação básica e depois no ensino superior, em Roraima a partir de 1995. Desde que cheguei para atuar como professor contratado da Secretaria de Educação e Desportos de Roraima, foi possível constatar a falta de professores habilitados para atuar na rede pública de ensino. Dirigi-me para Roraima respondendo a um edital de chamada de professores divulgado em jornais de Amazonas, Pará e de alguns estados do Nordeste. Foi assim que comecei a atuar nesta parte do país. Em maio de 1995 iniciei a lecionar numa escola da periferia de Boa Vista, no período vespertino e

noturno. Em julho do mesmo ano atuei como professor substituto na Universidade Federal de Roraima (UFRR), começando minha caminhada no ensino superior de Roraima. Em dezembro do ano seguinte fui aprovado em concurso público, assumindo a vaga de professor de carreira e lá estou trabalhando até hoje.

O contato com os professores das escolas públicas permitiu entender as inquietações e reivindicações desses profissionais. Antes de minha chegada havia ocorrido uma greve que se tornou referência para os movimentos seguintes. Os pontos de pauta eram sempre os mesmos, por conta do descaso do governo local em relação às reivindicações da categoria. Foi a partir desse momento que surgiu a intenção de realizar uma pesquisa sobre a educação roraimense.

A investigação sobre a organização, crescimento e consolidação do sistema de ensino sempre foi um tema instigante e que precisava ser pesquisado com profundidade. A construção dessa tese de doutorado foi a oportunidade encontrada para fazer esse registro das iniciativas educacionais de Roraima, desde os anos de 1890, quando era apenas uma pequena vila.

Após mais de 30 anos atuando como professor, coordenador pedagógico e participando de comissões e bancas nas redes de ensino públicas e privadas na educação básica e no ensino superior, em especial na UFRR, pretendo com esta pesquisa ajudar na compreensão do sistema educacional, especialmente nas relações entre ensino superior e educação básica em Roraima.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Descrever a trajetória da educação básica em Roraima, seus desafios e avanços;
- Apresentar um panorama da educação brasileira a partir de 1995 buscando entender as influências de agências internacionais na

concepção de formação de professores, de currículo e de avaliação estandarizada;

- Identificar as primeiras iniciativas de formação de professores de nível médio e superior e o início da oferta de ensino superior de Roraima;
- Contextualizar o ensino de Roraima na última década, seus avanços e retrocessos.

Este relatório de pesquisa está organizado em três capítulos. No Capítulo 1 é apresentado o Território Federal de Roraima, sua origem, organização social, política e econômica, desde o surgimento da vila de Boa Vista do Rio Branco, como parte do município de Moura, no Estado do Amazonas, sua transformação em município em 1890 e em Território Federal, em 1943. Também descrevemos as primeiras iniciativas de educação, os primeiros professores, as primeiras escolas, as dificuldades enfrentadas numa região de difícil acesso, a falta de professores e de infraestrutura adequada para funcionamento de escolas, o papel da igreja nesse processo e a criação da Divisão de Ensino, em 1945. A partir desse ano se inicia a estruturação da educação, com a construção e ampliação do número de escolas, contratação e capacitação de professores para atender a demanda da educação básica.

No Capítulo 2 são analisados os primeiros cursos de capacitação para professores das séries iniciais organizados por instituições e professores de outros estados, mostrando a dificuldade de formar profissionais para atuar no território. Apresentamos nesse capítulo as primeiras iniciativas de oferta de curso superior, na década de 1970, produto de convênios entre o governo do Estado e universidades de outras unidades federativas, a evolução do ensino superior em Roraima nas décadas seguintes, o surgimento da UFRR em 1990 e, nos anos 2000, a ampliação da oferta de ensino, com o surgimento de outras instituições, públicas e privadas.

Finalmente, no Capítulo 3 e último discorreremos sobre as políticas de formação de professores de nível médio e superior e a ampliação da oferta de cursos de licenciatura em Roraima, destacando a atuação das principais instituições públicas formadoras de nível superior. Também são descritas as

instituições particulares e o crescimento da oferta de cursos a distância. Discutimos também a educação indígena, a formação de professores para atuar nessas comunidades, o ensino profissionalizante e, por último, o atual contexto educacional roraimense, destacando seus problemas, avanços, retrocessos e perspectivas.

São utilizadas ao longo do trabalho muitas fotografias, que o enriquecem com imagens de época. Foram resgatadas de livros e jornais antigos, de acervos de pessoas que as colocaram à nossa disposição, inclusive dissertações e monografias. Foi uma construção muito difícil porque havia poucos dados e informações anteriores aos anos de 1990 a respeito de Roraima. Em muitos casos, só é possível escrever sobre determinados períodos com a utilização de reportagens e jornais de época. Sobre as universidades que vieram oferecer curso superior em Roraima não existem registros oficiais ou, se existem, não estão disponíveis para consulta. Nesse caso, as fontes são obtidas por meio de notícias de jornais e depoimentos pessoais. Por isso, as fotos constituíram fonte importante e muito utilizada em todos os capítulos da tese.

CAPÍTULO 1

ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO DO ESTADO DE RORAIMA

Introdução

Para compreender melhor os desafios e as dificuldades enfrentados no processo de construção do sistema de ensino de Roraima e as políticas de formação docente é importante apresentarmos o contexto socioeconômico e político desse pequeno Estado, localizado na Amazônia Setentrional, num dos

pontos extremos do Brasil.

Roraima– o local da pesquisa–, apresenta um panorama histórico que explica bem o atual contexto e estágio de desenvolvimento em que se encontra, pois ele possibilita a percepção do tamanho dos desafios e a dimensão do que representou e representa a organização de um sistema de ensino e a efetivação de políticas de formação docente num território federal, depois transformado em estado pela Constituição de 1988.

O objetivo da criação de tais territórios federais era o de ocupar os espaços vazios do território nacional, em especial na Amazônia, fato que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de ter sido criado em 13 de setembro de 1943, juntamente com os outros territórios federais, o Território Federal do Rio Branco só recebeu seu primeiro governador em junho de 1944, quando este chegou a Boa Vista.

Os desafios eram muito grandes. Os primeiros governadores encontraram um quadro bastante desanimador. Havia tudo a fazer, criar e organizar a máquina administrativa do território. No campo educacional, a divisão de ensino foi criada em 1945. Antes já havia iniciativas pioneiras no ensino. Professores dedicados passaram pela região dando sua contribuição. Educadores como Diomedes Souto Maior e João Capistrano Mota, entre outros, foram responsáveis pela educação de jovens em tempos difíceis.

Os governos se sucederam e cada um tentou, dentro de suas limitações, desenvolver o ensino na região. Ao longo desse primeiro capítulo, apresentamos dados referentes aos relatórios dos governadores Capitão Clóvis Nova da Costa, Major José Maria Barbosa e Coronel Hélio da Costa Campos, que atuaram em Roraima no final dos anos de 1940, 1950 e início dos anos de 1970, respectivamente. Há também informações levantadas em livros, revistas, jornais da época, artigos, dissertações, teses e depoimentos, todos apresentando subsídios para construir uma parte do mapeamento da trajetória da educação local.

A escassez de informações foi o grande desafio para a efetivação desta pesquisa. A partir dos anos de 1980 há um conjunto maior de informações, o que facilitou a elaboração do trabalho desse período.

Fatos importantes marcaram essa década. Nesse período foi descoberto ouro e diamante na porção setentrional do estado, trazendo uma grande quantidade de garimpeiros para Roraima: mais de 40.000 pessoas estiveram envolvidas direta e indiretamente na exploração desses minerais, teve seu auge entre 1987 e 1991 (MACMILLAN, 1995). Por conta dessa intensa atividade de garimpo, a população roraimense cresceu, em média, 10,46% no final da década de 1980, resultado do fluxo migratório para a capital Boa Vista e para as áreas rurais, o que implicou o aumento da demanda de serviços como saúde e educação. Muitos outros acontecimentos contribuíram para as mudanças que viriam ocorrer. Além desse aspecto, muitas situações de caráter político, social e econômico vão definir os rumos da educação em Roraima.

Por isso, é importante fazer um recorte e análise de cada período aqui apresentado, para compreender todo o mapeamento que está exposto nesta pesquisa, iniciando com uma retrospectiva histórica dos dados e fatos do campo educacional, propiciando uma visão da origem e as primeiras iniciativas de ocupação do território e de oferta de ensino, assim como da construção de escolas e formação de professores de nível médio e superior.

1.1 Criação do Estado de Roraima

Toda a região que hoje forma o Estado de Roraima era parte do Estado do Amazonas. Segundo Souza (1979), a primeira vez que a legislação amazonense fez referência à Bacia do Rio Branco foi na Lei nº 92 de 9 de novembro de 1858, criando a Freguesia do Carmo, acima da cachoeira do Bem-Querer, no lugar denominado Boa Vista.

Já existia no local, naquele período, um pequeno núcleo populacional, que anteriormente havia sido uma aldeia dos índios paravianas, onde hoje está localizada a cidade de Boa Vista, atual capital de Roraima. O explorador

Hamilton Rice, na sua expedição a esta região entre 1924 e 1925, referiu-se a Boa Vista como um aglomerado junto ao rio que tinha a honra de ser chamada de vila, com uma diminuta população estimada em 1.200 pessoas entre portugueses, brasileiros, mestiços, índios e negros (RICE, 1978).



Figura 1 – Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em 1890

Fonte: Acervo pessoal de Maria Goretti Leite (2011).

A Figura 1 mostra como era a vila de Boa Vista do Rio Branco em 1890, às margens do Rio Branco. Inácio Lopes de Magalhães (oficial do antigo Forte São Joaquim) deu o nome de Boa Vista ao local, quando, por volta de 1830, lá fundou uma fazenda de gado com o nome de Boa Vista. Existe até hoje a casa da fazenda, onde atualmente funciona o Bar e Restaurante “Meu Cantinho”, nas proximidades a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 2), sendo os lugares a origem da ocupação do atual município de Boa Vista.

No dia 27 de agosto de 1926, o governador do Amazonas, Ephifânio Ferreira Sales, concedeu foro de cidade à sede municipal, em cumprimento à Lei estadual nº 1262. Ainda sobre a jurisdição do Estado do Amazonas, a vila

passou a ser cidade de Boa Vista.



Figura 2 — Sede da Fazenda Boa Vista, em 1904.À direita aparece a igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo

Fonte: Acervo de George Huebener.

A Figura 2 mostra uma parte da história da Boa Vista antiga, em primeiro plano, a casa que servia de sede da Fazenda Boa Vista;ao fundo, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, dos padres carmelitas, que introduziram a figura da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo. Construíram inicialmente uma capela de palha, que ainda hoje está no mesmo lugar, tanto a casa da fazenda quanto a igreja é sítio histórico original da cidade.Essa foto foi tirada durante a expedição do governador do Amazonas Constantino Nery, que fez uma visita ao então Vale do Rio Branco.

O município de Boa Vista foi criado pelo Decreto Estadual do Amazonas nº 49, de 9 de julho de 1890. Era parte do município de Moura e sua instalação oficial só ocorreria no dia 25 de julho do mesmo ano, em sessão presidida pelo Capitão Fábio Barreto Leite, emissário do governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Villerroy.A antiga Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi, assim, elevada à categoria de município, com o nome de Boa Vista do Rio Branco. O Capitão Fábio Barreto Leite deu posse às primeiras autoridades da vila recém criada, cabendo a superintendência ao Coronel João Capistrano da Silva Mota, que foi também o primeiro professor dessa região.Também foram empossados, para o cargo de intendente (equivalente ao cargo de vereador), os senhores José

Francisco Coêlho e José Joaquim de Souza Junior. Assim começou a funcionar como uma pequena unidade administrativa o município de Boa Vista do Rio Branco, que se tornaria a capital do Território do Rio Branco em 1943(SOUZA, 1979).

A maioria dos artigos, monografias, teses e dissertações elaborados sobre essa região usam como referência os dados da expedição de Alexander Hamilton Rice que passou por Roraima entre 1924 e 1925, catalogando muitas informações e fotos, até hoje utilizadas nas pesquisas sobre a história e a antropologia da região. Esses relatos, por si só, não esclarecem muito a Boa Vista da época; foi necessário que outros historiadores escrevessem sobre Roraima e apresentassem informações sobre a educação nesses anos iniciais do antigo Vale do Rio Branco. A expedição de Hamilton Rice foi importante e o relato dela foi transformado em livro na Inglaterra. No Brasil foi traduzida e publicada pela Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, proposta por um deputado rio-branquense, Antônio Martins (COSTA, 1949). O cientista inglês demonstrou a essa Comissão com sua expedição, a importância da região. Conforme relata Costa (1949, p. 20).

Verificou-se, desse modo, que Alexander Hamilton Rice, com o mérito de haver inaugurado no quadrilátero guianenses novos sistemas de expedição científica, integra-se na procissão dos pioneiros, ao lado dos maiores cientistas que demandaram o Rio Branco. Seu relatório tem, portanto, para fins de planejamento econômico, na conformidade do preceito constitucional, o valor de um excelente subsídio aos trabalhos de levantamento, mostrando aos olhos do mundo o abandono da Bacia Amazônica.

Viajou de barco, entre 1924-1925, da Guiana a Boa Vista, com auxílio de indígenas que conheciam os rios da região. Contava com uma equipe de auxiliares, cada um na sua especialidade, canoas e um avião para mapear os locais a serem visitados, elaborando assim um relatório completo dos locais por onde passaram, que virou livro e se tornou referência para muitos pesquisadores até hoje, com 63 fotos. (RICE, 1978).

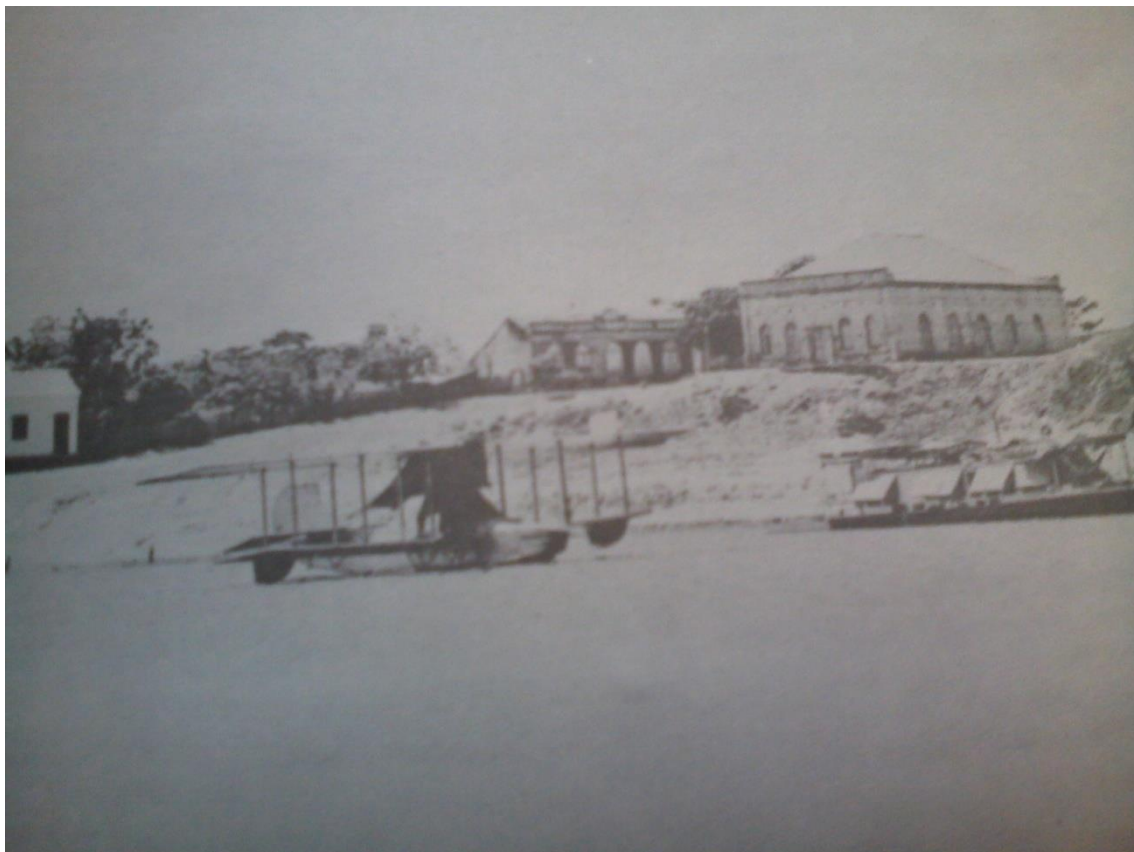


Figura 3 - A chalupa “Eleanor II” e o hidroavião “Eleanor III”, ancorado diante de Boa Vista. O edifício quadrado é a Intendência
Fonte: RICE (1925).

A chalupa era um tipo de embarcação de porte médio, conforme aparece na Figura 3. Hamilton Rice utilizava essa embarcação no antigo porto de cimento da Boa Vista antiga. Esse porto não existe mais, foi destruído para dar lugar à Orla Taumanan (atual praça suspensa à beira do rio Branco), sendo completamente ignorada importância histórica desse porto para o surgimento da vila que virou capital. Também nessa imagem consta o hidroavião utilizado na expedição, responsável pelo registro das fotos aéreas do local e pela elaboração de mapas da região.



Figura 4 - Imagem aérea da vila de Boa Vista em 1925

Fonte: RICE(1925).

A Figura 4 apresenta uma foto aérea de Boa Vista, naquele período a única vila do Rio Branco. Ao centro, no primeiro plano, a Intendência; pouco abaixo, isolada, acha-se a igreja; vê-se uma capela um pouco além do povoado, para a esquerda.

A expedição de Rice (1925) até hoje é uma referência, tanto no aspecto histórico daquele período, que ajuda a entender o Vale do Rio Branco, ainda tão inóspito quanto para compreender as dificuldades geográficas, econômicas e a questão do ensino, numa região de analfabetismo quase total.

Sobre a ocupação humana nessa região, no período anterior a 1920, sabe-se apenas da existência de 1050 habitantes, conforme Censo de 1940.

Havia uma preocupação mais local do primeiro governador do território, o Capitão Ene Garcez, que buscava estabelecer o chamado processo civilizatório, desenvolvendo um controle de ordem social, com vigilância constante das práticas cotidianas. Entre suas medidas estava a proibição de reuniões e ajuntamentos, imposição de um horário limite para a circulação na cidade (até as 18 horas) e o castigo severo, à luz do dia, dos “arruaceiros”, ou de qualquer

um que perturbasse a ordem pública. Essas medidas eram consideradas necessárias para o governo impor a ordem e combater o banditismo. O contingente que o governo dispunha era de 200 homens armados para garantir a segurança e manter a ordem. Esse era o contexto social durante o primeiro governo (RAMALHO, 2012).

Em 1944 o Capitão Ene Garcez utilizou a prelazia como sede do governo e separou um quarto para sua residência. Na parte da frente era o atendimento do governo, ao lado funcionava o serviço de rádio e a secretaria de administração. Os outros membros hospedavam-se em pensões. De acordo com o depoimento do próprio Ene Garcez, não existia nada organizado e nenhum funcionário. Solicitou que cada membro da equipe fosse realizar estudos na área na qual iria atuar. O Território Federal do Rio Branco tinha aproximadamente 15.000 habitantes e, na capital Boa Vista, a população era de aproximadamente 5.000. Quatro anos depois do último censo tinha apresentado crescimento e o número de habitantes era de 10.541 (FREITAS, 1993).

O trabalho dos missionários beneditinos foi importante nesse processo. Depois que a prelazia se desvinculou da Diocese de Manaus, ela foi confiada aos monges beneditinos, subordinados ao Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Essa ordem religiosa permaneceu no Território do Rio Branco de 1909 até 1948.

Com relação ao ensino, a prelazia foi importante pelo papel que exerceu no desenvolvimento educacional nos primeiros anos do século XX. Depois que a ordem beneditina se retirou de Boa Vista e foram substituídos pelos missionários da Ordem da Consolata que deram continuidade ao trabalho educacional e mantinham uma escola em que meninos e meninas aprendiam com as mães atividades caseiras, costura, leitura e escrita.

Foi de grande importância o trabalho missionário desenvolvido pela ordem beneditina nesse período, com um trabalho de longo alcance. Chegando ao Vale do Rio Branco, abriram escolas para meninas, tendo desde o início grande aceitação. Depois instalaram também um hospital, único que beneficiou a região do Rio Branco (LUNA, 1947). Fizeram grandes obras materiais, entre elas a reconstrução da igreja matriz, que existe até hoje, inclusive a já citada construção do hospital e o prédio da prelazia, onde residiam os monges e que serviria de

sede para os dois primeiros governadores do território. Também foram construídos outros dois prédios, um para residência das freiras e outro para escola.

O prédio da prelazia do Rio Branco (Figura 5) foi construído em 1924 pela Ordem dos Beneditinos. Em estilo neoclássico, localizado na avenida Bento Brasil, s/n, no centro de Boa Vista, servindo de sede da Diocese de



Figura 5 – Prédio da prelazia de Roraima inaugurado em 1924 pelos beneditinos, mantém até hoje a arquitetura original

Fonte: COSTA (1949).

Roraima. Foi tombado recentemente pela Prefeitura Municipal de Boa Vista e efetivado por intermédio da Lei nº 231, de 10 de Setembro de 1990.

Em 1946 começou a ser colocada em prática a reforma urbanística. A empresa responsável foi a Riobras, empresa carioca sob a chefia do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, com a supervisão do governador da época. A Figura 6 mostra a assinatura do contrato com a presença de várias autoridades.

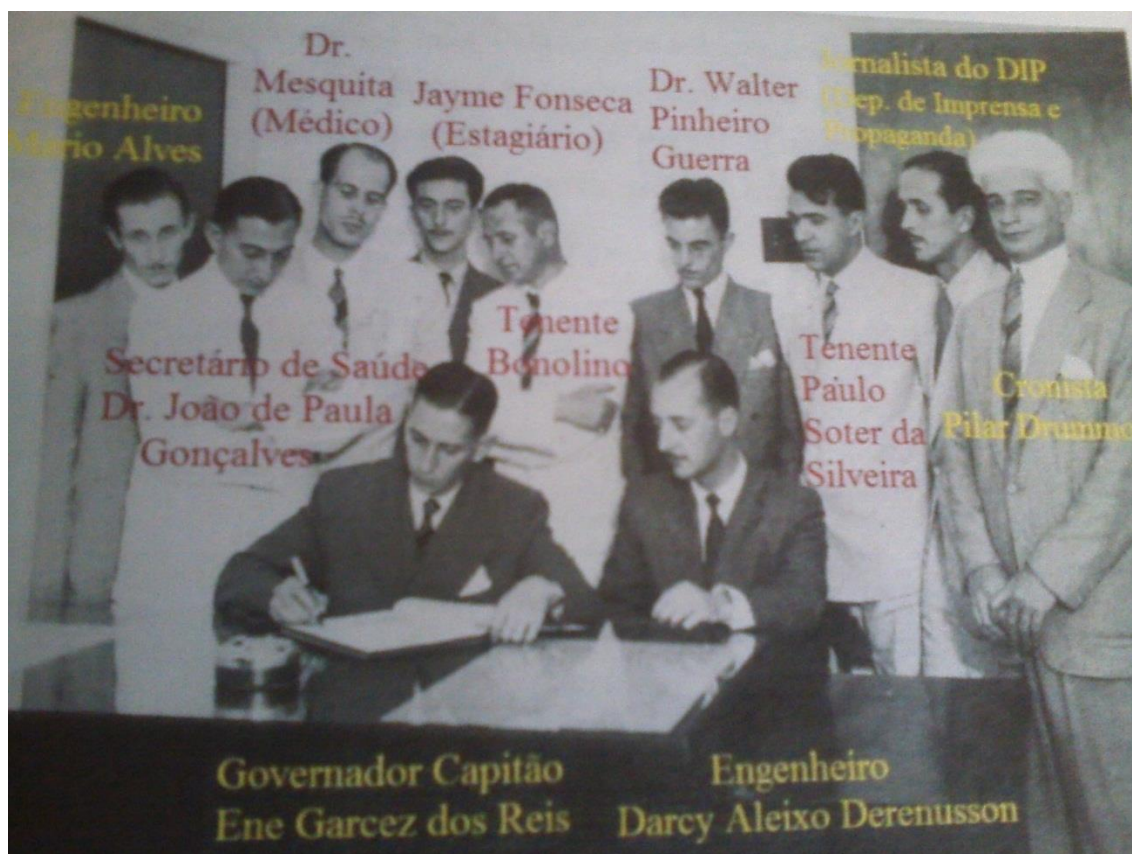


Figura 6 – Assinatura do contrato para execução do plano urbanístico de Boa Vista

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson (1944).



Figura 7– Rua Bento Brasil em obras no centro de Boa Vista

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson (1940).



Figura 8 – Construção da residência oficial do Governador – jardins e fachada da casa

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson(1940).

A Figura 7 mostra o início dos trabalhos de construção na Rua São Bento, no centro de Boa Vista. Na Figura 8, a construção da residência oficial do governo. Todos os governadores que eram indicados para o território tinham dificuldades de hospedagem e, algumas vezes, o prédio da prelazia (Figura 5) serviu de residência oficial e sede do governo. A partir de 1946 começou a construção da residência, conforme registrado na Figura 8. Lamentavelmente, na época da elaboração desta tese, a casa que um dia foi residência oficial dos governadores que passaram por aqui e que é patrimônio histórico do município, se encontra completamente abandonada e em ruína.

Uma lembrança importante foi o nome Rio Branco, dado ao principal rio da região pelo explorador Português Pedro Teixeira, que depois passou a denominar o território, criado em 1943. A razão do nome dado por este explorador surge da diferença da cor entre as águas do Rio Negro e a do rio em questão (SOUZA, 1979). Esse nome foi escolhido para designar o território, o que não foi escolha muito feliz, pois trouxe problemas para a região por conta da confusão criada—afinal, já existia uma cidade com esse nome na região Norte do Brasil.

O Território Federal do Rio Brancotinha como capital a cidade de Boa Vista do Rio Branco, até então a única cidade do território, depois a região do

Catrimani foi transformada no município de Caracará, passando a ter dois municípios. A questão da semelhança dos nomes causou problemas graves, conforme relatado a seguir:

Datava de muito tempo, os habitantes desta região vinham assistindo, entristecidos, sua correspondência simplesmente extraviar-se, muitas vezes para sempre. Os casos eram inumeráveis. É que a coincidência dos nomes – Rio Branco, capital do Território Federal do Acre e Rio Branco, município do Amazonas, ocasionava constantemente, essa terrível e lamentável confusão. (MAGALHÃES, 1986, p. 60).

Muitos anos ainda se passariam para resolver essa questão, os problemas causados devido a semelhança de nome com outra cidade continuou com correspondências perdidas, encomendas, processos jurídicos, remessas de numerários enviados para outro local, enfim, documentos importantes que criavam situações constrangedoras (MAGALHÃES, 1986).

A questão só foi resolvida com a troca de nome de Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima, com a publicação da Lei nº 4.182, de 13 de setembro de 1962, como resultado da aprovação do Projeto de Lei do deputado federal Valério Caldas de Magalhães, depois de acirrados debates no Congresso Nacional. É importante destacar que o Território tinha direito a apenas uma vaga na Câmara Federal e era o citado deputado que ocupava essa vaga.

O vocábulo Roraima é um substantivo composto por outros dois: roroi = cajú e imã = serra, montanha, isto é Roraima = Serra do Cajú. Esse é o significado etimológico do nome escolhido.

Atualmente, o Estado de Roraima é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no extremo da região Norte, sendo o estado mais setentrional do país. Tem por limites a Venezuela ao Norte e Noroeste, a República Cooperativa da Guiana ao Leste, Pará ao Sudoeste e Amazonas ao Sul e Oeste. Sua capital Boa Vista, local da sede do governo estadual, fica no Noroeste do país, a única capital que está totalmente no hemisfério Norte.

Roraima atualmente possui 15 municípios. Suas principais e mais populosas cidades são: Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre, Caracará, Mucajaí, Bonfim, Canta e Pacaraíma. No Quadro 1 é apresentado a relação dos

municípios de Roraima com as datas de criação. Em 1955 o Território Federal do Rio Branco tinha apenas dois municípios, em 1982 esse número chegou a oito e nos anos de 1994 e 1995 foram criados os outros sete, chegando ao total atual de 15 municípios, de acordo com o Quadro 1.

Municípios	Ano da emancipação política
Boa Vista	1890*
Caracaraí	1955**
Alto Alegre	1982**
Mucajá	1982**
Bonfim	1982**
Normandia	1982**
São Luiz do Anauá	1982**
São João da Baliza	1982**
Iracema	1994***
Caroebe	1994***
Amajari	1995***
Uiramutã	1995***
Pacaraima	1995***
Rorainópolis	1995***
Cantá	1995***

Quadro 1: Ano da emancipação política dos municípios de Roraima

Fonte: FREITAS (1996).

OBS.: *Como parte do estado do Amazonas. / ** Como Território Federal. / *** Como Estado.

A população de Roraima foi constituída inicialmente de nativos que vieram do Caribe. Índios caribes é a denominação do tronco central das tribos que habitam Roraima até hoje (macuxi, taurepang, ianomâmi entre outros). Estes subiram o rio Orinoco, na Venezuela, alcançando o rio Caurá, e daí passaram ao rio Parágua, por onde penetraram nos rios Uraricoera e Branco. Atualmente esse panorama se ampliou com o alto fluxo migratório para Roraima, conforme apresentado na Tabela 1.

O período áureo da borracha, nos anos de 1920, que ocorreu em Manaus e no Acre, trouxe para a Amazônia grande número de nordestinos. Esses não atingiram a região do Vale do Rio Branco por não ter a árvore que produzia o látex –a seringueira–, além de não ser atrativa por causa das dificuldades de

acesso.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1920, o município de Boa Vista apresentava uma população absoluta de 7.424 habitantes. Nesse período não havia meios de fazer um levantamento mais aprofundado nas regiões circunvizinhas, mas que não acrescentaria muito a esses números. Não foram localizados dados de Censo Demográfico de 1930, mas o Censo de 1940 demonstrou aumento da população para 10.541.

Com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 houve um aumento populacional significativo. Os censos de 1950 e 1960 apresentaram números mais elevados, de 18.116, quase o dobro, e de 28.871, respectivamente (SILVEIRA; GATTI, 1988).

Tabela 1- População residente em todos os censos realizados em Roraima

Ano	População	Observação	Hab/km²
1920	7.424	Censo-Am	
1930	10.000*	Censo-Am	
1940	10.541	Censo-Am	0,04
1950	18.116	Censo	0,08
1960	28.871	Censo	0,13
1970	40.885	Censo	0,18
1980	79.159	Censo	0,35
1991	217.583	Censo	0,97
2000	324.152	Censo	1,44
2010	451.227	Censo	2,01

Fontes: Censo Demográfico do Amazonas (IBGE, 1920 e 1940; 1950 e 1960; 1970 e 1980; 1991, 2000 e 2010). *Estimativa em 1930.

O crescimento demográfico apresentado na Tabela 1 trouxe necessidade de ampliação dos serviços públicos e, no que diz respeito ao ensino, ampliou a demanda por escolas, pelo aumento do número de vagas, de professores e, conseqüentemente, a necessidade de contratar ou fazer concurso para professores e demais serviços públicos. Não havia professores e pessoal técnico com formação suficiente para atuar nas escolas, postos de saúde e hospitais.

Como se pode perceber pela Tabela 1, a partir de 1970, o fluxo migratório cresceu, sendo que, inicialmente, a migração não era financiada ou estimulada pelo governo, ocorrendo de modo espontâneo e lento. O fluxo migratório para Roraima era raro acontecer pela dificuldade de acesso. A viagem se fazia de barco ou avião até Manaus e, de lá para Roraima, só de barco. Uma viagem para Boa Vista poderia demorar semanas, pois não havia estradas naquele período.

O crescimento da população até o final do segundo mandato do governador Hélio da Costa Campos (março 1970 – abril 1974) foi considerado reduzido, pois não houve nenhum tipo de incentivo para trazer pessoas de outros estados para Roraima. O governador que o sucedeu era Fernando Ramos Pereira, que ficou até 1979 no governo, também não interferiu no processo migratório. Com a abertura da rodovia BR 174 ocorreu a intensificação do processo migratório.

Em 1979, quando assumiu o governo do Território o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, ocorre um incentivo muito grande financiando a vinda de muitas famílias, na sua maioria nordestina, contribuindo para o crescimento da população, que quase dobrou nesse período.

Daí em diante a população cresceu muito. Depois da transformação do território em estado, vários fatores contribuíram para esse aumento: incentivos do governo, construção da BR 174, que mesmo em condições precárias e só recebendo a pavimentação completa em 1998 foi importante nesse processo pois sua abertura facilitou o acesso para Manaus e também à Venezuela.

O garimpo contribuiu para o deslocamento de muitas pessoas que se

aventuraram atrás de ouro na região, até o início dos anos de 1990, quando o governo federal fechou o garimpo em Roraima. Outro fator de crescimento populacional foi o aumento de servidores públicos necessário para atender a crescente demanda da população, principalmente na área de saúde e educação. Muitos concursos ocorreram, atraíram pessoas e, em contrapartida, os problemas sociais também cresceram.

A população atual de Roraima é o resultado da somatória desses processos migratórios e dos nativos da região. Essa mistura de culturas tem influência nas comidas típicas, no vocabulário e na cultura em geral. Essas etnias estão de tal forma presentes, que faz com que este seja, em termos proporcionais, o Estado com maior presença indígena e também a maior área demarcada.

A base da economia do Estado é a agricultura e mineração. O aumento dos serviços públicos, por ser uma área de fronteira e com grande contingente militar, somando ao grande número de servidores públicos federais do ex-território, funcionários estaduais e municipais, são fatores que também movimentam a economia local.

É indispensável assinalar ainda que esse crescimento da população gera aumento da demanda por serviços públicos, os quais devem ser supridos por novos investimentos em infraestrutura econômica e social, na construção de escolas, hospitais, rodovias, estradas vicinais, obras de saneamento e equipamentos sociais de um modo geral, além de investimentos na manutenção da máquina já existente.

1.2 Primórdios do ensino: das primeiras iniciativas à criação da Divisão de Ensino em 1945

Desde a criação do município de Boa Vista do Rio Branco (1890) até o final da primeira metade do século XX, em 1945, quando foi criada a divisão de educação para organizar o sistema de ensino no território, as iniciativas partiam do Estado do Amazonas, ao qual a região pertencia.

Nas primeiras décadas do século XX, o município de Boa Vista do Rio

Branco e, na realidade, toda a região do território, apresentava um quadro preocupante: 95% da população era analfabeta. Nessas décadas iniciais foi muito importante a atuação dos beneditinos que viam no ensino alternativa para que a região não corresse o risco de analfabetismo total. Existiam nesse período duas escolas públicas, uma feminina e outra masculina, nos moldes de escolas da época, com frequência de 160 alunos. Essas escolas foram extintas e criada uma escola mista. O Jornal do Rio Branco (1917) registrou que a falta de pagamento do professor responsável provocou o fechamento dessa escola, deixando de funcionar naquele momento o único estabelecimento de ensino público no final da segunda década do século XX (SOUZA, 2011). Esse fato é informado nos relatórios da Intendência Municipal do Rio Branco das décadas de 1910 e 1920, comprovando a existência das escolas primárias mencionadas mantidas pelo Estado. As dependências, custeadas pelo município, tinham estrutura física deplorável e acabaram fechando.

Havia neste período, especificamente em 1916, duas escolas noturnas mas que não funcionavam. Também se buscava criar escolas em três localidades: Conceição do Maú, Taiano e Aparecida, essa era a realidade do ensino nesses anos (SOUZA, 2011). Também é citado em poucos registros o funcionamento de uma escola particular nos idos de 1920: a Escola Tobias Barreto, que pertencia ao juiz de Direito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro. Apesar de particular, funcionava gratuitamente. A grande preocupação era que cada escola fechada representava o aumento do analfabetismo (SOUZA, 2011).

Com todas as dificuldades e desafios que se apresentavam na região, muitos pioneiros do ensino deram sua contribuição para a educação no Território do Rio Branco. Por isso, a menção a alguns professores desse período auxilia no entendimento nos primeiros anos do século XX até a criação da Divisão de Ensino, em 1945. Mas muito pouco se sabe sobre esses primeiros professores, alguns são reconhecidamente lembrados e sua memória respeitada até hoje pelos relevantes serviços à educação roraimense, mas, infelizmente, são bem poucos pela falta de informação.

Esses educadores começaram a chegar nesta região depois do ano de 1865. Eram os pioneiros do ensino onde faltava tudo, o papel, o giz, a lousa e as condições necessárias para uma ação docente efetiva, inclusive pouco recurso

financeiro para pagamento desses educadores.

Alguns desses pioneiros foram: o sargento João Capistrano da Silva Mota Alfredo Venâncio de Souza Cruz, Aristóteles de Lima Carneiro, Diomedes Pinto Souto Maior e muitos outros que ficaram no anonimato, tiveram papel importante na educação do território do Rio Branco, dirigiram o aprendizado das primeiras letras aos ancestrais das famílias roraimenses desde a segunda metade do século XIX até as quatro primeiras décadas do século XX (SOUZA, 1979).

O pouco que se sabe desse período deve-se a dados e fotos de Rice (1978), explorador que passou pela Amazônia entre 1924 e 1925, deixando muitos registros, recortes e fotos encontrados em livros como os de Magalhães (1986), Souza (1979), Costa (1949), Barbosa (1958) e Campos (1971), esses três últimos foram governadores quando Roraima ainda era Território, além de artigos de pesquisadores e a Revista dos Municípios. Enfim, muita informação fragmentada, incompleta, mas é o que foi possível coletar e mostrar nesta pesquisa.

Em 1927 foi criado, no Território do Rio Branco, a Liga contra o Analfabetismo, com o objetivo de reduzir o alto número de analfabetos. Essa ação resultou na fundação de uma escola noturna com professores voluntários, mas poucos registros se tem dessas ações (CENDAP, 1927)².

A partir do ano de 1930 a municipalidade passou a interessar-se mais pela educação e professores foram nomeados para atuar nas poucas escolas criadas. Em 1934 é instalada em Boa Vista uma escola mista municipal tendo como diretor o professor Aristóteles Lima Carneiro, preocupado com a arte de alfabetizar e imprimir nos educandos as primeiras noções de civismo, o que era considerado tão importante naquele período (SOUZA, 1979). Lembrando que nesse período essa região era ligada ao Amazonas, portanto, os professores eram concursados por este estado e lotados aqui.

Em 1946, um incêndio no velho arquivo da prefeitura causa a perda de

²Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão de 17/10/1927, pelo prefeito Jayme Marcos Brasil (Manaus: Palácio Real, 1927). Pelo que revela nessa pesquisa, essa ação pouco efeito teve no problema do analfabetismo.

muitas informações dos anos de 1920 a 1930. O que já era escasso ficou ainda mais difícil. O então prefeito de Boa Vista do Rio Branco, Cândido Pena Rocha também contribuiu com essa perda. Queimou o arquivo antigo da prefeitura, escapando apenas um livro de atas da comarca e alguns poucos documentos que na hora da fogueira encontravam-se sob os cuidados do professor Aristóteles de Lima Carneiro, um dos pioneiros do ensino da região (SOUZA, 1979).

Poucas informações foram encontradas sobre os pioneiros do ensino, mas um pouco de suas biografias e suas contribuições foi possível encontrar em artigos, teses, monografias, e dissertações produzidas ao longo das últimas décadas na UFRR e também o que foi relatado em alguns livros que hoje são considerados raros como os de Magalhães (1986), Souza (1979) e Rice (1978). Seguem nos parágrafos seguintes o que foi levantado sobre alguns professores pioneiros.



Figura 9 - Os pioneiros da educação em Roraima. À direita o grande mestre Diomedes Souto Maior e, à esquerda, outro grande mestre, o primeiro professor de Boa Vista João Capistrano da Silva Mota. No centro, o Prior dos beneditinos na década de 1920, padre Odilon Munding e crianças de várias raças.

Fonte: RICE (1925).

No centro da Figura 9 aparece Dom Odilon Munding, alemão que trabalhou no território do Rio Branco como Prior dos Beneditinos, na década de 1920 e deu grande contribuição à educação naquele período.

João Capistrano da Silva Mota, sargento do exército, chegou no território do Vale do Rio Branco e aqui viveu até seu falecimento. Nasceu no estado do Pará em 1837, na cidade de Capim. Ainda como militar fundou a primeira escola da região e se constituiu seu primeiro professor por livre iniciativa – um gesto louvável –, inspirado por seu sentimento humanitário, visando tirar do obscurantismo em que se encontravam as primeiras famílias que viviam nesta parte da Amazônia.

Foi o primeiro professor leigo que muito contribuiu para o ensino no Vale do Rio Branco, foi também o primeiro juiz de paz, o primeiro superintendente de Boa Vista do Rio Branco por quatro vezes (equivalente a prefeito do lugar) (MAGALHÃES, 1986). Em homenagem aos relevantes serviços prestados à comunidade João Capistrano foi agraciado com a patente honorária de Coronel da Guarda Nacional. Faleceu em 1941 aos 105 anos de idade.

O professor Diomedes Pinto Souto Maior foi outro educador muito importante para o roraimense, sendo o primeiro professor público concursado, que chegou em Boa Vista. Sobre esse educador sabíamos que nasceu em 3 de maio de 1879 e era natural de João Pessoa, na Paraíba, também pioneiro do magistério roraimense. Iniciou seus estudos em Campina Grande, concluiu a Escola Militar no Rio de Janeiro, mas fez opção pelo magistério, por ser segundo ele, a mais bela e nobre missão humana (SOUZA, 1979).

Resolveu migrar para o estado do Amazonas, onde casou com Bernardina Rodrigues Pará. Em 1904 prestou concurso público para o cargo de professor, sendo aprovado e nomeado para escola do sexo masculino de São Joaquim do Rio Negro (atual Santa Izabel do Rio Negro), município do Amazonas. Um ano depois, segundo informações de familiares, o professor Diomedes foi transferido para o norte de Boa Vista do Rio Branco, chegando em 1905, na Fazenda Aramirá, no atual município de Normandia.

Exerceu suas atividades docentes por mais de quatro décadas,

lecionando, muitas vezes, em três turnos diários, com turmas numerosas, em escolas públicas, em prédios alugados e, em escolas particulares, em sua própria residência.

Em 1921, durante quatro meses exerceu o cargo de Promotor Público da Comarca de Boa Vista do Rio Branco. Diomedes faleceu em Boa Vista, no dia 6 de junho de 1947. Foi sepultado no Cemitério de Boa Vista, onde hoje fica a Catedral Cristo Redentor. Seus ossos foram transladados para o Cemitério Nossa Senhora da Conceição, localizado no bairro São Vicente, em Boa Vista. Quando começou a ser organizado o sistema de ensino no território, foi criada uma escola homenageando seu nome, que funciona até hoje na capital.

Outros educadores também contribuíram para educação no Rio Branco, apesar de poucos registros encontrados, são eles os professores Antenor, Pedro Cizino e Joaquim Neves Roberto que atuaram no ensino rio-branquense. A respeito do professor Antenor, de quem só sabemos o primeiro nome, era um paraibano de elevada estatura, que se tornou conhecido em toda região (MAGALHÃES, 1986).

As mulheres também atuaram no ensino nesses primeiros anos. Apesar de poucos registros sobre a participação feminina, que geralmente mencionam freiras das ordens religiosas que atuavam na educação, temos as professoras normalistas Ada Vianna e Rosália Cabral, que lecionavam gramática, aritmética, geografia e história do Brasil em escola indígena em 1920. Na prática pedagógica a língua indígena era ignorada e menosprezada pela educação imposta pelo homem branco, o que não é nenhuma novidade nos processos de colonização e ocupação dos espaços brasileiros (LIMA, 2005).

A Escola São José desempenhou importante papel desde sua criação, embora a data inicial de 1918 seja questionada por alguns pesquisadores. Essa escola foi a primeira no Rio Branco, antes do Território Federal, quando foi criada pela ordem dos beneditinos e continua desempenhando papel de destaque na educação roraimense atual. A edificação original desse colégio estava nos fundos do prédio da atual escola São José, onde hoje fica a quadra de esportes. A construção nova foi erguida nos anos de 1950 por D. José Nepote. Em 1977 passou a ser Escola Estadual São José, tombada pela Prefeitura Municipal de Boa Vista sob a Leinº 231, de 10 setembro de 1990.



Figura 10– Religiosas beneditinas e alunos da escola – as primeiras educadoras do Curso Primário São José

Fonte: RICE (1925).

Apesar desses relatos, em 1944 a educação era considerada um assunto secundário, existindo em toda região apenas quatro escolas primárias. Em 1945 começa a organização oficial do ensino no Território Federal com a criação da Divisão de Ensino,

1.3 Organização da educação básica e da rede pública de ensino – 1945 a 1980

O sistema de ensino de Roraima tem início oficialmente em 1945, quando ocorre a criação do Território Federal do Rio Branco, que passou a denominar-se Território Federal de Roraima. Em 1988, com a nova constituição, passou a ser um estado-membro. A literatura que trata da organização do sistema educacional roraimense não contém muita documentação a respeito. Sendo assim, o que se pôde inicialmente utilizar como referência foi o relatório apresentado pelo professor João Chrysóstomo de Oliveira ao governo do Amazonas, ao qual o território estava subordinado, no qual o professor relata o trabalho realizado no primeiro ano de funcionamento da Divisão de Ensino. Como primeiro chefe do órgão ele faz sugestões para a melhoria das escolas e agilização dos trabalhos na área educacional. Assim, boa parte da trajetória histórica e de organização do sistema de ensino roraimense tem esse relatório como referência. Além desse relatório, alguns textos foram encontrados e incluídos nesta pesquisa, como o livro publicado em 1986 por Oliveira, que está esgotado, sendo difícil localizar os poucos exemplares distribuídos nas bibliotecas locais. Por outro lado, outras fontes de pesquisa como jornais da época ajudaram na compreensão do desenvolvimento da educação em Roraima. Nos casos da organização do ensino superior a partir da década de 1990 e da educação indígena, já há várias publicações, pois se trata de período mais recente.

O Território Federal do Rio Branco foi criado em 13 de setembro de 1943, mas somente em 1945 começou a organização do sistema educacional com a criação da Divisão de Educação, cujo objetivo era organizar e formalizar as bases das políticas educacionais e criar escolas.

A organização de um sistema educacional é fundamental para a oferta de ensino público:

O conhecimento dos mecanismos de transmissão da herança, como se manifesta concretamente na evolução das diversas sociedades, mostra que não há povo, por mais simples que seja sua organização social, sem um conjunto de meios educativos que assegure sua continuidade no tempo e no espaço. Cada sociedade elabora, historicamente, seu sistema de educação a partir de sua estrutura e organizações sociais. Essa é a razão pela qual a educação de um povo é, assim, inseparável do seu contexto sócio-cultural. (REIS FILHO, 1986, p. 1).

A afirmação retrata bem a importância da oferta de ensino em novos grupos sociais, as famílias que chegavam na cidade na zona urbana e rural e as comunidades indígenas que iam sendo evangelizadas por missionários católicos. Entretanto, é importante salientar que a educação tem servido de instrumento a serviço de uma estratégia de dominação. Em Roraima isso ficou explícito com a educação de caráter cívico, desde sua implantação até o final do regime militar. Tratou-se de beneficiar os grupos que estavam no poder naquele período do que o bem-estar da população. Assim as dificuldades apressadas inicialmente perduraram por um longo espaço de tempo e a educação demorou para se consolidar nesse processo de mudança de território para estado-membro.

Os trabalhos foram iniciados, como já mencionado anteriormente, tendo à frente o professor João Chrysóstomo de Oliveira, indicado pelo governador do Amazonas Álvaro Maia. Ele chegou em Boa Vista em 1945, com o desafio de criar e chefiar a Divisão de Ensino. Sua esposa, a professora Jacobede de Oliveira, exerceu papel importante naquele momento ao se tornar a diretora da Escola Lobo D'Almada, a primeira escola pública de Boa Vista após a criação do Território Federal de Roraima, escola que funciona até hoje (Figura 11).



Figura 11 – 1º prédio da Escola Lobo D'Almadacom grupo de alunos na frente
Fonte: OLIVEIRA(1946).

Apesar da urgência de se organizar o ensino nesta parte da Amazônia, o primeiro plano geral de organização do ensino público, que data de 1945, somente foi apresentado ao governador no dia 15 de janeiro de 1946, através de relatórios elaborados pelo chefe da Divisão de Ensino. Segundo ele, em dez meses de trabalho “[...] se não atingiram a meta aspirada, pelo menos alcançaram muitos objetivos que podem servir de postos para uma marcha mais decisiva do ensino no ano de 46 [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 11).

Com carência de profissionais de educação, para a implantação de escolas, foi necessário trazer equipes pedagógicas do Amazonas e de outros estados. Essa iniciativa era imprescindível ao projeto pedagógico das instituições e para a elaboração de currículos e programas. A equipe que elaborou o Plano Geral de Organização do Ensino Público no Território Federal do Rio Branco começou a se reunir no dia 22 de fevereiro de 1945, numa pequena sala do Palácio do Governo, com quadro de funcionários bem reduzido (composta por dois funcionários, um auxiliar de escritório e um mensageiro).

Foram tomadas as providências para a implantação e funcionamento do sistema de ensino, para o recrutamento do pessoal que devia atuar neste setor, bem como a localização e instalação do grupo da capital que receberia o nome de Lobo D'Almada³. Para isso foi alugada uma casa residencial, com dependências mais ou menos adaptadas para a escola funcionar, situada na Avenida Jaime Brasil e oficialmente instalada no dia 19 de abril. No dia 23 do mesmo mês começou a funcionar com o corpo docente composto por três professores e com matrícula inicial de 129 alunos.

A outra providência adotada foi a contratação da mão de obra para as escolas, pois não existia quadro de professores nem equipe pedagógica. Foram recrutados professores de Manaus, que chegaram a Boa Vista em 20 de abril de 1945. Eram cinco professores, que foram distribuídos nos seus postos de trabalho na capital e no interior do estado: dois para a capital e três para o interior e mais um professor leigo que já se encontrava em atividade.

Antes de se dirigirem para as escolas do interior os professores fizeram um estágio preparatório com o objetivo de atuarem uniformemente, de modo a haver o melhor rendimento escolar possível, tentando explorar as condições locais (OLIVEIRA, 1986). Além dos professores, chegou também um profissional para desempenhar as atividades de inspetor de ensino, com a função de visitar as escolas da capital e do interior do estado, o que nem sempre foi possível, pois inicialmente a falta de transporte impossibilitava o deslocamento para o interior. O objetivo das visitas era inspecionar as escolas e fazer orientações para o cumprimento das normas regulamentares.

Concomitantemente aos trabalhos do Grupo Escolar Lobo D'Almada foram iniciadas as atividades em duas escolas noturnas sob a responsabilidade de dois coadjuvantes (leigos) que eram pessoas aproveitadas do próprio meio (OLIVEIRA, 1986). Essas escolas começaram a funcionar com 90 alunos, uma destinada ao sexo masculino e outra ao sexo feminino.

³Segundo relatos de Souza (1979), o Grupo Escolar Lobo D'Almada foi criado em 19/04/1945 juntamente com a Escola Supletiva Lourenço Filho e o Colégio São José que pertencia à ordem beneditina, dirigido pelas irmãs dessa ordem, sendo a mais antiga a Escola São José, criada em 1918.

A professora Jacobede Cavalcante de Oliveira, que foi a primeira diretora do Grupo Escolar Lobo D'Almada deu um depoimento esclarecedor sobre esse período, sua chegada com o esposo, como se alojaram, como se encontrava a cidade de Boa Vista e seu contexto social:

Meu esposo era Superintendente de Ensino em Manaus e foi convidado pelo governador Álvaro Maia para organizar o ensino e o desempenho da escola em Boa Vista. A cidade tinha o porto, a rua principal onde era sediada a Prelazia, que foi cedida para ser a sede do governo e das divisões de educação e outras repartições. Tinha a Avenida Jaime Brasil, onde tivemos a primeira escola que foi a Escola Lobo D'Almada, também uma Praça chamada de São Sebastião, salvo engano com uma capela. Fomos residir numa outra rua onde tinham casas de palha, de taipa e de alvenaria. A princípio foi muito difícil, nós levávamos um dinheiro de um amigo nosso em nossa mala, esse dinheiro foi roubado durante uma viagem pela estrada que liga o porto de Caracará à cidade de Boa Vista. O próprio vigia foi quem retirou esse dinheiro. Aliás, parte do dinheiro, cerca de 30 mil cruzeiros que pertenciam a Cícero Barbosa Monteiro, destinado a compra de diamantes. A polícia chegou a acusar meu esposo de haver tirado o dinheiro, o dono do dinheiro retrucou que o professor era um homem de Deus (era pastor evangélico), e que jamais iria adotar uma atitude como aquela, mesmo porque ele é meu amigo. Após investigações policiais na cidade de Caracará, o ladrão foi encontrado e já havia gasto a importância de dois mil cruzeiros. Todo esse contratempo contribuiu para que a saúde de meu marido, professor João Chrysóstomo de Oliveira, ficasse debilitada e eu, grávida de dois meses, perdi o bebê. No mês de abril meu marido conseguiu alugar uma casa e comecei a trabalhar fazendo a matrícula dos alunos, enquanto meu marido procurava recrutar uma diretora, função que eu, recém formada no magistério, achava-me com pouco conhecimento para desempenhá-la. Como não houve ninguém que quisesse, assumi a função, passei a ser a primeira diretora do Colégio Lobo D'Almada, onde comecei a amar as crianças, passando a escola a ser meu lazer, com dedicação total. As aulas eram no turno matutino e no vespertino era dedicado a prática dos esportes, sendo o voley escolhido pelos alunos de 5 série. Foi um ano e dois meses de experiência gloriosa⁴. (MACEDO, 2004).

Num outro momento do depoimento a professora fala da precariedade das escolas e das condições em que o ensino se encontrava:

Dado a necessidade de tantas crianças, as escolas isoladas eram poucas, tinha uma professora de música, cujo nome não lembro. A

⁴Depoimentos dado à professora Inês Rogêlia Dantas Macedo em 1º abr. 2002. Bem idosa recebeu a professora em Manaus para falar sobre o período em que trabalhou no Território Federal de Roraima, esse depoimento faz parte do anexo do trabalho de Macedo (2004).

professora Isnau Barbosa de Andrade, que também tinha uma escola isolada, as quais eram custeadas pelo governo do Amazonas, eram escolas pouco desenvolvidas, embora com professoras capazes. Comparando com Manaus, as professoras formadas pelo Instituto de Educação do Amazonas (IEA), passavam o ano estagiando dentro da escola, privilégio que as professoras de Boa Vista não tinham. (MACEDO, 2004).

O depoimento da professora demonstra as dificuldades encontradas em Roraima no período da organização da Divisão de Ensino. Era tudo muito precário na cidade, havia muito a ser feito em todas as áreas e, naquele momento, as condições para quem fosse realizar e organizar as atividades era limitada.

A prática de esporte, citada pela professora era inicialmente realizada de forma precária. As estruturas desportivas somente começaram a ser construídas no governo de Clovis Nova da Costa, que assumiria o território em 1947.

Quando a Divisão de Ensino foi implantada, já encontrou funcionando uma escola particular que pertencia à prelazia de São Bento, coordenada e dirigida pelas irmãs beneditinas, com 145 alunos matriculados no Curso Primário São José.

Essa escola era inicialmente voltada para atender indígenas e em seguida abriu espaço para mulheres e jovens do Território (LIMA, 2005). Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação, foi incorporada à rede pública de ensino, passando a ser o atual Colégio São José, por meio do Decreto nº 48, de 5 de janeiro de 1947.

Outro acontecimento importante foi a criação e o funcionamento da escola mista Professor Diomedes Souto Maior, criada pelo Decreto nº 11, de 20 de junho de 1945, assinado pelo governador Ene Garcez dos Reis. O documento justifica a escolha do nome da escola, enaltecendo a figura do professor Diomedes, considerando-o “[...] cumpridor rigoroso dos seus deveres, representando uma força decisiva para o progresso da região onde ele atua, sendo, por estas justas razões, merecedor de todas as considerações e homenagens.” (Decreto-Lei nº11).

Faltava material didático e de expediente para a Divisão de Ensino e para as escolas. Por isso, foi necessário trazer material escolar de Manaus, levando

dois longos meses para serem entregues, após ter sido solicitado. De acordo com os relatórios do diretor da Divisão de Ensino, foram entregues 500 boletins de frequência diária, 2000 boletins mensais de Ensino Fundamental Comum, 1000 boletins mensais de ensino supletivo, 2950 fichas de matrícula, 3000 certificados de exame e nove mapas.

Não havia mobiliário para as escolas. Foi encomendado no Rio de Janeiro e, por dificuldade de transporte, só chegou ao final do ano letivo. Para suprir esta deficiência carteiras antigas foram restauradas e utilizadas e, por conta disso, o funcionamento ocorreu em condições precárias.

Após a implantação da Divisão de Ensino, foi proposto ao governo a ampliação das unidades escolares na capital e no interior. Pelos Decretos nº 11, 12, 16 e 17 foram criadas em Boa Vista: sete Escolas Mistas Agrupadas, uma Escola Isolada Mista, uma Escola Noturna Feminina e três Escolas Noturnas Masculinas. No interior foram criadas nove Escolas Isoladas Mistas.

As sete escolas mistas foram integradas ao Grupo Escolar Lobo D'Almada. As noturnas foram unificadas no mesmo estabelecimento e admitiam rapazes e moças que trabalhavam durante o dia. A Escola Isolada Mista recebeu o nome de Professor Diomedes Souto Maior. Dessas 21 escolas, quatro deixaram de funcionar por falta de profissionais ou de sede apropriada, sendo três do interior e uma da capital, cuja edificação não foi concluída no prazo previsto.

As comemorações cívicas eram festas importantes do calendário escolar. O aniversário da administração do Território (20 de junho), o Dia do Soldado (25 de agosto), a Semana da Pátria (de 1º a 7 de setembro), o Dia da Árvore (21 de setembro), a Semana da Criança (de 10 a 17 de outubro) e o encerramento do ano letivo (8 de dezembro), eram datas usadas para reforçar a simpatia da população e das futuras gerações ao governo da época.

Nesse período é criada a função de orientação de ensino, para auxiliar os professores, no objetivo de obter melhor aproveitamento escolar, despertar o entusiasmo e o interesse dos alunos pela aprendizagem, além de coordenar os eventos na escola e cumprir o calendário cívico.

Era necessário construir mais escolas para atender a demanda de alunos.

Na capital, o governo construiu edificações feitas de tijolo, com um salão de 8,40x70 (sic), bem arejado e com boa iluminação. Possuíam ainda três compartimentos, com instalações para morada do professor e dispunham de cinco aparelhos sanitários com reservatórios para abastecimento de água (OLIVEIRA, 1986, p.21).

Foi construído o primeiro reservatório de água no antigo bairro Caxangá para servir à Escola Professor Diomedes Souto Maior. Na vila do Taiano, próxima a Boa Vista, a escola construída era bem rústica, de taipa, sem reboco, coberta de palha, piso de chão batido. Construída em regime de ajuri, como era chamado o mutirão pelos moradores daquela vila, a casa era a sede da Escola Pedro Teixeira, conforme mostra a Figura 12.



Figura 12 –Sede provisória da Escola Pedro Teixeira – construída pelos agricultores e moradores da Vila do Taiano
Fonte: OLIVEIRA(1986).

As demais escolas funcionavam em casas particulares, cujas salas foram cedidas gratuitamente. A Divisão de Ensino solicitou do governo a construção das escolas no menor tempo possível, haja vista as precárias condições das instalações mesmo diante de tantos problemas havia certo otimismo com os resultados oficiais:

Com todos os empecilhos enfrentados, de falta de material, espaço e mobiliário, pode-se considerar incontestavelmente animador o resultado dos trabalhos do Grupo Escolar “Lobo D’Almada” que já deu um grande passo na nobre campanha de formação da nova mentalidade do povo, campo vastíssimo e obra grandiosa que muito esforço e muitas energias estão a exigir dos responsáveis pela educação, neste rincão pátrio. (OLIVEIRA, 1986, p. 21).

Esses fatos descritos aqui são próprios de um lugar tão carente de pessoal formado para exercer o magistério, somado ao preconceito, à discriminação e ao desrespeito profissional.

A merenda escolar, um instrumento importante que estimulava a frequência na escola, era financiada pela Comissão Territorial da Legião Brasileira de Assistência. Servia diariamente um copo de leite com pão, ou um pão com doce, ou com banana ou castanha. Na visão de Oliveira (1986, p. 27):

É um benefício de incalculável alcance, que deve continuar a ser mantido não só no Grupo, mas na escola do bairro do Caxangá e dos demais recantos do Território, para bem da coletividade estudantil e incremento dos trabalhos educacionais.

No relatório final apresentado pelo diretor da Divisão de Ensino, são feitas várias sugestões para melhorar o ensino no Território Federal do Rio Branco: a) construção, em caráter provisório, de casas de madeira para a sede das escolas do interior, b) desapropriação dos terrenos para a construção das sedes escolares; c) instituição da carteira escolar, a fim de identificar o aluno e comprovar a sua frequência na Escola; d) obrigatoriedade dos comandantes de embarcações aportarem nas localidades onde existiam escolas para estreitar as comunicações entre o interior e a capital e amenizar o isolamento dos professores; e) criação das Caixas Escolares em todas as escolas subsidiadas pelo governo e pelo município; f) criação do cargo de orientadora do ensino para prestar assistência técnica aos professores; g) aquisição de um piano para o Grupo Escolar da capital, além de rádios com baterias e filtros esterilizadores para as escolas do interior. Foram sugeridas ainda: h) instituição do ensino com orientação pré-vocacional e trabalhos manuais intensivos, com o objetivo de

valorizar as atividades em prol do desenvolvimento da terra; i) criação do Grupo Escolar noturno com o curso supletivo de cinco anos; j) instalação de um parque infantil completo para recreação dos alunos e prática de educação física; l) criação de uma pequena escola profissional; e m) manutenção de uma biblioteca didática e recreativa em todas as sedes escolares (OLIVEIRA, 1986). Esse relatório corresponde ao 1º ano de trabalho da Divisão de Ensino e serviu como parâmetro para outros gestores que deram continuidade ao trabalho.

Em 1947 foram criadas mais dez novas escolas situadas no interior, que levou à redução do analfabetismo. Foram construídos prédios para escolas nas localidades do Taiano, do Murupú, Anzol e Belém e iniciadas construções dos prédios para as Lagoas de São João, Conceição do Maú, Vila Pereira, Passarão e Aparecida, todas no interior⁵. (COSTA, 1949).

Entre maio de 1947 e março de 1949 (período de governo do Capitão Clovis Nova da Costa), havia uma precariedade geral no campo da educação, que ficava evidente pelo reduzido número de matrícula e de frequência. O governo compra material de ensino e vestuário, aquisições que foram distribuídos e a todos os alunos, especificamente, fardamentos, calçados, uniformes de educação física, livros, cadernos, enfim, os materiais necessários aos estudantes, com o objetivo de melhorar o quadro educacional territorial, até então tão precário (COSTA, 1949).

Em 1947 foi concluída a construção de cinco prédios, todos em Boa Vista, com o auxílio financeiro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O INEP também ofereceu cursos de ensino primário para duas professoras, que foram enviadas para a Capital Federal.

Em 1948 funcionaram ainda três turmas do curso de alfabetização de adolescentes e adultos, mantidos com recursos fornecidos pelo Departamento Nacional de Educação, órgão federal existente à época. O movimento escolar nas turmas oferecidas ficou distribuído conforme Tabela 2:

⁵Extraído do relatório do próprio governador do Território, Capitão Clovis Nova da Costa, que governou o Território de maio de 1947 a março de 1949. Ao final do seu governo escreveu um relatório que foi transformado em livro, de onde foram extraídos dados importantes desta pesquisa.

Tabela 2 – Alunos matriculados nas turmas de alfabetização de adolescentes e adultos em Roraima

ESCOLAS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Pública	572	378	950
Particular	124	28	152
Total	696	406	1.102

Fonte: COSTA (1948).

Esses eram os números iniciais, que evidentemente sofreram alterações após os exames finais, conforme Tabela 3:

Tabela 3 – Número de alunos matriculados nas turmas de alfabetização de adolescentes e adultos após os exames finais

ESCOLAS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Pública	424	255	679
Particular	79	22	101
TOTAL	503	277	780

Fonte: COSTA (1948).

Na Tabela 4 aparece uma queda substancial de alunos após os exames finais, com destaque para o número de aprovados no curso de alfabetização. O número de alunos aprovados sofre mais uma queda considerando os primeiros números da Tabela 3:

Tabela 4 – Número de alunos aprovados nas turmas de alfabetização de adolescentes e adultos após os exames finais

ESCOLAS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Pública	321	215	536
Particular	55	20	75
Total	376	235	611

Fonte: COSTA (1948).

Apesar das dificuldades esse curso serviu para diminuir o alto índice de analfabetismo e oferecer oportunidades educacionais a muitas pessoas fora da escola, mas ainda continuava muito alto o número de analfabetos no território.

Outra preocupação nestes anos foi criar um modelo de educação que fosse adequado às necessidades da economia local. A Divisão de Ensino tinha que proporcionar a alfabetização de forma que os estudantes não abandonassem a terra, a agricultura e a pecuária, tão necessárias ao desenvolvimento regional. As Tabelas 2, 3 e 4 apresentam tentativa do governo de colocar isso em prática, mesmo com reduzido número de matrículas.

Nesse período encontravam-se em condições de funcionamento regular 16 unidades escolares, propícias para o ensino técnico-profissional adaptado às necessidades próprias da região. Essa foi uma das primeiras iniciativas para o ensino profissionalizante.

Entre 1947-1948 o Governo Federal contribuiu com o desenvolvimento das chamadas escolas regionais, que eram escolas orientadas para a formação da mão de obra profissionalmente instruída.

O nível intelectual dos servidores do setor educacional foi melhorado com a oferta de cursos de capacitação realizados na capital do país. Eram cursos de inspeção, Medidas Educacionais, Organização e Administração de Serviços de Educação e Canto Orfeônico. Os funcionários que participaram dessa capacitação receberam como auxílio, bolsas do INEP, que auxiliou financeiramente o território com recursos para tornar possível a ida dos servidores para os cursos. Essa capacitação fez com que o atendimento da Divisão de Ensino melhorasse significativamente.

Outra iniciativa foram os parques infantis, que foram construídos para as aulas de educação física, quadra de basquete, e voleibol, uma quadra de tênis e um campo de futebol. Os alunos participavam de atividades esportivas com a orientação de professores, com participação em competições.

Em 1948, é criado o primeiro estabelecimento de ensino secundário, o

Ginásio Euclides da Cunha (GEC)⁶. Nesse ano era diretor da Divisão de Ensino o professor Aluísio Neves e era governador do território, Clovis Nova da Costa. Ainda no mesmo ano o professor Aluísio Neves foi substituído e houve a mudança de endereço do Ginásio Euclides da Cunha, que passou a funcionar na Prelazia do Rio Branco, tendo como primeiro diretor o Padre Guibaldo Oreste, seguido pelo Padre José Zintu, que depois foi diretor da Escola Católica Anjo da Guarda (que existe até hoje em Boa Vista). O corpo docente do Ginásio era formado por pessoas consideradas figuras ilustres da época: os padres José Monticone, José Girardi, Eugênio Possamai e Bindo Meldolesi, professor de Geografia (SOUZA, 1979).

Da primeira turma do GEC, alguns alunos se graduaram em diversas universidades pelo Brasil afora: Hernane Coelho Dias de Souza Cruz, Pedro Correia, Luíz Hitler Brito de Lucena, Mozarildo Melo Cavalcante, Adriano Braga de Melo, José Vanildo de Queiroz, Valter Refkalefsky, Alipio Freire Filho, Elair de Moraes, José Maria Rocha Nogueira, Luíz Aimberê Soares de Freitas, Edmir Cordeiro de Melo, Neudo Ribeiro Campos, Alcides Medeiros, José Augusto Soares, José Liberato, Alcides Lima Filho, Augusto Botelho e tantos outros. Alguns deles se tornaram médicos, advogados, escritores e políticos como Neudo Campos, que recentemente foi governador duas vezes. Outros foram lembrados em nomes de escolas pelos seus serviços prestados à comunidade, assim também como os professores que formaram o corpo docente (SOUZA, 1979). Na Figura 13 aparece o prédio do GEC em 1958 com a afluência de alunos. O local atualmente está muito modificado pelo crescimento da cidade no entorno da escola, mas este estabelecimento de ensino continua funcionando.

⁶O GEC teve um papel muito importante no final dos anos de 1940, considerado o primeiro a ofertar o ensino secundário, embora sua incorporação pelo governo de Roraima, estranhamente só apareça nos documentos da Secretaria Estadual de Educação no decreto de 7 de junho de 1977. A Figura 7 mostra a foto da escola em 1958 e funciona hoje no mesmo local, no centro de Boa Vista.



Figura 13– Escola Euclides da Cunha em 1958. A primeira escola de ensino médio do território que formou parte da elite da época. Em 1990 a edificação foi tombada como patrimônio cultural do município

Fonte: GONÇALVES (2013).

Em 29 de outubro de 1948 foram oficialmente inaugurados 11 prédios escolares, construídos com recursos fornecidos pelo Instituto Nacional de Pedagogia. As escolas eram do tipo rural isolada, em alguns locais onde funcionavam precariamente.

Algumas outras escolas, que funcionavam em casas cedidas por particulares, foram transferidas para novos prédios e receberam equipamentos necessários. Também foi inaugurado um cine-teatro escolar construído em um pavilhão de uma escola da capital, com inauguração realizada em dezembro de 1948.

Em 1949 os missionários da Consolata, originários de Turim, na Itália, dando continuidade aos trabalhos dos monges e freiras beneditinos que se retiraram da região, ajudaram na fundação e consolidação da Escola Euclides da Cunha, a primeira de Boa Vista com ensino secundário.

No final da década de 1940 o panorama já havia se modificado com relação ao período anterior, por meio do Decreto nº 89, de 1º de abril de 1949, no governo de Miguel Ximenes de Melo, foi criado o curso Normal Regional Monteiro Lobato, tendo por base o mesmo artigo da lei que amparava a criação das escolas que já existiam. Em 1952 se diplomou a primeira turma de regentes,

diminuindo a carência de professores para atuar nas escolas que estavam sendo criadas nesse período (SOUZA, 1979).

Com o Decreto nº 96, de 12 de agosto de 1949, foi criado o Grupo Escolar Oswaldo Cruz. Essas escolas consolidaram a criação da rede pública de educação do Território, juntamente com o Grupo Escolar Lobo D'Almada. Em 1950 já existiam 30 escolas primárias no Território Federal, porém apenas 11 delas funcionavam, pois as grandes dificuldades continuavam, com falta de professor, de estrutura física, de material didático e outras mais. Em 1954 é criada a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, tendo como diretor o Padre José Zintu, que chegou a formar três turmas de técnicos em Contabilidade. Sobreviveu durante a direção do padre Fidêncio, depois entrou em profunda letargia na gestão do padre Genésio (SOUZA, 1979).

Em 1958, o Major José Maria Barbosa, governador do Território de novembro de 1955 a janeiro de 1959, apresentou um quadro obscuro no relatório das atividades e da situação que encontrou em todos os setores da administração pública. Esse relatório foi uma espécie de prestação de contas ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e à Divisão de Educação, com dados preocupantes⁷. O balanço, relativo ao ano de 1956, menciona que a educação se encontrava em estado de penúria, que havia deficiência de professores, cuja carreira contava com apenas 50 cargos, que não eram suficientes para atender a demanda resultante do acréscimo das atividades escolares na capital Boa Vista e em Caracaraí, as duas únicas cidades existentes na época. Quanto aos 50 cargos citados, o relatório não entra em mais detalhes. Afirma também que era necessário restabelecer o funcionamento de várias escolas primárias no interior, preferencialmente onde houvessem núcleos populacionais e onde as escolas tinham sido fechadas. Foi a primeira ação desse governo ao assumir o Território no campo da educação especificamente na formação de professores.

Com o aumento da demanda da população escolarizável foi concluído um

⁷Todos os dados apresentados pelo governador do Território Federal do Rio Branco de novembro de 1955 até janeiro de 1959 foram extraídos do relatório apresentado ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse relatório apresentou um quadro sombrio da educação, apesar dos esforços dos governos anteriores, havia muito a melhorar no sistema educacional. Foi transformado em livro e é a base para os dados usados nesta pesquisa para esse período.

prédio destinado ao Grupo Escolar Modelo, anexo ao Curso Normal Monteiro Lobato⁸. Com os recursos financeiros recebidos pelo Território, foi iniciada e concluída a construção de uma nova escola no bairro de São Francisco.

Buscava-se a melhoria do ensino primário em Boa Vista e, no interior, o funcionamento regular das escolas existentes e as que porventura viessem a ser criadas (BARBOSA, 1958). Tentou-se neste período, atrair para o magistério primário, nas áreas do Território, os regentes de ensino formados pelo Curso Normal Monteiro Lobato.

Não havia nenhuma garantia para quem se dispusesse atuar no magistério do interior. Com essa precariedade de admissão, nenhum regente recém formado se motivou atuar no interior, pois não havia segurança também de receber vencimentos em dia e nem estabilidade na função.

A deficiência de professores persistia na zona rural. Por essa razão havia professor que ministrava conhecimentos de grau elementar para 70 alunos, distribuídos por quatro séries nos turnos matutino, vespertino e noturno, em salas multisseriadas.

No governo do Major José Maria Barbosa foi feito um levantamento demográfico. O objetivo era resolver dois problemas, a falta de escolas onde havia núcleos populacionais e eliminar a influência de pessoas, que por interesses pessoais, determinavam a instalação de escolas para atender exclusivamente a uma só família, em detrimento da coletividade.

Em 1956, ainda de acordo com o relatório do governador José Maria Barbosa, a Divisão de Educação apresentou a relação dos estabelecimentos em funcionamento.

Escolas	Localidades	Município
----------------	--------------------	------------------

⁸A criação do Curso Normal Regional Monteiro Lobato é um marco na formação docente no Território do Rio Branco. Entre 1956-1957 foi criado o Grupo Escolar São Francisco durante o governo de José Maria Barbosa. Em 1966 o Curso Normal Regional foi transformado em Instituto de Educação no governo de Dilermando Cunha da Rocha e depois em Unidade Integrada Monteiro Lobato, já durante o governo do Coronel Aviador Hélio da Costa Campos (SOUZA, 1979).

Grupo Escolar Oswaldo Cruz	Boa Vista	Bia Vista
Grupo Escolar Lobo D'Almada	Boa Vista	Boa Vista
Grupo Escolar São Francisco	Boa Vista	Boa Vista
Grupo Escolar Modelo Murilo Braga	Boa Vista	Boa Vista
Escolas Reunidas Prof. Diomedes Souto Maior	Boa Vista	Boa Vista
Escolas Reunidas Afrânio Peixoto	Boa Vista	Boa vista
Jardim de Infância Princesa Isabel	Boa Vista	Boa Vista
Jardim de Infância São José	Boa Vista	Boa Vista
Curso Primário São José	Boa Vista	Boa Vista
Escola Supletiva Lourenço Filho	Boa Vista	Boa Vista
Escola Coelho Neto	Colônia Fernando Costa (atual Mucajaí)	Caracaraí
Escola Diogo Feijó	Açaisal - Taiano	Boa Vista
Escola Franklin Delano Roosevelt	Boqueirão	Boa Vista
Escola Rui Barbosa	Colônia Coronel Mota – atual Taiano	Boa Vista
Escola Pedro Teixeira	Barata	Boa Vista
Escola Padre José de Anchieta	Vila Pereira	Boa Vista
Escola José Bonifácio	Santa Maria	Caracaraí
Escola Couto de Magalhães	Caracaraí	Caracaraí
Escola índio Ajuricaba	Serra da Moça	Boa Vista
Escola João Pessoa	Lago das Pedras	Boa Vista
Escola Raimundo A. Cavalcante 1 zona	Colônia Braz de Aguiar	Boa Vista
Escola José Tomaz do Nascimento 2, zona	Fazenda Juã	Boa Vista
Escola Mathias de Albuquerque	Anzol	Boa Vista
Escola Castro Alves	Normandia	Boa Vista
Escola Pedro II	Lago do Jabuti	Boa Vista

Quadro 2 – Demonstrativo das escolas em funcionamento no Território Federal do Rio Branco⁹– 1956

⁹A mudança de nome de Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima ocorre somente em 1962.

Fonte: Relatório do Governo do Território (BARBOSA, 1958).

Esses eram os estabelecimentos de ensino que funcionavam em 1956. Naquela época só existiam os municípios de Boa Vista e Caracaraí. Posteriormente, algumas das localidades citadas se transformaram em município, como foi o caso da Colônia Fernando Costa, que pertencia ao município de Caracaraí, e se transformou no atual município de Mucajaí, e Normandia, que pertencia a Boa Vista e se tornou município com o mesmo nome.

O Curso Primário e o Jardim de Infância São José, embora dirigidos pela Ordem Religiosa da Consolata, recebiam assistência do Governo Territorial e os professores, na sua grande maioria, pertenciam ao quadro da administração territorial.

O Curso Normal Monteiro Lobato, não possuía um corpo docente próprio, mesmo funcionando desde 1950, nesse período formou seis turmas de regentes de ensino, num total de 51 alunos, número irrisório para as necessidades de docentes para atuar na região.

Os professores que lecionavam no Curso Normal recebiam uma espécie de retribuição por aula ministrada, eram funcionários do Território e seus salários eram acrescidos de acordo com o número de aulas dadas (BARBOSA, 1958). A Tabela 5 apresenta a seguir o quadro de matrícula em 1956.

Tabela 5 –Total de Matrícula por escola – 1956

Escolas	Matriculas
Grupo Escolar Modelo Murilo Braga	117
Grupo Escolar Lobo D'Almada	184
Grupo Escolar Oswaldo Cruz	248
Grupo Escolar São Francisco	121

Escolas Reunidas Prof: Diomedes Souto Maior	191
Escolas Reunidas Afrânio Peixoto	41
Curso Primário São José	453
Jardim de Infância São José	251
Jardim de Infância Princesa Isabel	135
Escola Supletiva Lourenço Filho	135
Escola Isolada Raimundo A. Cavalcante	59
Escola Isolada Tomaz do Nascimento	30
Escola Isolada Pedro Teixeira	53
Escola Isolada Franklin Roosevelt	40
Escola Isolda Coelho Neto	93
Escola Isolda Castro Alves	18
Escola Isolda Diogo Feijó	14
Escola Isolada Índio Ajuricaba	43
Escola Isolada José Bonifácio	23
Escola Isolada José de Anchieta	110
Escola Isolada Pedro II	28
Escola Isolada Rui Barbosa	68
Escola Isolada João Pessoa	27
Escola Isolada Mathias de Albuquerque	30
Escolas Reunidas Couto de Magalhães	58
Curso Normal Regional Monteiro Lobato	70
TOTAL	2.640

Fonte: Relatório do Governo do Território (BARBOSA, 1958).

Pela quantidade de matrícula, podemos inferir que a maioria das escolas possuía apenas uma sala de aula, por isso que são chamadas de escola isolada e multisseriadas. Mesmo as escolas reunidas apresentavam números reduzidos de alunos, números que demonstram a precariedade do ensino na época, mesmo com o esforço dos governos anteriores, que tentaram desenvolver a educação, construindo escolas e contratando professores.

No final do relatório do governador Major José Maria Barbosa é apresentado o índice de aprovação em cada escola apenas na área urbana da capital Boa Vista, o que permite uma ideia do aproveitamento e do trabalho desenvolvido pelos professores, com todas as dificuldades que se apresentavam.

Tabela 6 – Taxa de aprovação por escola da área urbana de Boa Vista – 1958

Escolas	%
Curso Normal Regional Monteiro Lobato	66 %
Grupo Escolar Modelo Murilo Braga	74 %
Grupo Escolar Lobo D'Almada	71 %
Grupo Escolar Oswaldo Cruz	70 %
Grupo Escolar São Francisco	69 %
Escolas Reunidas Lourenço Filho	78%
Curso Primário São José	81%
Jardim da Infância São José	73%
Jardim de Infância Princesa Isabel	76%

Fonte: Relatório do Governo do Território (BARBOSA, 1958).

Esses números foram considerados satisfatórios pelo governo da época, considerando a precariedade que se encontrava o ensino quando iniciaram os trabalhos em 1955. O relatório enaltece o empenho e dedicação dos professores, embora não possa ser considerado, por tudo que foi descrito neste período e nos períodos anteriores, satisfatório.

Tabela 7 – Faixa etária de alunos matriculas nas primeiras séries em 1962

Faixa etária	Nº de alunos
Menos de 7 anos	87
8 anos	298
9 anos	336
10 anos	351

12 anos	334
13 anos	257
14 anos	197
Mais de 15 anos	84

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS (n. 65-66, p. 6, 1964).

A Tabela 7 apresenta a faixa etária dos alunos naquele período. No ano anterior, em 1961, houve um total de 1.759 aprovações no geral e 138 alunos chegaram ao fim do curso primário.

Nesse período inicial de implantação do sistema de ensino, foram criadas 21 escolas e destas, quatro deixaram de funcionar por falta de professores e de estruturas apropriadas. Fecharam três no Baixo Rio Branco: José Bonifácio, Barbosa Rodrigues e a Couto de Magalhães, a quarta escola foi a Diomedes Souto Maior, em Boa Vista. Continuava persistindo a falta de material, a carência de operários para conclusão e construção de prédios escolares nos prazos que se pretendiam. O ano letivo iniciava e a escola não era concluída.

No interior, segundo o relatório, houve ajuda de pessoas da comunidade, tanto na concessão de casas para o funcionamento de escolas quanto na hospedagem de professores, além de outras iniciativas que concorriam para o incentivo educacional.

O sistema de ensino continuou a expandir-se no início da década de 1960: o ensino primário em Roraima contava com 39 unidades escolares (1962). Havia nesse período 112 professores primários, sendo 84 nas 34 unidades mantidas pela Divisão de Ensino subordinada à Secretaria de Educação do Amazonas e 28 lotados nas cinco escolas particulares existentes naquela época.

A maioria dessas escolas funcionava fora da área urbana: 28 estavam na zona rural e 11 nas cidades, do total que eram responsabilidade da União. A matrícula geral, nesse período, era de 3.334 alunos, com matrícula efetiva de 2.778, sendo 1.437 meninos e 1.354 meninas, tendo ainda 2.315 alunos nas unidades federais e 1.019 alunos nas particulares. (REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, nº 65/66, 1964, p. 6).

O ensino médio, nesse período, em número bastante reduzido, dispunha

de duas unidades: uma no secundário com 17 professores e 254 alunos matriculados no início de 1962, sendo 130 do sexo masculino e 124 do feminino; a outra unidade de ensino era uma Escola Normal, com 16 professoras para atender 66 alunos, sendo 51 alunas e apenas 15 alunos.

Das duas unidades escolares, uma era o Ginásio Euclides da Cunha, que pertencia à Prelazia do Rio Branco, ligado até hoje à Diocese de Roraima e a outra unidade era o Curso Regional Monteiro Lobato, instituição pública estadual onde funcionava o Curso Normal (REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, n. 65-66, 1964).

O norte do Brasil era um desafio para os educadores que eram recrutados no sul e no sudeste do país, situação bem retratada pela equipe formada pelo INEP por meio de edital e seleção. Em convênio com o governo de São Paulo e a USP vão para o Amazonas equipes pedagógicas para capacitar os professores da capital e do interior, e depois para o Território Federal de Roraima, Território Federal do Amapá, o antes Território Federal do Acre, além da Paraíba e Piauí, no Nordeste. As cidades mais distantes da Amazônia foram alcançadas por meio de hidroavião, o que mostra as dificuldades de deslocamento no norte do Brasil.

No caso de Roraima, a capacitação ocorreu no período de intervalo dos cursos em algumas cidades do interior do estado do Amazonas, cuja Secretaria de Educação encaminhou a equipe pedagógica para o Território Federal de Roraima. O curso foi curto, aconteceu no período de 1º a 17 de julho de 1963, contribuindo naquele momento para o aperfeiçoamento numa região onde, 20 anos depois da criação do território, continuava grande a carência de professores para suprir a demanda (ARANHA, 2013). Em 1966 foram criados o Ginásio Orientado para o Trabalho Barão de Parima e o Curso Científico Monteiro Lobato.

No segundo mandato como governador do Território Federal do Rio Branco, Hélio da Costa Campos fez uma exposição aos alunos da Escola Superior de Guerra, em agosto de 1971. Nessa exposição foram apresentados alguns dados sobre o ensino no território. Segundo ele, o ensino se apresentava aceitável, sendo que no segundo semestre de 1971 era registrado apenas 6% de analfabetismo. As tabelas a seguir apresentam dados que, segundo o governador, tornava aceitável a situação da educação.

Tabela 8 – Número de escolas e alunos em 1971

Locais	Número de escolas	Alunos
Capital	18	5.190
Interior	137	5.782
Total	155	10.972

Fonte: Governo do Território Federal de Roraima (1971).

É importante sempre destacar que no número de escolas e de alunos no interior, apresentados na tabela acima, havia muitas escolas chamadas isoladas, muitas eram apenas com uma sala de aula com várias séries, como aparece em outros momentos desta pesquisa.

Tabela 9 – Total de professores no Território Federal de Roraima em 1971

Local/Ano	Capital	Interior	Total
1970	177	190	367
1971	196	217	413

Fonte: Governo do Território Federal de Roraima (1971).

Os números apresentados na Tabela 9 também se relacionam com as escolas isoladas mencionadas nos comentários da Tabela 8, mas não há registros do governo da época a respeito de professores leigos ou professores concursados. Fica apenas como o discurso oficial sobre o ensino daqueles anos e servem para se ter uma noção da demanda atendida.

Tabela 10 – Número de escolas, professores e alunos de ensino médio – 1970-1971

Ano	Total de escolas	Total de alunos	Total de professores
1970	6	1.911	80

1971	6	2.301	112
------	---	-------	-----

Fonte: Governo do Território Federal de Roraima (1971).

Na Tabela 10 os números do ensino médio referem-se à capital, pois não havia ensino médio no interior. Nos dois anos apresentados na exposição do governador Hélio Campos, em 1970 e 1971. Portanto, existiam apenas seis escolas de ensino médio, o que demonstra que muitos jovens em idade escolar não chegavam ao ensino médio.

Nesse período, a população do território, pelo censo de 1970, era de 40.885. É difícil entender como se chegou a apenas 6% de analfabetismo numa região remota de professores habilitados e com falta de estrutura física. É um número abaixo do índice nacional para o período dos anos de 1970, em que todos os estados buscavam a redução dos altos índices de analfabetismo, principalmente nas regiões mais pobres. Isso só pode ser explicado pelos critérios utilizados no levantamento feito para se chegar a esse total¹⁰.

Nesse período foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em Boa Vista e em todo território. Organizada uma comissão para iniciar as atividades de alfabetização, sob a administração da Coordenação Estadual do Amazonas, foi realizada a capacitação dos técnicos e monitores que atuavam junto aos alunos analfabetos, suas ações se sucederam praticamente até a extinção do regime militar.

O primeiro programa pedagógico desenvolvido no Território Federal foi o Programa de Alfabetização Funcional, atendendo somente a população analfabeta da cidade de Boa Vista. Em 1972 foi criada a Coordenação Territorial do Mobral, que passou a administrar o Programa em Boa Vista e Caracaraí.

À medida que a ação do Mobral foi se ampliando, propiciou a criação de várias outras ações para atender as expectativas e necessidades dos alunos, atingindo, até o início dos anos 1980, todos os oito municípios existentes naquela

¹⁰ Essas informações são baseadas na exposição feita pelo governador do Território Federal do Rio Branco, Hélio da Costa Campos, aos alunos da Escola Superior de Guerra em agosto de 1971, inclusive os dados das Tabelas 8, 9 e 10.

época no território.

No início dos anos de 1980 o Mobral e o discurso oficial do governo destacaram os objetivos e as ações educativas desenvolvidos nesse período, embasados pela metodologia de ação comunitária, integrando o homem brasileiro no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural, como agente e beneficiário das melhorias de vida das comunidades e da sua propriamente dita, tais como: alfabetização funcional, educação integrada, educação pré-escolar, educação para o trabalho, ações culturais e ações de saúde.

A meta do Mobral estabelecida pelo regime militar para o ano de 1984 era desenvolver diversos programas:

- Alfabetização funcional, tinha a proposta de formar 66 grupos com 1.400 alunos;
- Educação pré-escolar, com a formação de 41 núcleos com 1.200 alunos;
- Educação integrada com 24 classes, para atender 750;
- Cursos profissionalizantes no setor primário, com 23 cursos programados, com previsão de 600 participantes;
- Criação de 278 hortas caseiras, escolares e comunitárias;
- 26 aviários comunitários;
- 95 Grupos de produção e 60 pomares caseiros.

Os jornais da época destacavam algumas atividades do Mobral, tentando estimular e desenvolver atividades para combater o analfabetismo e envolver a população que mais precisava de atendimento educacional. Foi o caso do curso de reciclagem para monitores da antiga Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), oferecido em julho de 1981, e a Mobraltecaque propiciou *shows* de cultura e lazer para a comunidade nos meses finais de 1981 (JORNAL BOA VISTA, Fig. 14 e 15, 1981).



Figura 14 – Jornal Boa Vista divulgando um curso de capacitação do Mobral

Fonte: JORNAL BOA VISTA (31 jul. 1981).



Figura 15 – Atividade do Mobral em Boa Vista

Fonte: JORNAL BOA VISTA (30 out. 1981).

As Figuras 14 e 15 apresentam atividades executadas pelo Mobral em Boa Vista. Outras ocorreram, mas pouca coisa mudou no Território. Eram ações que não faziam frente às questões precárias da educação e eram concomitantes ao processo de alfabetização. Com a derrota do regime militar o Mobral foi extinto e muitas dessas ações nem chegaram a ser colocadas em prática.

1.4 Contexto educacional roraimense no período de 1980–1990

Entre a década de 1970 e a de 1980, até a transformação do Território em Estado pela Constituição de 1988, o sistema educacional roraimense apresenta um forte crescimento da demanda de alunos para o ensino básico. Nesse período a população cresceu, de acordo com o Censo do IBGE de 1970, de uma população de 40.541 a 217.583 no Censo de 1991, quando já era Estado. Esse crescimento implicou em aumento de demanda de serviço público, de infraestrutura e de pessoal capacitado para atuar na rede pública de ensino.

No final dos anos de 1980, emerge uma cultura plural em razão do aumento do fluxo migratório de diferentes regiões brasileiras, o que trouxe grande contribuição para a organização educacional desta parte da Amazônia, no entanto, a necessidade de mão de obra qualificada persistia.

Para entender o processo educacional no início dos anos de 1980 e a evolução do sistema de ensino recorreremos ao relatório redigido pela secretária de Educação desse período, a freira professora Irmã Cristina Ribeiro da Silva. Segundo dados apontados nesse relatório, no ensino pré-escolar eram atendidas 1634 crianças, sendo 1385 na zona urbana e 294 na zona rural. Na capital Boa Vista funcionava, naquele ano, um jardim de infância, com 37 classes

anexas às escolas de 1º grau, hoje Educação Infantil e Ensino Fundamental. De acordo com o relatório havia um déficit de atendimento nesse nível de ensino, com a necessidade de ampliar escolas na zona urbana e, principalmente, na zona rural, onde o atendimento era muito precário.

Outro problema mencionado era o quadro docente. Havia, segundo esse relatório, 58 professores atuando na Educação Infantil, sendo 16 habilitados. O 1º grau contava com 21 instituições de ensino na zona urbana (20 escolas e um centro escolar). Desses, 11 atendiam da 1ª a 8ª séries e 9 atendiam da 1ª a 4ª séries, totalizando 11.872 alunos. Para tornar possível o atendimento de todos que procuravam a Secretaria de Educação, foi criado o turno intermediário que funcionava das 11 às 14 horas em duas escolas. Essa “estratégia” de ensino não produziu os resultados esperados, com pequeno aproveitamento dos alunos, principalmente em razão do calor que faz em Roraima.

Na zona rural havia 202 escolas para atender 6.800 alunos matriculados. Alguns aspectos que devem ser mencionados a respeito dessas escolas. O acesso era difícil e segundo o relatório apenas 174 escolas eram alcançadas por rodovias, as demais somente por via fluvial ou aérea. Havia também a flutuação da população, isto é, alguns núcleos populacionais deixavam de existir devido ao fluxo migratório do interior de uma região para outra do território e para a capital Boa Vista. Como a zona rural não oferecia condições que estimulassem a permanência das pessoas, por causa disso oito escolas foram fechadas.

Ainda com relação às escolas rurais, muitas eram multisseriadas, um professor atuava para as quatro séries iniciais do 1º grau e era também o diretor e o responsável pela merenda escolar e pela limpeza da escola. Esse tipo de escola existe ainda hoje, mas naquele período era muito comum.

De acordo com a Secretaria de Educação/RR, a implantação de escolas de 5ª a 8ª séries na zona rural, mesmo com todas as dificuldades que se apresentavam, contribuiu para que muitas famílias se fixassem em determinadas localidades, gerando maior concentração de escolarização.

Havia grande déficit de atendimento da população, devido ao abandono de núcleos populacionais por muitas famílias além da dificuldade de acesso às escolas e da carência de pessoal habilitado para atuar na docência. Apenas 4%

dos professores possuíam habilitação, que gerava muita rotatividade, o currículo era inadequado, falta de transporte e, somando-se a isso, tinha a centralização das decisões que dificultava o andamento de questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

O ensino de 2º grau era oferecido em duas escolas. Na Escola Gonçalves Dias, que funcionava em prédio próprio, eram atendidos 1.565 alunos, distribuídos nos Cursos de Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Auxiliar de Escritório, Habilitações Básicas em Construção Civil e Agropecuária. A Escola de Formação de Professor funcionava provisoriamente com apenas oito salas de aula e com a inauguração do prédio próprio, houve melhoria no atendimento (SECD, 1981).

Havia ainda o Ensino Supletivo do 1º e 2º graus, que realizava exames de suplência geral e atendia por ano 1.622 estudantes. O Projeto Minerva, criado pelo governo militar, atendia 432 alunos em 15 rádio postos. Era transmitido via rádio e apresentava grande índice de evasão.

A Educação Especial funcionava em salas anexas às escolas. Havia uma escola para alunos especiais nesse período que atendia 93 portadores de necessidades educacionais especiais, sendo 34 em áudio comunicação, 49 deficientes mentais e 10 deficientes físicos.

De acordo com os dados do relatório da SECD, os maiores problemas dessa década eram a falta de estrutura física adequada, a falta de professores habilitados e currículo inadequado, problemas que persistiram mais pela falta de vontade política do que pela falta de recursos no Território Federal (SECD/RR)¹¹.

Nos anos de 1981 e 1982 houve a inauguração de duas escolas (Figuras 16 e 17) que aumentaram a oferta de vagas para a educação básica em todo Território de Roraima, isso foi amplamente noticiado pela imprensa local, principalmente pelo Jornal Boa Vista que cumpria bem o seu papel de fazer

¹¹Todos esses dados relativos ao ano de 1981 foram retirados do Relatório da SEDC/RR de 1981, elaborado pela secretária de Educação, Irmã Cristina Ribeiro da Silva, no governo de Ottomar de Sousa Pinto. Outras informações desse relatório foram extraídas do trabalho de Lima (2005).

propaganda do governo.



Figura 16 – Inauguração da Escola Hildebrando F. Bittencourt em 1981

Fonte: Acervo do Centro de Documentação de História/UFRR (JORNAL BOA VISTA, 1981).



Figura 17– Inauguração da Escola Penha Brasil

Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Curso de História/UFRR (JORNAL BOA VISTA, ABRIL 1982).

Em 1982 foi também inaugurada uma escola que abriria caminho para as políticas de formação docente no Território. Em 13 de novembro surge a Escola de Formação de Professores, um acontecimento em Boa Vista com a presença do governador Ottomar de Sousa Pinto que presidiu a cerimônia de inauguração. Também estiveram presentes a secretária de Educação, Irmã Cristina Ribeiro da Silva, o prefeito de Boa Vista, Major Alcides Rodrigues dos Santos, o diretor da escola, professores e alunos (Figura 18).



Figura 18 – Inauguração da Escola de Formação de Professores

Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Curso de História/UFRR (JORNAL BOA VISTA, 20 nov. 1982).

O prédio da Escola de Formação de Professores contava com 20 salas de aula, cinco de apoio pedagógico, três especiais, seis de apoio administrativo, cinco salas de apoio ao estudante e 12 outros ambientes. A Figura 19 registra parte das dependências da escola.

O objetivo da escola era atender além dos alunos da pré-escola, o ensino de 1º e 2º graus em Magistério e os Estudos Adicionais (Lei 5692/71), propiciar campo de estágio para os alunos do Magistério na própria escola e outras atividades inerentes ao processo de formação docente. A formação de professores para atuar de 1ª a 4ª séries foi contemplada, mas ainda demoraria alguns anos para atender a demanda reprimida.

A rede oficial de ensino do Território Federal de Roraima atendia, no início dos anos de 1980 a todos os níveis de ensino da educação básica: pré-escolar, 1º e 2º graus, regular e antigo supletivo, além da educação especial.



Figura 19 – Algumas dependências da escola de formação no dia da inauguração

Fonte: Acervo do Centro de Documentação do Curso de História/UFRR (JORNAL BOA VISTA, 20 nov. 1982).

Essa condição do ensino surgiu de ações de extensão universitária, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Ceará (UFCE). O auxílio era por meio de atividades e treinamentos dos professores para o atendimento dessa modalidade de ensino.

No que diz respeito ao ensino regular e supletivo, no início dos anos de 1980, o sistema de ensino roraimense tinha 235 escolas, 27 na capital e o restante no interior, com 32.866 matrículas, 1.263 professores atuando. Numa relação aluno/sala de 45,52 e aluno/professor de 24,26 (MAGALHÃES, 1986).

Em 12 de abril de 1984 foi criada em Boa Vista a Escola de Música, sob a direção da professora Cintia Marques de Oliveira, considerada uma grande conquista e que funciona até hoje com grande relevância.

Roraima era até 1988 um território federal. Com a Constituição

promulgada, nesse mesmo ano, passou a ser mais um estado-membro da Federação. Assim, muitos professores que foram contratados para atuar na docência e em outras áreas até 1990, passaram para o quadro da União e são hoje os chamados “funcionários do ex-Território”. No caso dos professores, a maioria sequer tinha formação na área.

Com a transformação do Território em Estado acontece a primeira eleição direta para governador, que até então era designado pelo Governo Federal. Com ampla articulação política, Ottomar de Sousa Pinto foi o primeiro governador eleito pelo voto. Já havia sido governador nomeado do Território Federal de Roraima e seria governador novamente do Estado de Roraima. Ele é muito citado durante nossa pesquisa, principalmente por uma das fontes, o Jornal Boa Vista, tudo que o governador participava era amplamente divulgado por esse jornal, aparecendo nas colações de grau, inaugurações de escolas entre outros acontecimentos.

A carência de professores habilitados em Roraima ainda era muito grande, o que ficou comprovado com duas políticas de formação docente criadas. Uma delas foi o Projeto Caimbê, oferecido de 1995 a 2001, habilitando 920 professores leigos do interior do Estado. As aulas aconteciam nos recessos escolares e todos os professores se dirigiam a Boa Vista com ajuda de deslocamento, alojamento e alimentação. Foi um curso de Magistério, para capacitar aqueles que já atuavam no ensino, mas não tinham formação. Alguns lecionavam até no ensino médio, sem nenhuma qualificação e outros só tinham o ensino fundamental. Isso demonstrava toda a fragilidade do sistema educacional roraimense e a grande carência de professores habilitados.

A outra política de formação docente em Roraima foi o Magistério Parcelado Indígena, destinada somente para essa população, nos mesmos moldes do Projeto Caimbê. Tinha o objetivo de atender escolas das comunidades em todo o Estado, onde os próprios membros atuavam para preservar a cultura e os seus interesses. Foi ofertado de 1995 a 2001, habilitando 418 professores indígenas. No último capítulo deste trabalho discutiremos, de forma mais ampla, esse projeto.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) foi criada em 1990, ou seja, não havia nenhuma instituição no Estado responsável pela formação de nível

superior. No início dos anos 2000 foi criado o Instituto Superior de Ensino de Roraima (ISE-RR), depois transformado na Universidade Estadual de Roraima, que interiorizou o ensino superior criando vários campi.

No sentido inverso a migração também tem ocorrido de modo seletivo. Com a promulgação da Constituição de 1988 e, com a consequente transformação do antigo Território Federal em estado-membro da Federação, ao se deparar com falta de uma legislação específica, aplica-se aos Estados de Roraima e Amapá a legislação utilizada quando da transformação de Rondônia em Estado.

Esta legislação aplicada deu abertura para a chamada redistribuição de pessoal. Usando esse método, amparados no Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, muitos servidores públicos federais, dos mais qualificados, foram realocados para diversos estados brasileiros, prejudicando o Estado de Roraima, que não poderia prescindir de tais funcionários.

Essa redistribuição de pessoal – como era de se esperar – ocorreu principalmente com técnicos especializados, professores, médicos e demais profissionais de nível superior, desfalcando assim o quadro de pessoal federal à disposição do novo ente federativo.

Outro agravante que influenciou a economia do Estado, nesse período, foi o fechamento do garimpo. A economia sofreu um duro golpe com a falência de diversas empresas e a transferência de estabelecimentos comerciais para outros estados. No campo da educação o Estado dispunha em 2009 de uma rede de 585 escolas de ensino fundamental, das quais 322 estaduais, 252 municipais, 10 particulares e uma federal. O corpo docente era constituído de 4.842 professores, sendo que 2.952 trabalhavam nas escolas públicas estaduais, 1.627 nas municipais e 217 nas particulares. Estudavam nessas escolas 86.547 alunos, dos quais 82.208 nas públicas e 4.339 nas particulares. O ensino médio era ministrado em 100 estabelecimentos, com a matrícula de 17.512 alunos, sendo 16.175 nas públicas e 1.337 nas particulares.

Esses são os dados gerais da época. Como não existia controle, que

começou a ser feito na segunda metade da década de 1990, as informações são escassas e os números apresentados em algumas situações são controversos.

1.5 Construção da identidade cívica em Roraima no período 1940-1985

Com a criação do Território Federal do Rio Branco surge a preocupação com a construção de uma identidade cívica. Não era uma questão local: tanto no governo de Getúlio Vargas quanto durante o regime militar, essa questão foi transformada em mecanismo de controle. Por isso se faz necessária uma rápida análise desse aspecto em razão de sua importância na constituição do Estado de Roraima.

Os instrumentos que foram utilizados inicialmente e, depois, durante o período da ditadura militar foram os mesmos. Desfiles escolares, militares, aniversário da cidade, Semana da Pátria e qualquer outro, serviam de instrumento para a construção da identidade cívica com identificação ao governo. Segundo Nagle (2009), o caráter cívico desenvolvido no Território Federal do Rio Branco, atual estado de Roraima, teve sua origem, de certa maneira, na segunda década do século XX. Representou, naquele momento, período fértil para o desenvolvimento e organização de ideias nacionalistas, que se multiplicarão nas décadas seguintes.

A partir desse período, manifestações nacionalistas começaram a ocorrer de forma sistemática e influenciadora. No campo da educação elas foram amplamente divulgadas, especificamente nos livros didáticos de conteúdo moral e cívico, com uma acentuada conotação patriótica. A doutrinação educacional nesse período foi intensa.

Ocorre que a doutrinação iniciada no campo da educação escolar repercutiu, na época, muito mais do que quaisquer outros, além do que teve maior continuidade; e com a situação criada com as colônias imigrantes, principalmente no sul do país, e cuja consequência mais significativa foi o desencadeamento do processo de nacionalização da escola primária, aparece outro foco desses sentimentos nacionalista. (NAGLE, 2009 p. 57).

O nacionalismo tem sido instrumento de manipulação ideológica,

principalmente nos regimes ditatoriais. No caso de Boa Vista, desde a criação do território em 1943, esse processo foi utilizado para legitimar o regime político da época. Até a década de 1990 os governadores do Território e depois do Estado, foram militares. Com o golpe militar de 1964 o caráter cívico e militarizado foi intensamente explorado.

Esse projeto de nacionalidade brasileira influenciou na construção do sistema educacional de Roraima, pois a atuação no campo político-educativo institucional foi formalizada pela instauração de um discurso que enaltecia a unidade nacional.

As escolas reproduziam esse discurso ideológico e suas ideias. Nos anos de 1940 a escola exigia dos alunos a adequação aos padrões do Estado promovendo a ideia de construção de uma nacionalidade formadora de cidadãos para a nação (MACEDO, 2012).

O Hino Nacional e o hino escolar eram transformados em verdadeiros rituais patrimonialistas culturais, tentando transmitir um passado glorioso de exaltação ao desbravador lusitano no território, o que contrastava com a imensa presença de comunidades indígenas e a carência vivida na região.

As atividades culturais da capital do Território eram provincianas. Em 1962, a cidade possuía 3.910 volumes catalogados na biblioteca da municipalidade, um teatro com 180 lugares, um cine-teatro com 260 lugares, uma associação literária com 18 membros e seis associações desportivo-recreativas com 1.138 associados. Esse era o contexto cultural da capital. Os municípios do interior eram ainda mais carentes de atividades culturais e de recursos financeiros.

Ao ensino, nesse período, foi atribuído um sentido extremamente cívico, ou seja, a formação inicial deveria ter o cunho patriótico, com o discurso da “grandeza de nossa terra e nossa gente”, e a projeção de um Brasil sobrepujante (OLIVEIRA, 1986).

Durante os anos da ditadura militar foi ampliada a relevância no caráter cívico e seu uso como instrumento de exaltação desse período. O governo do Território e a prefeitura da capital se encarregavam da organização dos desfiles, e nas diversas comemorações, com um calendário intenso. Nos anos de 1970

Roraima, por intermédio do governo territorial incorpora o discurso oficial do governo militar, de integração do território ao restante do país. O instrumento utilizado era a promoção do caráter cívico em todos os eventos e datas comemorativas.

Além do caráter militarizado dessa construção cívica, havia a ação da igreja, especificamente da igreja católica. As festividades religiosas como procissões, quermesses, novenas, dias santos entre outros, eram patrocinados pelos grandes proprietários e pecuaristas do local (MAGALHÃES, 1986). O caráter de subordinação era o mesmo das festividades cívicas dos anos de 1940 durante o regime militar.

Havia, portanto, uma transmissão exacerbada do civismo, reforçada pelos livros da época e das atividades desenvolvidas nas escolas. A Divisão de Ensino procurou integrar professorado e alunos na função primordial de veicular e despertar o civismo, por meio de comemorações, nas datas nacionais. Comemorações como o Dia do Soldado, aniversário da administração local, Semana da Pátria, Dia da Árvore, Semana da Criança, entre outras datas refletiam bem essa preocupação cívica.

Esse discurso de integração nacional subtendia naquele momento o rompimento do isolamento e da escassez de produtos de primeira necessidade, o que era muito comum na região naquela época (MARTINS, 2010). Na prática, não acontecia mudança desse quadro e a população continuava em estado de abandono. Mas as comemorações públicas geravam certo “arranjo político”, acomodando igreja, fazendeiros e governo em detrimento dos interesses e necessidades do povo em geral.

O destaque das comemorações cívicas transformou a Semana da Pátria, incluindo o Sete de Setembro, em data de referência patriótica, com a participação das comunidades indígenas no interior do Território, embora menor que capital. O Jornal Boa Vista¹² fazia referência aos desfiles de 7 de Setembro

¹² Jornal do governo do Território Federal do Rio Branco que circulou de janeiro de 1954 até o início dos anos de 1980. O jornal pertencia ao Estado e servia como seu instrumento de propaganda, os funcionários eram servidores públicos e tudo que era publicado passava pela censura do governador.

e servia como divulgador de todas as ações do governo, inaugurações, festividades e todas as propagandas possíveis tanto do governo do território quanto de nível federal:

O dia da pátria foi intensamente comemorado em todos os quadrantes de Roraima, inclusive nas comunidades indígenas. Na Capital, o ponto culminante dos festejos da Independência foi o grande desfile militar-estudantil, na orla da Praça do Centro Cívico e que atraiu uma multidão de crianças, jovens, adultos e velhos. (JORNAL BOA VISTA, 1975).



Figura 20 – Instrumento de propaganda local e do governo militar

Fonte: Centro de Documentação do Curso de História da UFRR (JORNAL BOA VISTA, fev. 1983).

Não havia uma especificação do número de pessoas na reportagem, mas era um acontecimento importante que mobilizava as cidades e as comunidades onde eram organizados os desfiles.

Outra data importante era o 13 de Setembro, data da criação do Território Federal do Rio Branco, acontecimento que reunia número de pessoas ainda maior do que o Sete de Setembro. Atualmente, em Roraima, essa data é muito pouco lembrada, embora exista um bairro com esse nome. Mesmo na literatura regional dos historiadores, recebe pouco destaque.

Os hinos eram cantados nos momentos que antecedia as aulas ou alguma solenidade, criando práticas e representações mais significativas na memória coletiva da escola e contribuindo para a criação de uma identidade escolar de natureza cívica. A disciplina dos alunos era outra preocupação, deveria estar de acordo com o que pretendia o governo da época, procurando coibir qualquer sentimento que não fosse voltado para o interesse do país, pelo menos a ideia era essa.

As celebrações cívicas se intensificaram com o golpe de 1964, representando um contexto sociopolítico que perdura até o final da década de 1970. Essas comemorações cívicas foi uma tentativa de criar a chamada “roraimidade”, alinhada à “brasilidade”, consideradas como necessárias para uma região definida pelos militares como estratégica. Para esta região da Amazônia, localizada numa tríplice fronteira, com alta taxa migratória, inicialmente espontânea e posteriormente, nos anos de 1990, incentivada pelo governo local.



Figura 21 – Desfile estudantil em 1949 em Boa Vista

Fonte: COSTA (1949).



Figura 22 – Foto de alunos prontos para o desfile, em Boa Vista

Fonte: Acervo de Sergio Covello Aranha (no centro da foto, em 1966).



Figura 23 – Publicação destacando o desfile cívico/estudantil

Fonte: Centro de Documentação do Curso de História da UFRR (JORNAL BOA VISTA, 1982).

As Figuras 21, 22 e 23 mostram a preocupação com o desfile estudantil nas datas salustivas ao Sete de Setembro, em períodos diferentes, com intervalos bastante consideráveis, 1949, 1966 e 1982. Elas mostram os esforços para construir uma identidade cívica e patriótica. No entanto, ao longo das décadas, prevaleceu em Roraima uma identidade local bem distinta, em razão do alto fluxo migratório e do sentimento dos habitantes nativos dessa região da Amazônia.

Os registros sobre perseguição política em Roraima são escassos. Há depoimentos de professoras aposentadas que chegaram a ser ameaçadas de transferência para lugares de difícil acesso. Santa Maria do Boiaçu era o local preferido dos governos locais para enviar os desafetos e até hoje é um local de difícil acesso (PURCENO, 1999).

O governo militar não logrou êxito na construção de uma identidade nacional. Hoje se percebe que Roraima apresenta um regionalismo resultante da presença de nordestinos, gaúchos e de pessoas de outras partes do país, que escolheram Roraima para empreender e viver. Sobrou muito pouco do caráter de construção da nacionalidade brasileira implantada pelos militares.

CAPÍTULO 2

PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ENSINO SUPERIOR EM RORAIMA: ORGANIZAÇÃO E OFERTA

Introdução

A história do ensino superior em Roraima tem seu início nos anos de 1970 com oferta de cursos de nível superior feitas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Pará (UFPA), que contribuíram, nesse primeiro momento, com a formação de professores, pela falta de uma instituição de ensino superior local. Em 1990 foi criada a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que se tornou responsável pela formação de nível superior. A partir de 2000, surgiram outras instituições de caráter público e privado, gerando a expansão de oferta e diversificação desse nível de ensino.

A análise da trajetória histórica desse nível de ensino mostra seus avanços para desenvolver a região e atender às necessidades de formação e aperfeiçoamento de professores e à melhoria da qualidade de ensino do sistema educacional local, visto que a capacitação de professores para atuar na rede pública de ensino era um desafio sempre presente nesta parte da Amazônia. O estado de Roraima, apesar de ter uma ocupação considerada tardia para os padrões amazônicos, tem-se desenvolvido no plano político e econômico e, de certa forma, vencido também o isolamento com maior integração com a Venezuela, o Caribe e o estado do Amazonas. Muitos professores com titulação acadêmica têm-se deslocado para Roraima e ajudado na melhoria do ensino, na abertura de novos cursos necessários para a capacitação de profissionais nas várias áreas e contribuído também para publicação de pesquisas em diversos grupos de conhecimento. O importante desempenho da UFRR na oferta do ensino superior tem gerado maior atividade de pesquisa no estado.

O início dessa trajetória ocorre com as primeiras capacitações para professores das séries iniciais do ensino fundamental nos anos de 1960, o que demonstra que as dificuldades e carências eram muito grandes naquele período. Por isso, antes de mostrarmos a trajetória do ensino superior, reservamos um primeiro momento para o relato dessas capacitações, inclusive

de uma equipe vinda de São Paulo, o que reforça a carência que existia nessa parte do Brasil no que diz respeito à formação e atualização docente.

Em um segundo momento são descritas as primeiras iniciativas de oferta de ensino superior por várias instituições de outros estados, bem como apresentamos relatos de saída de jovens roraimenses para estudar em outros locais, como Manaus e Belém, com casas do estudante criadas pelo governo da época para alojar os que se dirigiam a essas cidades para estudar, e também algum tipo de apoio para quem fosse para estados mais distantes.

E, por último, neste capítulo, apresentamos as primeiras instituições de ensino superior de Roraima, começando com a FECEC, a UFRR e depois a ampliação da oportunidade de estudos superiores na capital Boa Vista e no interior do Estado.

2.1 Primeiros cursos de capacitação docente nos anos de 1960

Não houve, até os anos de 1980, qualquer política local para atender à demanda de formação de professores para atuar no ensino fundamental e médio, e mesmo a formação para o magistério das séries iniciais era insuficiente. Por isso havia muitos leigos atuando no interior, já que não havia pessoal formado em número suficiente, faltavam professores, sem geração de emprego e renda, também não existia em Roraima (ainda Território Federal) uma instituição de ensino superior. Em 1963 ocorreu o primeiro curso de capacitação, realizado por uma equipe vinda de São Paulo.

A formação docente de magistério era feita pela Escola de Formação de Professores que também era responsável em oferecer o Logos II que atendia professores leigos que atuavam no interior e não tinham formação. O Logos foi um projeto criado em 1973 pelo Parecer 699/72 do MEC, foi dotado de recursos financeiros para tentar transformar, em curto prazo, o perfil do sistema educacional nas regiões menos desenvolvidas. Nesse ano se estima que havia cerca de 300.000 professores leigos atuando nos sistemas de ensino que não dispunham de professores habilitados. Foi inicialmente chamado de Logos I e o Logos II foi a expansão desse projeto em nível nacional. Habilitou muitos professores mas era preciso políticas mais consistentes para este e os demais

níveis de ensi

Para entender melhor a necessidade de formação é importante mencionar que antes desse período, ainda nos anos de 1960, ocorreram apenas dois cursos de capacitação de professores, o primeiro organizado em São Paulo. No final de 1962 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo uma convocação da Secretaria de Educação dirigida a professores interessados em participar de um programa de assistência técnica em educação nos estados das regiões norte e nordeste; eles fariam parte de uma equipe que ofereceria cursos de capacitação para professores não titulados que atuavam nesses estados e nos territórios federais de Roraima e Amapá (ARANHA, 2013).

Essa equipe foi constituída após a seleção realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do MEC em convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e apoio da Faculdade de Educação da USP. Os selecionados eram jovens professores, com pouca experiência e em início de carreira, que se dispuseram a enfrentar os desafios da viagem e das dificuldades de acesso aos locais onde foram trabalhar, dando uma grande contribuição para o ensino nesses estados brasileiros (ARANHA, 2013).

Esse grupo de professores realizou capacitação no interior do Amazonas, no Território Federal do Amapá, no Acre, Piauí e Paraíba. Em Roraima foi realizada no intervalo dessas viagens, ocorrendo de forma intensiva de 1º a 17 de julho de 1963. Poucos relatos são encontrados na historiografia educacional dessa região sobre esse primeiro curso de capacitação. As figuras 24 e 25 mostram a equipe que participou dessa capacitação como formadores. O curso foi autorizado pelo governo do Amazonas, visto que a equipe estava a serviço daquele Estado. Por conta disso, foi um curso intensivo.



Figuras 24 e 25 – Primeira equipe de formadores em 1963

Fonte: Arquivo pessoal de Sérgio C. Aranha (1963).

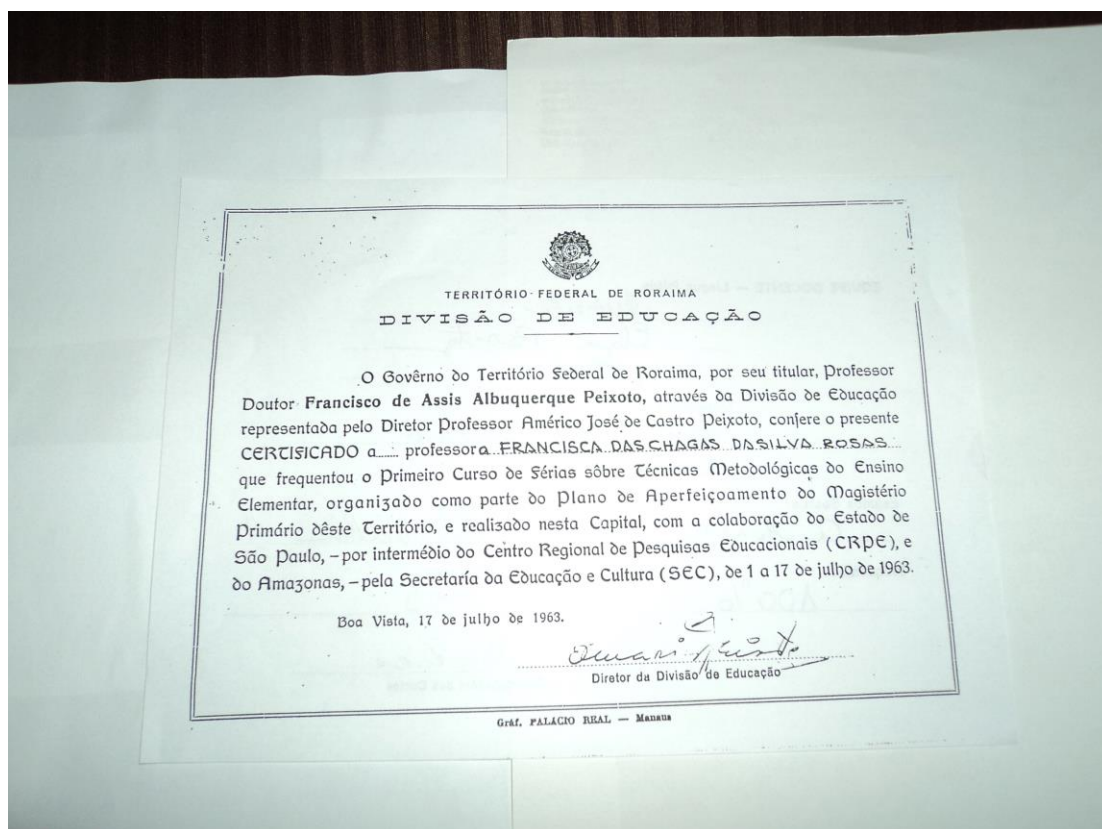


Figura 26 – O certificado que cada professor recebia no final do curso de capacitação

Fonte: Arquivo pessoal de Sérgio Covello Aranha (1963).



Figura 27 – Equipe que participou da capacitação de professores em Roraima em 1966

Fonte: Festa de confraternização do Curso de Técnicas Metodológicas. Acervo de Sérgio Covello Aranha (Dez. 1966).

A Figura 27 mostra a equipe de formadores que fez a segunda capacitação de professores em Roraima, em foto feita em dezembro de 1966, na despedida da equipe de Boa Vista, responsável pelo curso de Técnicas Metodológicas para melhorar a atuação dos professores das séries iniciais. Essa capacitação denominada “curso de aperfeiçoamento”, com período mais longo que o de 1963. Eram cursos de três meses de duração para professores das séries iniciais que atuavam na capital Boa Vista e também no interior, funcionando nos três períodos: manhã, tarde e noite. Era muito cansativo, mas por conta do tempo curto disponível, foi realizado dessa forma.

A equipe que organizou essa capacitação contava, segundo relatos de Aranha (2013), com alguns membros daquela primeira equipe que tinha ministrado o curso intensivo de 1º a 17 de julho de 1963, devido à grande experiência adquirida no primeiro período em que viajaram pelos estados da

região Norte e Nordeste e também com a participação de outros professores, previamente selecionados.

O objetivo dessa capacitação era buscar a melhoria da qualidade de ensino naquele período e a meta atingir 80% dos professores. Há poucos relatos sobre essa capacitação e a anterior, o que demonstra a grande dificuldade que era fazer educação nesta região, onde muitos leigos atuavam no sistema de ensino por falta de professores habilitados. As informações sobre esse período são escassas, muito poucos registros foram encontrados, o que dificultou o relato desse período, não só dos cursos da capacitação, mas também do funcionamento do sistema de ensino local.

Poucos se aventuravam a atuar nessa parte da Amazônia. Segundo Aranha (2013), que participou como professor formador nessa equipe e ministrou uma das disciplinas nas duas capacitações, as viagens eram feitas em hidroavião, que naquela época era chamado de "pata choca". Somente mais tarde os DC 3 começaram a fazer alguns trechos da viagem.

De acordo com depoimentos, as viagens para o interior do Amazonas, Acre, Roraima e Amapá eram desafiadoras para todos aqueles que se aventuravam a trabalhar nessa parte do Brasil:

A comunicação, naquela época, era tecnicamente precária. Nas viagens aéreas, a maioria dos equipamentos ainda era aviões a hélice. Estavam iniciando os vôos com aviões turbo-hélice e alguns a jato. Minha primeira viagem a Manaus em 1963 foi feita em um avião Caravelle da extinta Panair do Brasil, num tranqüilo vôo experimental. Esta fase da minha vida, até certo ponto aventureira, me custaria o apelido de Marco Pólo. (ARANHA, 2013, p. 14).

Outra ação que contribuiu para educação roraimense foi o Projeto Rondon, o que demonstra o caráter pioneiro da iniciativa dessa equipe de professores. As narrativas das experiências desses períodos talvez justifiquem o porquê de se ter demorado tanto tempo para iniciar novas políticas de formação docente em nível superior em Roraima.

Uma equipe do Projeto Rondon estava presente em Boa Vista quando foi constituída a primeira turma de um curso superior, ficando hospedados no campus Avançado que havia sido criado para servir aos alunos dos cursos

ofertados pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Esse projeto, muito importante para o Território, era composto pelos próprios alunos da UFSM e muito contribuiu para o crescimento do ensino naquela década. Esse primeiro momento do ensino superior será tratado no item 3.2.



Figura 28 – Alunos integrantes do Projeto Rondon em Boa Vista

Fonte:JORNAL BOA VISTA(1975).

Pelo fato de muitos professores leigos atuarem no ensino do Território, principalmente no interior, os cursos de capacitação continuaram acontecendo. Em 1975, tentando minimizar a falta de habilitação para atuar no Magistério, o governo do Território, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a SUDAM, assinou um convênio para a ofertada primeira etapa de um curso de capacitação, no período de 6 de janeiro a 28 de fevereiro de 1975.

Entre outras localidades, participaram dessa capacitação 100 professores de Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Taiano, Barata, Bonfim, Cauamé, Boqueirão, Serra da Lua, Surumú. As disciplinas oferecidas foram Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História, Geografia, Moral e Cívica

e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Em julho do mesmo ano foi realizada a segunda etapa, com os professores se deslocando do interior do Território para a capital para participar. Nessa etapa as disciplinas foram voltadas para as atividades pedagógicas, específicas para formação de professores, como Didática, Psicologia Educacional, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Programa de Saúde e Estudos Regionais. A terceira etapa dessa capacitação foi realizada em dezembro do mesmo ano, com revisão dos assuntos estudados nas etapas anteriores. Alguns professores tinham apenas o 1º grau e eram orientados a fazer o Exame de Suplência (JORNAL BOA VISTA, 25 jun. 1975).

Outro curso de capacitação nesse período, para os professores das 5ª e 6ª séries do 1º grau, ocorreu de 1º a 21 de abril de 1975. Foi um curso de Educação Artística que abrangeu teatro, música e artes plásticas.

Para o grupo de professores de 7ª e 8ª séries foi oferecido o curso de Artes Industriais, no período de 5 a 19 de abril de 1975, incluindo couro, cerâmica, madeira, eletricidade e artes gráficas. Esses cursos foram ministrados pelos professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do Rio Grande do Sul no recém criado Centro Interescolar Barão de Parima, visando atender as exigências da Lei nº 5.692/71 (JORNAL BOA VISTA, 25 jun. 1975).

O Centro Interescolar foi uma inovação para o sistema de ensino local, feito para se adequar à reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei 5692/71. As capacitações ocorridas nesse período, além de buscar melhoria do ensino, também eram tentativa de capacitar os professores leigos que atuavam no Território.

Somente em 1984 houve a primeira iniciativa local de ensino superior por uma instituição pública do Território, com a oferta de dois cursos de licenciatura pela Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC). Muito provisoriamente, esses cursos seriam absorvidos em 1990 pela Universidade Federal de Roraima, que passou a oferecer, inicialmente de forma muito reduzida, cursos e vagas.

Nos dois cursos da FECEC foram ofertadas 80 vagas, 40 para Licenciatura Plena em Matemática e 40 para Licenciatura Plena em História, um curso na área de Ciências Humanas e outro na área de Exatas.

Havia necessidade de cursos em todas as áreas, especificamente a de professores com formação em nível de Magistério e professores com formação universitária para atuar nas séries finais dos ensinos fundamental e médio.

Esse problema se estende até os anos de 1990, quando o governo do recém criado Estado intensifica as políticas de formação docente, tanto no nível médio quanto de licenciatura, principalmente Pedagogia, que foi o curso com maior oferta nos convênios celebrados entre o governo de Roraima e a Universidade Federal de Roraima.

O crescimento populacional mostrou-se tímido até a década de 1970. A partir daí, as taxas registraram saltos significativos até a década de 1990. A partir desse ano, ocorre uma explosão migratória para Roraima, estimulada pelo governo do Estado, que oferecia casas e cestas básicas para os migrantes. Casa e terreno em bairros afastados, já que o fechamento do garimpo havia provocado uma debandada do estado. Porém, a falta de estrutura econômica, e os problemas dela decorrentes, desafiavam o governo da época. Como absorver essas pessoas no mercado de trabalho e tratar problemas como desemprego, crescimento da violência, necessidade de saneamento básico nos bairros, grande demanda por escolas e atendimento médico, esses serviços se mostraram insuficientes com tão alta procura..

2.2 Primeiras iniciativas de oferta de ensino superior: 1970-1990

Como o processo migratório para Roraima se intensificou, a demanda por escola aumentou muito. O governo estadual utilizou a estratégia de realizar convênios com instituições de outros estados para capacitar professores e profissionais para atender as necessidades educacionais do estado:

As políticas de incentivo à migração para Roraima fizeram a demanda de alunos ingressantes no 2º grau crescer. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho local exigia mão-de-obra com os conhecimentos básicos imprescindíveis ao exercício profissional. No entanto, o número de professores habilitados para assumir esse nível em diferentes áreas não atendia a necessidade do governo local. Dessa forma, com autorização e reconhecimento na forma da Lei 5692/71, o governo do Território Federal de Roraima deu início a uma série de convênios com instituições de ensino superior, buscando alternativas para equacionar as fragilidades. (SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009, p. 6).

Tornava-se necessário, portanto, criar alternativas para formar professores e também profissionais de outras áreas. Na busca de minimizar o problema de falta de profissionais habilitados, o governo estadual fez várias parcerias com instituições de ensino superior de Pernambuco, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul e Ceará, oferecendo auxílio aos jovens que se deslocavam para estudar em outros estados, geralmente eram jovens de famílias de grande poder aquisitivo. Sem este auxílio, nenhum aluno considerado de baixa renda, teria condições de se manter estudando em outro estado (SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009).

Quem optou em estudar no Estado do Pará recebeu uma bolsa de auxílio de manutenção paga pela antiga SUDAM. Os que ficavam em Manaus recebiam uma espécie de cesta básica, além de ficar hospedado nas casas de estudantes criadas como locais de apoio para hospedar esses jovens. Mas muitos jovens não seguiam os estudos, devido as grandes dificuldades e desafios que enfrentavam: saudade de casa, falta de adaptação ou de recursos financeiros, entre outras e, assim, muitos desistiam e voltavam para suas famílias ou nem se aventuravam a ir (SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009).

Havia em Boa Vista uma escola que formava professores para atuar no antigo primário, era o Curso Pedagógico do 2º grau Integrado Monteiro Lobato e, em dezembro de 1973, ocorreu a colação de grau de 32 professores nessa

escola. Como era muito comum em Roraima, o governador Hélio da Costa Campos foi convidado para ser o paraninfo dessa turma.

A necessidade de pessoal habilitado para atuar no magistério continuava sendo um desafio. Nesse período, Hélio Campos, em seu segundo mandato como governador do Território, entre 1970-1974, criou casas do estudante de Roraima em Belém e em Manaus. Essas casas, somadas a outros benefícios materiais como bolsa de estudo e passagens estimularam jovens roraimenses a cursar o nível superior nessas cidades (MENDONÇA NETO, 2011). Em 1975, as duas casas de apoio de Manaus sofreram reformas para melhor atender a quem delas precisasse. Eram localizadas no centro de Manaus conforme Figuras 29 e 30.



Figura 29 – Casa do Estudante de Roraima para rapazes, na rua Tapajós centro de Manaus

Fonte: JORNAL BOA VISTA(1975).



Figura 30 – Casa do Estudante de Roraima para moças, na Avenida Joaquim Nabuco no centro de Manaus

Fonte: JORNAL BOA VISTA(1975).

Havia, portanto, três casas de apoio mantidas pelo governo de Roraima nos anos de 1980, duas em Manaus, uma destinada ao sexo feminino. Em 1982 foram registradas 13 moças hospedadas nessa casa. A outra casa era destinada aos rapazes, nesse mesmo ano 34 rapazes estavam hospedados, a outra casa de apoio para os estudantes era em Belém, no Estado do Pará.

Os critérios para ter acesso à Casa do Estudante eram os seguintes:

- Atendimento prioritário para alunos carentes do 3º grau;
- Se houvesse vagas, havia a orientação de atender também alunos de escolas técnicas;
- O grau de carência do aluno era calculado segundo a renda da família;

Os alunos que eram selecionados tinham que apresentar comprovante de residência dos pais ou dos responsáveis se fossem menores de idade, além do comprovante de matrícula escolar. Essas casas de apoio foram muito importantes para quem morava no interior do estado e se deslocava para a capital para estudar.

O Projeto Rondon, no início dos anos de 1970, contribuiu para o funcionamento dos cursos superiores, com o convênio celebrado entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) e o Governo do Território Federal de Roraima. Essa instituição instalou em Boa Vista um campus avançado com apoio do governo local, ofertando em 1972, alguns cursos de licenciatura de primeiro grau nas áreas de Letras e Estudos Sociais (licenciaturas curtas). A Figura 31 mostra como era o campus nessa época.

Os alunos do Projeto Rondon que ficaram hospedados nesse campus eram também da mesma universidade, gerando troca de experiências com os alunos que foram aprovados no vestibular e se matricularam nos cursos oferecidos: Letras, Estudos Sociais e Pedagogia.



Figura 31 – Campus Avançado da UFSM em Boa Vista/RR

Fonte: JORNAL BOA VISTA (1974).

No ano de 1974 foi celebrado novo convênio do governo com a UFSM e, em janeiro desse ano, foi realizado o vestibular para os cursos de Educação Física, Agronomia e Veterinária. Os aprovados se deslocaram à cidade de Santa Maria, com bolsas oferecidas pelo governo, procurando formar professores e outros profissionais para atender o mercado local. Alguns desses estudantes conseguiram receber auxílio do governo do Estado. Foram dez acadêmicos no total. Em visita à cidade o governador do Território Ramos Pereira “[...] ouviu a reivindicação desses estudantes para receber auxílio, no que foram imediatamente atendidos, o objetivo desse auxílio era para compra de livros e outros materiais didáticos e para a sua manutenção naquela cidade [...]” (GOVERNO DE RORAIMA, 1975).



Figuras 32 e 33 – Posse do diretor do campus avançada UFSM noticiada amplamente pelo jornal da época

Fonte: JORNAL BOA VISTA(1975).

A notícia da posse de um novo diretor do Campus Avançado mostra que o Jornal Boa Vista cumpria bem o seu papel de fazer propaganda dos atos do governo estadual, transformando uma nomeação simples em um acontecimento de grande importância. A UFSM como instituição formadora, teve grande participação no processo de capacitação docente, atendendo a necessidade de formação de recursos humanos, o que tornou possível a oferta dos cursos solicitados pelo governo local (SOBRINHO, 1982).

Apesar dessa e de outras iniciativas que se seguiram, havia famílias que enviavam seus filhos para estudar em outros estados. Eram jovens pertencentes às camadas mais ricas da população cujo objetivo era formar os quadros dirigentes e dominantes do estado.



Figura 34 – Formatura de EdílioCauamé de Oliveira no curso de Economia UFPA
Fonte: JORNAL BOA VISTA(1974).

Em 1975,o reitor da UFSM, Hélio Homero Bernardi, numa visita ao Território, felicitou o governo pela iniciativa de oferta de ensino superior e reiterou a presença da UFSM oferecendo cursos nas áreas solicitadas, consolidando, assim, sua presença em Roraima (GOVERNO DE RORAIMA, 1975).

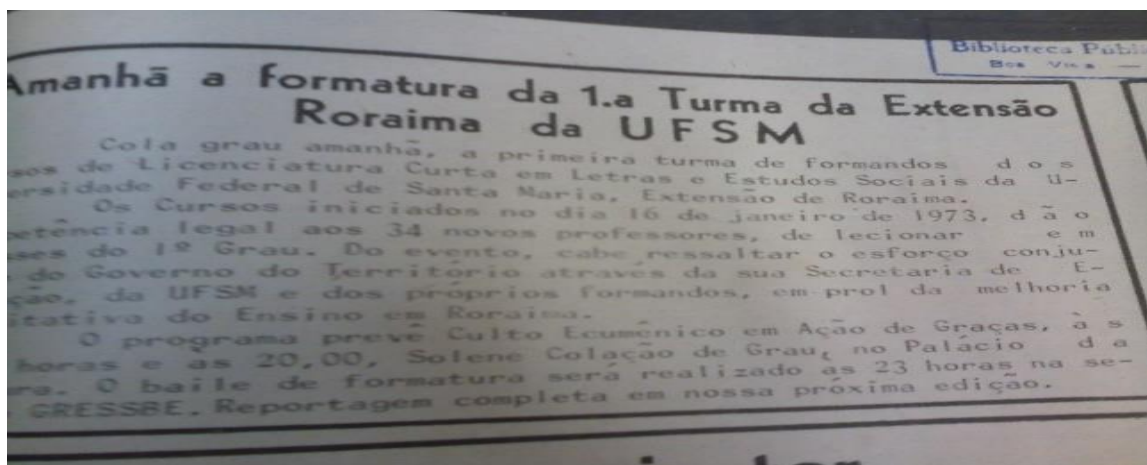


Figura 35 – Convite da formatura dos alunos de Letras

Fonte: JORNAL BOA VISTA (1975).



Figura 36 – Foto da colação de grau dos alunos de Letras e Estudos Sociais

Fonte: JORNAL BOA VISTA (1975).

A primeira formatura ocorreu em novembro de 1975 e foi divulgada pela imprensa convidando a comunidade em geral. Formaram-se 34 alunos dos cursos de Licenciatura Curta de Letras e Estudos Sociais. O homenageado pelos alunos foi o governador do Território Fernando Ramos Pereira (JORNAL BOA VISTA, 15 nov. 1975).

Os deslocamentos de professores, técnicos administrativos e de coordenadores foram intensos. Foram 107 viagens no trecho Santa Maria–Boa Vista, num período em que era difícil, mesmo de avião, ir e vir a Boa Vista de qualquer parte do Brasil. Isso certamente onerou bastante a efetivação dessa parceria, embora o discurso oficial da época argumentasse que seria mais barato fazer dessa forma que enviar alunos para outros estados.

Não se sabe qual o critério adotado pelo governo do Território para a escolha de uma instituição do sul do país, sendo que próximo a Roraima havia instituições que poderiam atender essa demanda com custos mais baixos, como a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Amazonas, que, em outros momentos, atuaram em Roraima.

Em julho de 1977, em decorrência de um novo convênio firmado entre o governo do Território Federal de Roraima e a UFSM, foi ofertado o curso de Pedagogia, inicialmente como licenciatura curta, com habilitação em Administração e Supervisão Escolar. Houve uma aula inaugural que marcou o início dessa nova etapa. Essa turma concluiu em novembro de 1980, habilitando-se em Administração e Supervisão Escolar, para atuar no 1º grau. Ainda nesse mesmo ano iniciaram a plenificação para terem a licenciatura plena em Pedagogia.

No início dessa etapa de plenificação também ocorreu a aula inaugural proferida pelo governador da época, Ottomar de Sousa Pinto, essa turma colou grau em 1982. AUFMS deu continuidade às suas atividades, ofertando cursos para a comunidade acadêmica local por mais alguns anos (MIOTTO, 1982).

Em 1977 a presença de professores leigos era intensa nas antigas escolas primárias. Nesse ano foi criada a Escola de Formação de Professores de Roraima, desempenhando o papel antes ocupado pelo antigo Curso Pedagógico da Unidade Integrada Monteiro Lobato, passando a oferecer o Curso Normal Regular e cursos de capacitação para professores leigos.

No mesmo ano, o governo do Território Federal de Roraima firmou outro Convênio, com o Centro de Ciências do Nordeste (CECINE), na ocasião vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, que possibilitou a seleção de alunos para o curso de licenciatura curta em Ciências. Todos os alunos que se

candidataram e frequentaram os cursos receberam bolsa de estudos para sua estadia e manutenção naquele estado. Eram em número reduzido, o primeiro grupo composto por apenas seis estudantes que realizaram seus estudos nos anos 1974 e 1975. Os alunos dos cursos de Letras e Estudos Sociais foram os primeiros a colarem grau (Figuras 35 e 36). O segundo grupo também contava com apenas seis alunos, que realizaram seus estudos nos anos de 1976 e 1977, por serem cursos de licenciatura curta com duração de dois anos (SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009).

Poucas informações foram encontradas sobre esse período e o funcionamento desses cursos. Esse fato nos obrigou à utilização de jornais da época que, em razão de sua relação com o espaço de poder, noticiavam esses acontecimentos de forma a atender aos interesses dos grupos dominantes.



Figura 37 – Colação de Grau do Curso de Licenciatura Curta em Educação, em Boa vista, convênio do governo do Território com a UFPA

Fonte: JORNAL BOA VISTA(18 nov.1981).

A Figura 37 mostra a colação de grau do curso de Educação Física, resultado da parceria da Universidade do Pará com o Governo do Território, essa colação de grau ocorreu no dia 12 de setembro de 1981, também teve governador Ottomar de Sousa Pinto seu patrono, como já ocorrera com a colação de grau do curso de Pedagogia (TARCITANO,1982).

O curso de Educação Física da UFPA fez parte do grupo de cursos ofertados em Boa Vista como resultados dessas parcerias, para capacitar e habilitar professores para atuar na área do curso ofertado. Naquela época era muito comum alunos trabalharem como professores, mesmo não tendo a formação mínima.

Essas extensões universitárias de instituições de fora do Território ofereciam os cursos com aulas intensivas, com caráter de treinamento em serviço, que acontecia no período de férias ou recesso, em julho, janeiro e fevereiro de cada ano, para que os professores não interrompessem suas atividades em sala de aula. Era uma jornada muito exaustiva, tanto para os professores que vinham para Roraima atuar nas disciplinas quanto para os alunos. O objetivo era oferecer oportunidade de formação em nível superior para esses alunos que atuavam na rede de ensino local. Como o número de pessoas atendidas nos cursos de licenciatura e de bacharelado era muito reduzido, novos convênios surgiram. Nos anos 1980, foram realizados convênios com outras universidades e, como resultado, o Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, ofereceu também curso de Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar e Supervisão Escolar.



Figura 38 – Formatura dos alunos do curso de Pedagogia pela UFSM em Boa Vista
Fonte: JORNAL BOA VISTA(24 jul. 1982).

O Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou pelo Parecer nº 40/82, e reconheceu em 4 de fevereiro de 1983 os cursos de Licenciatura do 1º Grau com habilitação em Administração Escolar. Reconheceu também o curso de Magistério das matérias pedagógicas do Segundo Grau. Essereconhecimento do CFE tornou mais fácil a aprovação da reedição do Curso de Letras, Licenciatura de 1º Grau, por meio do Parecer CFE nº 356, de 4 de junho de 1984, ministrado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como prolongamento do convênio citado anteriormente, possibilitando novas ofertas, formando e capacitando mais professores(SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009).

Continuando com esse expediente de parcerias, novo convênio foi firmado pelo governo de Roraima com a Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará, que era mantida pela Fundação Educacional do Estado do Pará. Essa instituição ofereceu em Boa Vista o curso de Educação Física, licenciatura do 1º Grau, que foi autorizado pelo Parecer do CFE nº461 e pela Portaria Ministerial nº 346 de 6 de agosto de 1984. Esse curso habilitava para lecionar Educação Física para as séries iniciais do antigo primeiro grau e atual ensino fundamental (SIQUEIRA; LINCOLN JUNIOR; SANTOS, 2009).

Também foi firmado, ainda nos anos 1980, convênio com a Universidade Federal do Amazonas, ofertando o curso de licenciatura em Educação Física. Outro convênio foi acordado entre a Secretaria de Educação, do antigo Território Federal de Roraima, com a Universidade Federal do Ceará, em caráter temporário, fora da sede, oferecendo o curso de Especialização nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Sociais. As aulas foram em Boa Vista durante o recesso escolar.

Retroagindo um pouco, em 1977, temos dois fatos importantes. O primeiro, a criação da Escola de Formação de Professores, para habilitar professores para as séries iniciais do ensino de 1º grau. O segundo, a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Essa instituição recebia os professores para as capacitações e servia de alojamento. Funcionou até a criação da FESUR e depois UERR.

Outro acontecimento importante foi o Logos II, um curso semipresencial supletivo do magistério, para ser concluído em dois anos. O Logos II era inicialmente para professores que atuavam de 1ª a 4ª séries, mas atendem professores não habilitados nas faixas de 5ª a 8ª séries.

Para o Projeto Logos II o professor tinha que apresentar uma documentação básica com o comprovante de exercício docente, expedido pela direção da escola. Não era permitida a inscrição de pessoas que não estavam atuando como professor. O curso tinha vagas limitadas para atender um grupo específico e, a partir daí, fazer novas contratações somente de professores com formação na área em que fossem atuar (SILVA, 1986).

A Escola de Formação formava professores para atuar no magistério. Além da oferta do Curso Normal regular, disponibilizava também outros cursos ao corpo docente, que precisavam de capacitação. No decorrer de três anos foram oferecidos os seguintes cursos:

- Curso de capacitação para 460 professores de 1ª a 4ª séries da zona rural;
- Curso de formação parcelado em nível de 1º grau para professores da zona rural;
- Habilitação de professores da zona rural em nível de 2º grau, por intermédio do Projeto Logo II e cursos parcelados, também em andamento;
- Curso de Estudos Adicionais em Alfabetização e Pré-Escolar;
- Curso de treinamento para professores do ensino de 2º grau;
- Cursos de treinamentos variados para ensino de 1º grau.

Nessa ocasião o sistema de ensino apresentava números crescentes comparados com os dos anos anteriores. As matrículas registravam os seguintes resultados:

Tabela 11 – Nº de alunos matriculados na capital e no interior de Roraima, em 1981

Níveis	Local	Nº de alunos
Pré-escola	Capital	813
Pré-escola	Interior	1276
Ensino de 1º grau regular	Capital	12372
Ensino de 1º grau regular	Interior	6887
Ensino de 2º grau	Capital	1773
Ensino de 2º grau	Interior	114

Fonte: JORNAL BOA VISTA (1982).

No ensino supletivo estavam matriculados 2671 alunos, assim distribuídos:

- Educação integrada na zona urbana – 350;
- Educação integrada na zona rural – 238;
- Projeto Minerva na zona urbana – 430;
- Projeto Minerva na zona rural – 228;
- Centro de Estudos Supletivos – 1.317 alunos no ensinode 1º grau e 308 no de 2ºgrau(SOBRINHO,1982).

O CEFAM foi importante na criação de duas políticas locais de formação docente que atingiram todo o Estado: Magistério Parcelado Indígena, criado em 1994 e Projeto Caimbé, que habilitou professores leigos da capital e do interior. Esses dois projetos serão tratados no Capítulo 4, pela importância de cada um no processo de formação de nível médio em Roraima.

A primeira iniciativa local de oferta de ensino superior foi por intermédio da Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC), criada pela Lei Municipal nº106, de 24/09/1984. Nessa instituição passou a funcionar o Centro de Ensino Superior, que disponibilizava 80 vagas por ano com duas turmas de 40 alunos para os cursosde licenciaturas de 1º Grau em História e em Matemática. A abertura dos cursos foi em 1984 e em novembro de 1989 foi realizado o último vestibular. Os alunos que cursavam essas licenciaturas e os que foram aprovados neste vestibular foram integrados aos cursos da Universidade Federal de Roraima, que começaria a funcionar no ano seguinte.Havia precariedade no funcionamento desses cursos que era flagrante na falta de pessoal capacitado, estrutura física e recursos pedagógicos.

Em 24 de outubro de 1990 o Ministério da Educação publicou a Portaria Ministerial nº 1.009 que concedeu o reconhecimento do curso emergencial de Licenciatura Plena, Graduação de Professores visando Formação Especial do Currículo do Ensino do 2ºgrau, Esquema I, através de convênio firmado entre a Universidade do Amazonas e a FECEC, sendo este autorizado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer CFE nº 277/90.

Estas foram as primeiras iniciativas de parte do poder público local, trazendo instituições de outros estados para formação superior, incluindo a

oferta da FECEC. Concomitantemente a esta formação superior, no nível médio, havia o Logos II e o curso de Magistério ofertado pela Escola de Formação de Professores. Com a Constituição de 1988, Roraima é transformada em Estado. Já estava em andamento o processo de criação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), oficialmente criada em setembro de 1989, sendo a única instituição de ensino superior do Estado até março de 2001, quando surgem outras, públicas e privadas.

2.3 Ensino superior no período de 1990-2000: o papel estratégico da UFRR na formação docente e os primeiros vestibulares

O ponto de partida para oferta de ensino superior em Roraima se deu a partir de 1984 com a FECEC, posteriormente, em 1990, os cursos abertos nessa instituição foram incorporados pela Universidade Federal de Roraima que apesar de ter sido criada por uma lei de 1985, teve suas atividades efetivamente iniciadas em 1990.

O projeto de criação e implantação da UFRR é um marco histórico para o ensino superior em Roraima: foi a primeira instituição de ensino superior no Estado, já nascendo com a obrigação de ampliar seus horizontes. A UFRR foi criada pela Lei Federal nº 98.127 de 1989. Na primeira década instituiu a Escola de Aplicação, para servir como laboratório dos cursos de licenciaturas, sendo criados, nesse primeiro momento, campi em alguns municípios do interior. No total foram ofertados cursos em nove municípios e uma localidade, a Maloca da Raposa.

A oferta de ensino superior nessa década foi exclusivamente feita pela UFRR. Nessa parte da pesquisa apresentamos alguns cursos e as vagas, uma amostragem do ensino superior nos anos de 1990. Apesar das dificuldades, conseguimos informações dos vestibulares dessa época, e apresentamos aqui para permitir a compreensão e o avanço do ensino superior em Roraima.

A oferta de cursos de licenciatura, que são o foco desta pesquisa, permite ter uma visão geral do ensino superior para análise de seus avanços. Já havia cursos de História e Matemática oferecidos pela FECEC antes da criação da UFRR em 1990. Letras foi a primeira licenciatura ofertada no

primeiro vestibular já que os dois cursos anteriores (História e Matemática), haviam sido incorporados. A oferta de cursos de formação foi evoluindo à medida que os vestibulares foram acontecendo e surgindo novos para atender à necessidade de formar professores, até chegar no atual estágio.

Em janeiro de 1990 ocorreu o primeiro vestibular. Nesse primeiro momento foram ofertados apenas seis cursos: Ciências Contábeis, Administração de Empresa, Letras, Economia, Matemática e História. Foram inscritos 196 candidatos para 180 vagas (CPV/UFRR 1990).

Os primeiros cursos foram de formação de professores, Licenciatura Plena em História e Licenciatura Plena em Matemática. Esses cursos tinham quadro de professores e pessoal técnico administrativo e para aquele momento, era o que tinha sido autorizado pelo MEC.

A UFRR funcionou provisoriamente na delegacia regional do Ministério da Agricultura, no centro de Boa Vista, até ser deslocada para o campus do Paricarana onde está atualmente. As aulas iniciaram em março de 1990. Era tudo muito difícil, a estrutura criada não era ideal, mas precisava acontecer, pois uma instituição de nível superior precisava ser criada para atender os anseios da comunidade local.

Em 1991 a UFRR ofereceu vagas para os professores que tinham licenciatura curta, para que pudessem fazer a plenificação das suas licenciaturas. Para isso, foram acrescentadas cinco vagas em cada curso aos quais foi oferecida a plenificação. Os professores que se candidatavam não passavam pelo processo do vestibular. Se o número de inscritos excedesse o número de vagas, o critério utilizado foi o histórico escolar do curso que frequentou.

Essa era uma situação também preocupante, pois muitos professores que atuavam na rede pública de ensino tinham formação em licenciaturas curtas, resultado dos convênios anteriores de universidades que ofereceram cursos neste nível. Mesmo depois, oferecendo oportunidades de plenificação, muitos professores não possuíam licenciatura plena por falta de oportunidade, por terem abandonado, ou simplesmente porque não quiseram na época.

Estimativa naquele ano mostra que havia cerca de 130 professores atuando no sistema de ensino em Roraima, apenas com licenciatura curta. Foi para esse grupo que se ofereceu a oportunidade de concluir a licenciatura plena em seus respectivos cursos e, com isso, melhorar o nível de ensino da educação básica. Foram ofertadas vagas em Matemática, Biologia, Contabilidade, Comunicação Social, Economia, Física, Geografia, História, Letras e Química (FIGUEIREDO, 1991).

O segundo vestibular da UFRR aumentou o número de cursos, cresceu o número de candidatos e as vagas foram racionalizadas. Foram ofertadas 183 vagas para 11 cursos, um total de apenas três vagas a mais que o primeiro processo de seleção. Isso ocorreu porque não foi possível dobrar o número de alunos dos cursos ofertados anteriormente já que o quadro de professores precisava crescer também, além da estrutura física que ainda estava sendo organizada para receber os alunos. Nesse vestibular a procura foi maior, 611 candidatos concorreram às vagas oferecidas, conforme expresso na Tabela 12.

Tabela 12 - Oferta de vagas no vestibular da UFRR para o período 1999.1

CURSOS	CANDIDATOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
Administração de Empresa	107	15	7,1
Biologia	86	15	5,7
Comunicação Social	67	15	4,7
Contabilidade	87	15	5,8
Economia	72	15	4,8
Física	21	26	0,8
Geografia	26	21	1,2
História	40	15	2,7
Letras	49	15	3,3
Matemática	36	15	2,4
Química	20	16	1,2
TOTAL	611	183	3,3

Fonte: O ESTADO DE RORAIMA (3 fev. 1991).

Pela tabela pode se avaliar o crescimento do número de cursos, comparando com o primeiro vestibular de janeiro de 1990, de 6 passou a 11 cursos, apesar de manter praticamente o número de vagas, que passou de 180

para 183. Mesmo dobrando o número de cursos, esse número de vagas, aparentemente reduzido, se justificou pelo fato que a UFRR ainda estava se organizando e formando seu quadro técnico-administrativo e de professores, ficando impossibilitada de ofertar o mesmo número de vagas dos cursos que já tinham sido ofertados no primeiro vestibular. Como não havia estrutura física nem de pessoal para uma demanda maior, foram racionalizadas as vagas (FIGUEIREDO, 1991).



Figura 39 – Bloco IV da UFRR no campus do Paricarana

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Carlos Caleffi (Início dos anos de 1990).

A Figura 39 mostra um pouco do campus do Paricarana, no início dos anos de 1990, depois de sair das instalações provisórias no centro de Boa Vista. Nesse local funciona até hoje a UFRR. Era muito precário no início do funcionamento.



Figura 40 – Entrada do bloco IV – era o prédio da Reitoria

Fonte: Acervode Roberto Carlos Caleffi(1990)¹³.

A Reitoria da UFRR funcionou inicialmente no bloco IV, mas também em outros locais do campus, até ser construído um bloco moderno onde está hoje. A Figura 39 mostra a região de lavrado, comum em Roraima, a princípio parece um descampado, mas é uma característica da geografia local. A quantidade de prédios que surgiram até agora mudou o panorama do campus.

¹³ Essas fotos são do acervo de Roberto Carlos Caleffi, fotógrafo da UFRR até hoje. Possui arquivo muito grande, imagens bem antigas, algumas com mais de 20 anos e outras recentes, porém não estão catalogadas nem datadas. Embora ele não soubesse precisar o ano, calculamos que sejam do início dos anos de 1990.



Figura 41 – Imagem aérea do campus da UFRR em 2015

Fonte: Acervo de Roberto Carlos Caleffi.

Apenas para efeito de ilustração: as Figuras 38 e 39, que são do início da UFRR, comparadas com as Figuras 41 e 42, que representam o atual estágio dessa instituição com relação à estrutura física permitem demonstrar a evolução que houve ao longo de 26 anos de funcionamento.



Figura 42 – Prédio atual da Reitoria

Fonte – Acervo de Roberto Carlos Caleffi(2015).



Figura 43 – Blocos I e II da UFRR onde funcionavam os cursos

Fonte: Acervo pessoal de Roberto Carlos Caleffi.

Acima temos a visão de como era o campus do Paricarana, no início da instalação da UFRR. Os prédios que foram adaptados, já existiam e passaram a ser as instalações definitivas, para servirem de sala de atendimento, administração e sala de aula. O número de alunos tinha que crescer junto com a instituição.

Nesse ambiente os cursos foram ofertados. Era momento de estruturação física, adequação e formação do quadro de professores, não era possível atender número muito grande de alunos dos cursos de Biologia, Química, Geografia, Física e Comunicação Social.

À medida que se ampliava e melhorava a estrutura física, a UFRR aumentava seu atendimento, criando novos cursos, ampliando o quadro de técnicos e professores, oferecendo maior opção de escolha para quem concluiu o ensino médio, permitindo maior oferta de vagas.

No início das atividades da UFRR, os cursos de bacharelado foram os mais procurados e a oferta de cursos de formação de professores ainda era

pequena. No segundo vestibular foram ofertados sete cursos de licenciatura, que tiveram pouca procura, mas que começaram a atenuar o problema da falta de formação para atuar nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Foram os cursos de História, Geografia, Matemática, Química, Letras, Biologia e Física.

Em 1993 a oferta de cursos para a comunidade incluiu, pela primeira vez, o interior do Estado. Inicialmente foram três municípios, que receberam curso de licenciatura plena e que depois foram ampliados para nove campi. A oferta do vestibular para o período 1993.1 capital e interior ficou assim:

Tabela 13 – Oferta de vagasnovestibular 1993.1

LOCAL	CURSOS	VAGAS
Boa Vista	Administração	30
Boa Vista	Antropologia Social	30
Boa Vista	Ciências Contábeis	30
Boa Vista	Comunicação Social	20
Boa Vista	Direito	30
Boa Vista	Economia	30
Boa Vista	Letras	30
Caracaraí	Letras	30
Caracaraí	Matemática	40
São João da Baliza	História	30
São Luís do Anauá	Matemática	40
São Luís do Anauá	Letras	30
TOTAL	-----	400

Fonte: CPV/UFRRR (1993).

As ofertas para o interior foram para formar professores ampliadas para outros municípios, perfazendo um total de nove campi: Alto Alegre, Bonfim, Mucajaí, Maloca da Raposa, Normandia tendo disponibilizado cursos de Pedagogia, Letras e Matemática. O curso de História, ofertado inicialmente em São João da Baliza, foi excluído. O mesmo aconteceu com o curso de Pedagogia, que foi ofertado na Maloca da Raposa, uma vez. Nos outros campos ofertas se repetiram. Dez campi avançados funcionaram até o

início dos anos 2000, quando a UFRR abdicou de atender o interior, deixando que a recém criada UERR ficasse responsável por essas ofertas.

Ainda em 1993 a UFRR realizou um novo vestibular para o período 1993.2. A oferta apresentou novos cursos conforme apresentado na Tabela 14. Foram ofertados dez cursos e 450 vagas, 300 para capital e 150 para o interior. Parece pouco mas era sempre significativo para a comunidade acadêmica. Foi a primeira oferta de Pedagogia para o interior do Estado, sendo depois incluído para a capital, no vestibular de 1994.1.

Tabela 14 – Oferta de vagas no vestibular de 1993.2

Cursos	Inscritos capital	Inscritos interior	Vagas capital	Vagas interior	Candidato/vaga	Total vagas
Agronomia	139	-----	30	--	4,63	30
Antropologia Social	117	-----	30	--	3,90	30
Letras	-----	119	--	60	1,93	60
Ciências Biológicas	191	-----	30	--	6,37	30
Direito	352	-----	30	--		30
Engenharia Civil	189	-----	30	--	6,30	30
Física	084	-----	30	--	2,80	30
Geografia	144	-----	30	--	4,80	30
História	189	-----	30	--	6,30	30
Matemática	120	-----	30	--	4,0	30
Química	070	-----	30	--	2,33	30
Pedagogia	-----	112	--	90	1,24	90
TOTAL						450

Fonte: CPV/UFRR (1993).

De acordo com a Tabela 14 foram oferecidas 450 vagas: 150 para o interior, sendo 60 para Letras e 90 para Pedagogia. Na capital, 180 vagas foram para as licenciaturas, acrescentando cursos e vagas para formar professores para atuar na Educação Básica. Por ser o segundo vestibular no ano, foi ofertado número reduzido de vagas e alguns cursos repetiram a mesma quantidade de vagas de 1993.1. Ciências Biológicas, Física e Geografia fizeram a primeira

oferta no ano e os cursos de Agronomia e Engenharia Civil também foram propostos pela primeira vez.

A oferta de Letras e Pedagogia para o interior foi em função da reivindicação da interiorização da UFRR. Muitos alunos que concluíam o ensino médio não davam continuidade aos estudos e o curso de Pedagogia atendia também à necessidade de formação dos professores leigos, que atuavam nas séries iniciais do ensino fundamental sem a formação exigida.

Os cursos que os respectivos colegiados se dispuseram a dirigir para o interior foram poucos. Numa época de falta de professores, muitos cursos se recusaram a abrir turmas fora de Boa Vista.

O vestibular de 1994.1 apresentou cursos considerados estrategicamente importantes para o Roraima, Medicina, que aparece pela primeira vez na oferta, teve a maior procura. O curso de Pedagogia, que havia sido disponibilizado apenas para o interior, foi incluído para a capital, sendo o segundo curso mais procurado. Fato inédito para uma licenciatura, mas refletiu a demanda reprimida de professores que buscavam essa formação.

Em razão da oferta do curso de Pedagogia para o interior, das dificuldades e da grande demanda, a Reitoria optou por alguns desses processos seletivos simplificados, sendo montadas equipes para fazer análise do currículo. Foram ofertadas turmas de Pedagogia para Maloca da Raposa, Caracaraí, Mucajaí, Alto Alegre, Normandia, Bonfim, São João da Baliza, Rorainópolis e São Luís do Anauá, num total de nove campi avançados. Em Boa Vista também houve esse processo¹⁴.

A Tabela 15 apresenta a oferta de cursos para o período 1994.1, com destaque para 240 vagas para Pedagogia, 30 na capital e 150 no interior, oferecendo, assim, 180 vagas no total.

¹⁴Não foi possível conseguir registros na UFRR sobre esse período, o processo de matrícula era manual, então muito poucas informações foram resgatadas na pesquisa, mas as declarações desse período foram feitas por intermédio de relato oral, depoimentos de professores que trabalharam nesses locais ou estavam na instituição e acompanharam esse processo todo.

Tabela 15 – Oferta de vagas no vestibular de 1994.1

Cursos	Inscritos capital	Inscritos interior	Vagas capital	Vagas interior	Candidato vaga	Total Vagas
Agronomia	160	-----	30	--	5,33	30
Ciências Biológicas	145	-----	30	--	4,83	30
Engenharia Civil	179	-----	30	--	5,97	30
Física	121	-----	30	--	4,03	30
Medicina	373	-----	30	--	12,43	30
Pedagogia	219	90	30	150	1,72	180
Química	131	-----	30	--	4,37	30
TOTAL	1.328	90	210	150		360

Fonte: CPV/UFRR(1994).

Esse quadro de oferta relativo ao curso de Pedagogia se manteria nas próximas turmas, porque nos vestibulares que se seguiram nos anos de 1990 o número de vagas era alto, por conta da demanda que existia. Era um curso muito procurado, porque havia uma demanda reprimida de professores das séries iniciais do ensino fundamental, que precisavam de formação superior. Nesse vestibular foram ofertadas 150 vagas e no vestibular seguinte seriam mais 160 vagas, seguindo 120 para o interior.

Nesse vestibular houve grande número de candidatos que se inscreveu em cursos que não eram de sua preferência, mas fizeram a opção porque tinham concorrência menor, possibilitando a entrada na universidade, para depois buscar o curso inicialmente pretendido (GONDIN, 1993). Cursos como os de Química e Física, por exemplo, que sempre tiveram baixa procura, ficaram entre os mais requisitados. Os candidatos, que buscavam cursos pouco concorridos, provocaram o aumento de candidatos por vagas, desse modo, cursos que normalmente apresentavam procura abaixo de três alunos por vaga tiveram, nesse vestibular em particular, acréscimo de candidatos. Os cursos da área de exatas como Matemática, Física e Química não atraíam muitos candidatos, o que mais tarde vai gerar carência de professores nessas áreas. Por outro lado, são cursos que, apesar de formarem poucos alunos, muito contribuem para atender, pelo menos em parte, as necessidades do sistema de ensino.

No vestibular de 1994.2 foram ofertadas 300 vagas. Para o interior foi destinado apenas o curso de Pedagogia.

Tabela 16 – Oferta de vagas no vestibular de 1994.2

Cursos	Inscritos/ capital	Inscritos/ interior	Vagas/ capital	Vagas/i nterior	Candidato /vaga	Total/vagas
Antropologia Social	286	-----	30	--	9,53	30
Direito	586	-----	30	--	19,50	30
Matemática	388	-----	40	--	9,70	430
Pedagogia	302	134	40	120	2,72	160
Secretariado Executivo	212	-----	40	--	5,30	30
TOTAL	1.773	134	180	120		300

Fonte: CPV/UFRR (1994).

Esse vestibular ofereceu apenas cinco cursos, o que explica a alta procura daqueles que normalmente tinham poucos candidatos. Houve crescimento do número de alunos na instituição e no final de 1994 a UFRR atendia 3.401 alunos, sendo o maior contingente no curso de Pedagogia, que totalizava 689 alunos entre capital e interior.

No final de 1994 a UFRR já atendia, entre cursos de graduação e bacharelado, na capital e interior mais de 3.000 alunos. Em quatro anos de funcionamento estava se consolidando como instituição formadora de Roraima, nesse momento a única. A Tabela a seguir mostra o total de alunos por curso.

Tabela 17– Total de alunos matriculados na UFRR no final de 1994

Cursos	Número de alunos
Bacharelado em Administração	234
Bacharelado em Ciências Contábeis	220
Bacharelado em Ciências Econômicas	169
Licenciatura Plena em Letras	440
Bacharelado em Comunicação Social	086
Licenciatura Plena em História	263
Bacharelado em Antropologia Social	085
Licenciatura Plena em Geografia	140
Licenciatura Plena em Matemática	221
Licenciatura Plena em Física	120
Licenciatura Plena em Química	105
Bacharelado em Medicina	034
Bacharelado em Direito	195
Licenciatura Plena em Pedagogia	689
Bacharelado em Agronomia	060
Bacharelado em Engenharia Civil	095
Bacharelado em Secretariado Executivo	040
TOTAL	3.401

Fonte: DEG/UFRR (1995)¹⁵.

Desse total de alunos, mais da metade era de cursos de formação de professores (2.203) alunos, o que demonstra a preocupação com a instrução docente. O curso de Pedagogia era o que apresentava o maior número de alunos, com 689, distribuídos nos campi de Rorainópolis, São Luís do Anauá, São João da Baliza, Alto Alegre, Maloca da Raposa, Mucajaí, Caracará, Normandia e Bonfim. Os cursos de Letras e Matemática também foram oferecidos em alguns desses campi, incluindo Pacaraíma, que disponibilizava o curso de Letras com formação em Língua Espanhola.

¹⁵O Departamento de Ensino de Graduação (DEG) é o setor de registro acadêmico que hoje é o Departamento de Registro Acadêmico (DERCA).

Os bacharelados como Medicina e Secretariado Executivo, que apresentaram poucos alunos, estavam na sua primeira oferta. Esse era o panorama de oferta nos primeiros anos da UFRR. Atendia mais de três mil alunos, mesmo com todas as dificuldades de falta de professores e estrutura física ainda bastante precária. A ampliação da UFRR permitiu o crescimento da oferta nos anos seguintes; a oferta, em 1999, mostra uma organização melhor dos cursos e de vagas no vestibular.

Para melhor entendimento do avanço e crescimento da UFRR, a Tabela 18 mostra a última oferta dessa década: são 320 vagas para o primeiro semestre e 220 para o segundo, no total de oito licenciaturas. Nesse momento, a UFRR não fazia mais vestibular no meio do ano, por isso, já discriminava as vagas para cada semestre de entrada dos candidatos aprovados no próprio edital.

Tabela 18 – Oferta de vagas para Bacharelado (B) e Licenciatura (L) na UFRR para o período 2000.1 e 2000.2

CAMPUS	CENTRO	CÓD.		TURNO	Nº DE VAGAS SEMESTRE
--------	--------	------	--	-------	-------------------------

			CURSO		1º	2º
Cauamé	CCA	80	Agronomia (B)	Diurno	40	-
Paricarana	CCBS	50 52	Ciências Biológicas (l/b) Medicina (b)	Diurno Diurno	- 10	30 -
Paricarana	CCSG	32 31 30	Ciências Sociais (b) Geografia (l) História (l)	Noturno Vesp./Not. Vesp./Not.	30 - 30	- 30 -
Paricarana	CCT	42 41 40 40 51	Engenharia Civil (b) Física (l) Matemática (b) Matemática (l) Química (l)	Diurno Diurno Vesp./Not. Vesp./Not. Diurno	30 30	- 30 10 - 30
Paricarana	CECAJ	10 11 12 60	Administração (b) Contabilidade (b) Economia (b) Direito (b)	Vesp./Not. Vesp./Not. Vesp./Not. Vesp./Not.	30 30 30 30	- - - -
Paricarana	CENCEL	21 20 70 92	Comunicação social (b) Letras (l) Pedagogia (l) Secretariado Executivo (b)	Vesp./Not. Vesp./Not. Noturno Noturno	- - - 30	30 30 30 -
			TOTAL		320	220

Fonte: CPV/UFRR (1999).

Esse era o quadro de oferta da UFRR em 1999, que depois foi se ampliando com a criação de novos cursos de graduação, especialização e mestrado em várias áreas. Também foram ampliados os núcleos e centros, houve um crescimento do número de pesquisas, bem como das atividades de extensão, aumentando o número de doutores e mestres, de forma que a instituição passou a ter uma abrangência maior em sua atuação no estado.

A Tabela 18 mostra o quadro de oferta, refletindo o avanço na formação docente no Estado. Não era mais preciso sair do Estado para estudar. As ofertas dos cursos de licenciaturas, um total de 240 vagas, era para a realidade do Estado muito significativa: com o crescimento da oferta a formação de professores para atuar no sistema de ensino local, tanto na capital quanto no interior, foi sendo cada vez mais contemplada.

Foram ofertados cursos de licenciaturas, num total de dez campi no interior. Inicialmente contam com apoio das prefeituras, mas com o passar dos anos, estas se revelaram sem compromisso com o ensino superior, criando

problemas por conta da falta de condições de hospedagem, deslocamento e alimentação. A UFRR não mais pôde atender a demanda do interior, como pretendia inicialmente.

A universidade aplicava vestibular para esses campi e, em algumas ocasiões, chegou a fazer a seleção apenas pela análise do currículo do candidato. As prefeituras envolvidas ficaram responsáveis pela estadia e alimentação dos professores, o que nunca foi cumprido por nenhuma prefeitura. Isso fez com que os alunos fossem bastante prejudicados, alguns demoraram quase dez anos para concluir os cursos; as ofertas das disciplinas não eram regulares, e se algum aluno perdia por qualquer motivo a disciplina, ou mesmo fosse reprovado, atrasava o curso todo.

Por outro lado, havia alunos que moravam longe da sede e o deslocamento era difícil. Os alunos da Maloca da Raposa, que é uma comunidade indígena, foram muito prejudicados, o acesso era difícil, principalmente no período chuvoso, também não era fácil encontrar algum professor que se dispusesse a trabalhar lá, pois as condições eram muito precárias e o pagamento não compensava a viagem. Por essa razão a universidade parou de contratar professores especificamente para atuar no interior, preferindo oferecer diárias para o deslocamento dos que fossem ministrando as disciplinas. As diárias não eram atrativas e não compensavam para os professores: demoravam a ser pagas e não raras vezes o professor tinha que assumir o custeio com estadia e alimentação, o que representava ao professor perda e não de ganho. Sem dúvida, situação que refletiu na desistência de muitos em fazer essas viagens.

Esse panorama se arrastou até ser encerrada definitivamente a oferta de disciplinas para esses campi, na metade da primeira década dos anos 2000. Nos anos seguintes, o ensino superior foi definitivamente interiorizado com a criação da UERR, que proporcionou cursos em várias cidades e na capital Boa Vista, aumentando ainda mais a oferta de cursos de formação. Abaixo um panorama dos cursos no interior.

CURSOS OFERTADOS	MUNICÍPIOS
Matemática, Letras e Pedagogia	Caracarái

Pedagogia	Rorainópolis
Pedagogia	Mucajá
Pedagogia e Letras	Alto Alegre
História e Pedagogia	São João da Baliza
Matemática, Letras e Pedagogia	São Luíz do Anauá
Pedagogia	Normandia
Pedagogia	Maloca da Raposa (Normandia)
Pedagogia	Bonfim
Letras	Pacaraima

Quadro 3 – Campi avançados e cursos ofertados pela UFRR

Fonte: DEG/UFRR (1995).

O contexto da formação docente no início dos anos de 1990 era uma prova incontestável da necessidade de se criar políticas de formação docente para atender a crescente demanda por professores para atuar em todos os níveis da educação básica. Em 1991, entre os professores do antigo 1º grau atual ensino fundamental, 72 tinham o 1º grau incompleto, 184 1º grau completo, 1224 o 2º grau completo, 1122 com formação em Magistério e 63 não tinham completado esse curso (SANTOS, 1998). Havia 227 professores com formação superior, 213 licenciados e 14 bacharéis que atuavam no sistema de ensino roraimense.

Em 1991, dos 220 professores que lecionavam no segundo 2º grau, 156 eram licenciados, 32 bacharéis, apenas 29 tinham formação em Magistério e apenas três com formação de 2º grau em outras habilitações. Havia, portanto, desse total somente 415 com formação superior, sendo 46 bacharéis. Esses dados eram muito preocupantes e demonstravam toda fragilidade do ensino de Roraima, com muitos professores atuando sem formação (SANTOS, 1998).

Esse contexto impulsionou as políticas de formação de professores. O governo de Roraima, em parceria com a UFRR, ofereceu várias licenciaturas para os professores que atuavam na capital Boa Vista. Para os professores da capital foram oferecidas duas turmas de Pedagogia, uma de História, duas de Letras com habilitação em Espanhol e duas de Licenciatura em Matemática. Os alunos que não conseguiam acompanhar ou foram reprovados, frequentaram as

disciplinas no curso regular da UFRR. Esse expediente foi utilizado em todos os cursos, visto que o projeto original dessa política de formação não previa esses casos. Para os professores do interior do estado foram oferecidas duas turmas de Letras com habilitação em Espanhol, duas de Pedagogia, uma turma de Biologia, duas de licenciatura em Matemática, nos mesmos moldes dos cursos da capital, sendo que as aulas aconteciam nos recessos e nos períodos de férias. Os alunos eram professores da rede pública de ensino. Quem era reprovado ou perdia disciplinas por alguma razão, também deveria se matricular nos cursos regulares da UFRR nos semestres normais.

A UFRR atualmente oferece 50 cursos, sendo 29 bacharelados, 20 licenciaturas e um tecnólogo, desenvolvendo suas atividades em três campi: o Paricarana que é o campus central, o Cauamé onde funciona o curso de Agronomia e o Murupú, abriga a Eagro (Escola Agrotécnica). Atende mais de oito mil alunos, incluindo os da educação básica da Escola de Aplicação, que funciona ao lado do Centro de Educação (CEDUC), além de alunos do curso técnico da Eagro e os dos cursos de graduação e pós-graduação.

O corpo de funcionários da UFRR é composto por 571 professores e 320 técnicos administrativos. Os serviços de segurança e de limpeza são terceirizados. Do total de professores, 184 (32,2%) são doutores e 256 (44,83%) mestres, os demais são especialistas, alguns afastados para capacitação.

Existem dez programas de mestrado, sendo oito acadêmicos: Agronomia, Desenvolvimento Regional da Amazônia, Física, Geografia, Letras, Química, Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT) e Sociedade Sem Fronteiras, e dois profissionais: Matemática em Rede Nacional e Ciências da Saúde. Os programas de doutorado ofertados são apenas quatro: Programa de Pós-Graduação em Agronomia (POSAGRO), Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte (PPG-Bionorte), Programa de Doutorado em Ciências e Matemática (PPGECM) e recentemente foi aprovado o doutorado em Recursos Naturais, proposto pelo PRONAT. A grande lacuna nessa relação é o programa de mestrado em educação, que ainda está em fase de elaboração. No próximo ano será ofertado à comunidade acadêmica local.

Nesses 26 anos de funcionamento a UFRR já formou mais de seis mil alunos nos níveis de ensino médio, técnico, superior, especialização e mestrado

e está desenvolvendo a internacionalização por meio de programas de intercâmbio. Esses dados mostram um crescimento muito grande, mas se comparada a outras instituições dos grandes centros do país é considerada de pequeno porte. Por outro lado, é importante considerar que é muito difícil desenvolver pesquisa na Amazônia e, muitas vezes, os recursos não chegam ou não são suficientes para ampliar pesquisas e projetos implementados.

A partir dos anos 2000 surgiram outras instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, ampliando e diversificando a oferta de ensino no estado. Formam profissionais em várias áreas, contribuindo para atender às necessidades de formação docente para atuar no sistema de ensino roraimense, público e privado.

2.4 Ensino superior a partir dos anos 2000

A partir dos anos 2000 o cenário do ensino superior em Roraima se diversificou com o surgimento de instituições privadas. A culminância desse processo se dá com a criação da Fundação de Ensino Superior de Roraima (FESUR), que vai se transformar na UERR em 2005. Em 2002, o surgimento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET), que depois se transformou no IFRR, tem tido papel importante na formação em Roraima. As

faculdades particulares também ocupam seu espaço, ampliando definitivamente as possibilidades de quem busca formação de nível superior.

Instituições	Data da criação
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	12/09/1985
Faculdade Atual da Amazônia (FAA)	28/03/2001
Faculdade de Roraima -FASES	05/04/2001
Faculdade de Teologia de Boa Vista (FATEBOV)	26/12/2001
Instituto Insikiran (UFRR)	19/12/2001
Faculdade Roraimense de Ensino Superior	31/01/2002
Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte (FACETEN)	25/09/2002
Faculdade de Direito de Boa Vista (FDBV)	07/11/2002
Centro Federal de Educação Tecnologia de Roraima(CEFET/RR)	13/11/2002
Faculdade de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde (FCHBS)	19/11/2003
Faculdade de Tecnologia de Roraima (FATERR)	20/01/2004
Fundação de Ensino Superior de Roraima (FESUR)	30/08/2001
Instituto Superior de Segurança e Cidadania(ISSeC)	19/12/2002
Instituto Superior de Ensino de Roraima (ISER/RR)	30/08/2001
Universidade Estadual de Roraima (UERR)	10/11/2005
Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR)	22/02/2006
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima(IFRR)	29/12/2008

Quadro 4 – Instituições de ensino superior presentes em Roraima

Fonte: Elaborada pelo autor (MEC/INEP, 2015).

O Quadro 4 mostra as várias instituições de ensino superior públicas e privadas que despontaram no cenário roraimense. Deixam para trás décadas de ausência de oferta local de ensino superior, dando início à diversificação desse nível de ensino no estado, ampliando as oportunidades de ingresso e transformando Boa Vista numa cidade universitária.

A Faculdade Cathedral é uma instituição de ensino superior que reúne diferentes faculdades. Desde 2000 oferece cursos a distância numa parceria com a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e tem sua sede na cidade de Boa Vista. A Faculdade de Roraima (FASES) foi fundada em 5 de abril de 2001 e possuía, inicialmente, 14 cursos de graduação nas modalidades de bacharelado,

licenciatura e tecnologia. Reunia, conforme o Quadro 10, a Faculdade de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde (FCHBS), fundada em 20 de novembro de 2003; a Faculdade de Direito de Boa Vista (FDBV), criada no dia 8 de novembro de 2002; Faculdade de Tecnologia de Roraima (FATERR) que funciona dentro das dependências da Faculdade Cathedral, fundada em RR no dia 22 de janeiro de 2004. Desde sua origem novos cursos surgiram, ampliando ainda mais a oferta de ensino superior no estado.

A Faculdade Atual da Amazônia (FAA) submeteu seu projeto de criação ao Ministério da Educação (MEC), tendo seu credenciamento e autorização do Curso de Administração de Empresas efetivados pela Portaria nº 583 de 28 de março de 2001 – atualmente é denominada Faculdade Estácio Atual da Amazônia. No primeiro semestre de 2009, funcionavam 59 turmas de 17 cursos nas três modalidades de ensino em nível de graduação – bacharelado, licenciatura e tecnologia.

Outra instituição criada neste período foi a Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte (FACETEN). Começando suas atividades no ano de 2000, seu credenciamento junto ao MEC saiu em 27 de setembro de 2002, pela Portaria nº 2739. A autorização para funcionamento do curso de Bacharel em Teologia, reconhecido pelo MEC, deu-se com a publicação no Diário Oficial da União (DOU), da Portaria nº 315, de 25 de abril de 2008.

Em setembro de 2004, a FACETEN iniciou o projeto para Integralização de créditos em Teologia, em conformidade com o Parecer nº 063/04, homologado pelo Ministro da Educação e publicado no dia 1º de abril de 2004. Foi a primeira instituição ligada à Assembleia de Deus no Brasil e uma das primeiras instituições no âmbito nacional a ter autorização desse curso. Possui também o Instituto Superior de Educação (FACETEN–ISEF), disponibilizando cursos de licenciatura plena como o Normal Superior que, em 2007, foi transformado em Pedagogia, além de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A Faculdade de Teologia de Boa Vista (FATEBOV), por sua vez, foi fundada no dia 27 de dezembro de 2001. Era mantida pela organização denominada “Convenção de Ministros do Evangelho das Igrejas Evangélicas das

Assembleias de Deus”. Os cursos oferecidos eram de Pedagogia, Administração Escolar e Teologia.

Essa instituição teve suas atividades suspensas pelo MEC, por apresentar irregularidades. No dia 12 de junho de 2009 foi publicada a liminar determinando que a FATEBOV suspendesse suas atividades e a realização de novos vestibulares ou qualquer processo seletivo em 2009 enquanto não regularizasse sua situação com o Ministério da Educação (MEC). O processo de nº 2009.42.00.001117-5, oriundo de uma ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, tramita na 1ª Vara Federal. Essa instituição não voltou mais a funcionar; há que se destacar, todavia, que no período em que ofereceu os cursos superiores, muito contribuiu para a formação nesse nível de ensino.

A Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES), outra instituição privada que surgiu em Roraima, foi criada pela Distribuidora de Derivados de Petróleo Pinheiro Ltda. que resolveu investir nesse nível de ensino. A FARES recebeu seu credenciamento do Ministério da Educação pela Portaria nº 314, de 31 de janeiro de 2002, publicada no DOU em 4 de fevereiro de 2002. Na sua estrutura administrativa conta com o Instituto Superior de Educação que tem como missão promover formação inicial, continuada e complementar do Magistério de nível superior, presencial e a distância voltadas para a formação de professores da educação básica.

A FARES protocolou no MEC, em 12 de novembro de 2003, solicitação de credenciamento para oferta de cursos superiores a distância e autorização do Curso Normal Superior, Licenciatura para Educação Infantil e Licenciatura para os anos iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade a distância. Hoje essa instituição continua funcionando e contribuindo para a capacitação de profissionais para aproveitamento pelo mercado de trabalho roraimense. O Normal Superior não existe mais, em sua substituição é ofertado curso de Pedagogia.

A ampliação da oferta de ensino superior em Roraima não diminuiu a necessidade e espaço para a oferta desse ensino de parte do governo do estado. Os avanços desse nível de ensino no Estado de Roraima e da oferta também no interior do próprio estado são significativas quando comparadas ao quadro de 30 anos atrás, porém ainda insuficientes.

Em 1999 foi elaborado o projeto de criação da Fundação de Educação Superior de Roraima (FESUR), mantenedora de institutos de educação, sendo aprovada sua criação pela Lei Complementar nº 043/01, de 30 de agosto de 2001. Foi sob a responsabilidade da FESUR que foi criado o Instituto Superior de Ensino (ISE), credenciado pelo Parecer CEE/RR nº 46/03, autorizando a oferta do Curso Normal Superior para as séries iniciais do ensino fundamental. A Resolução CEE/RR nº 45/03 acolhe toda a legislação do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação para as instituições de ensino superior vinculadas ao Sistema Estadual de Educação.

Além do ISE/RR, a FESUR mantinha o Instituto Superior de Segurança e Cidadania (ISSeC), os dois institutos foram criados pelo Decreto Lei nº 4.347-E. O ISSeC, credenciado pela Resolução nº 58/2003 do CEE/RR, disponibilizava o curso de bacharelado em Segurança Pública, com objetivo de atender às necessidades de formação da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito, Sistema Penitenciário, Defesa Civil e Guarda Municipal.

No decorrer de 2004 foi aprovado o Parecer CEE/RR nº 24/04, que autorizou a oferta do curso de licenciatura plena em Ciências Exatas com habilitação em Matemática, Química e Física, além do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis (ISER/RR), como primeira iniciativa estadual de oferta de ensino superior no interior do Estado. Esses cursos também foram oferecidos nos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza. O Parecer CEE/RR nº 27/04 autorizou, em caráter excepcional, o Programa Especial de Formação de Professores para os municípios de Caracaraí, Iracema e Mucajaí e o Parecer CEE/RR nº 50/03 autorizou o funcionamento das salas descentralizadas nos municípios de São João da Baliza e São Luiz do Anauá, ampliando a oferta de ensino superior no interior do Estado para atendimento de 420 acadêmicos. Em 2005 esse instituto implantou o curso de pós-graduação em Psicopedagogia Educacional, contribuindo para a especialização de 40 profissionais na área educacional, ampliando ainda mais a sua atuação.

A criação da FESUR foi a origem da Universidade Estadual de Roraima (UERR), gerando políticas públicas de formação docente para promover o

desenvolvimento do setor educacional no Estado de Roraima, e o fortalecimento das instituições que atendem esse nível de ensino.

A Universidade Estadual de Roraima (UERR), criada pela Lei Complementar nº 91, de 10 de novembro de 2005, é uma Fundação Pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza e estrutura multicampi, com autonomia administrativa, financeira e didático-científica nos termos da lei e de seu estatuto. É uma instituição muito jovem, com uma história de formação de professores no estado em construção, sendo, junto com a Universidade Federal de Roraima e o Instituto Federal de Roraima (IFRR), importantes instituições públicas que contribuem para formar os quadros profissionais do Estado.

A UERR, portanto, foi estruturada a partir da Fundação de Educação Superior de Roraima (FESUR). Tem registrado, desde a sua criação, um processo que compreende o papel de diferentes instituições: A Escola de Formação de Professores de Roraima, criada pelo Decreto nº 11 de 24 de março de 1977, com a finalidade de formar professores para o ensino das séries iniciais do ensino fundamental (antigo primário), o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), com o objetivo de habilitar docentes também para estas séries iniciais e de promover a formação continuada dos professores com a oferta de cursos de curta duração.

Antes da criação da UERR, em 1994 o governo do Estado contava, além da como instituição formadora o CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), que implantou o Magistério Parcelado Indígena, habilitando 418 professores indígenas até o ano de 2001. De 1995 a 2001, desenvolveu também o Projeto Caimbé, habilitando 920 professores leigos do interior do estado.

A partir de 2006, verifica-se o crescimento do número de instituições públicas de ensino superior. Nesse mesmo ano, o governo do Estado de Roraima criou, em fevereiro a Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), que tem como missão viabilizar a educação a distância no ensino superior, fazendo parceria com a UAB na oferta de cursos a distância, estando capacitada tecnicamente para atuar em todos os municípios do estado, o que viabilizou a

parceria com instituições de outras partes do país para a oferta de curso de graduação na modalidade à distância.

Esta iniciativa, surpreendentemente, não tem vinculação direta com a Universidade Estadual de Roraima, como ocorre na maioria das vezes, em outras instituições públicas e privadas pelo país, mas estabelece uma relação de parceria.

O panorama de oferta de ensino superior em 2007 se apresentava da seguinte forma:

Cursos superiores por área específica	Boa Vista	Caracarái	Alto Alegre	Rorainópolis	Pacaraima	Mucajai	Normandia	S. João da Baliza	Itacema	São Luiz	Bonfim	Caroebe	Entre Rios ¹	Nova Colina ²	Surumu ³	Total por função
Arquitetura e construção																1
Ciências físicas																1
Engenharia e profissões correlatas																1
Jornalismo e informação																1
Matemática e estatística																1
Ciências sociais e comportamentais																1
Serviços de segurança																1
Serviço social																1
Ciências																2
Direito																2
Humanidades e letras																2
Computação																3
Saúde																3
Serviços pessoais																3
Agricultura, florestas e recursos pesqueiros																5
Comércio e administração																9
Formação de prof. e ciências da educação																15
Total por localidade	16	5	4	4	4	4	3	3	2	2	1	1	1	1	1	

Quadro 5 – Cursos de graduação por área específica em Roraima

Fonte: Sites das universidades e faculdades do Estado de Roraima, 2007.

Obs: (1) pertence ao município de Caroebe; (2) pertence ao município de Rorainópolis; (3) pertence ao município de Pacaraima. Os municípios de Amajari, Cantá e Uiramutã não possuem curso superior.

Os Quadros 5e 6 permitem fazer uma análise mais detalhada da espacialização do ensino superior em Roraima, levantar questões originais sobre a inserção deste nível de ensino na rede urbana do estado e seus desdobramentos no sistema educacional como um todo.

De acordo com este Quadro, a distribuição dos cursos superiores nos municípios era, inicialmente, por áreas específicas do conhecimento na qual Boa Vista se destaca como principal centro, incluindo as instituições particulares que se instalaram em Roraima, a partir dos anos 2000.

Localidades \ Instituições									Cursos por localidades
	UERR	UFRR	CATHEDRAL	FAA	FARES	CEFET	FACETEN	FATEBOV	
Boa Vista	22	31	23	17	6	6	2	1	108
Rorainópolis (sede)	15								15
Caracarái	7								7
São João da Baliza	6								6
Alto Alegre	5								5
Mucajá	4								4
Pacaraima (sede)	4								4
São Luiz	4								4
Normandia	3								3
Bonfim	2								2
Iracema	2								2
Caroebe (sede)	1								1
Entre Rios/Caroebe	1								1
Nova Colina/Rorainópolis	1								1
Surumu/Pacaraima	1								1
Amajari	0								0
Cantá	0								0
Uiramutã	0								0
Total de cursos por instituições	78	31	23	17	6	6	2	1	164

Quadro 6 – Cursos de graduação por localidades e instituições no Estado de Roraima em 2007
Fonte: Ensino superior. Cursos e Instituições (MEC/INEP, 2007).

Obs: Os cursos de licenciatura e bacharelado são contados como dois cursos distintos como também os cursos noturnos e diurnos. Total de cursos no Estado de Roraima: 164.

O Quadro 6 mostra o crescimento da oferta de cursos de ensino superior na capital e no interior do estado na segunda metade dos anos 2000, tanto instituição pública, como privada. A UFRR não apresenta oferta para o interior

do Estado. A UERR e algumas instituições particulares fazem essa oferta com uma infraestrutura que fica a desejar por conta da falta de quadro permanente de professores e de estrutura física. Contribui na formação docente, apesar das dificuldades.

Na época que realizamos o levantamento das informações para esta pesquisa, a única área não disponível em Boa Vista era a de serviço social. A área com maior frequência de distribuição (15) é Formação de Professor e Ciências da Educação. Na oferta de cursos no interior, três localidades que não são municípios, mas pequenas comunidades, foram ofertadas vagas através de pólos de extensão que funcionavam precariamente: é o caso do Entre Rios que pertence ao Município de São João da Baliza, do Nova Colina que pertence ao município de Rorainópolis e do Surumú que pertence ao município de Pacaraima.

Dessas localidades, Entre Rios não justificava, naquele momento, a oferta de curso superior, por conta da pequena demanda, das implicações financeiras e o deslocamento de professores para esses locais – não contam com estruturas de atendimento ou sede própria, ocupando escolas, geralmente em finais de semana.

Em 2009 a UERR contava com 22 cursos de graduação, cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*, um curso de pós-graduação *stricto sensu* atividades de extensão.

De acordo com a Comissão Permanente do Vestibular (CPV), o quadro de vagas do edital de 2010 ampliou sua oferta de cursos e outras atividades de pesquisa e extensão. Contando com três campi: Paricarana, Cauamé e Murupú, passou de 320 vagas ofertadas dez anos antes, para 1068 vagas, ou seja, houve um crescimento de mais de 300%, de 19 para 31 cursos de graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo licenciaturas e bacharelados, com ofertas de vagas separadas para os mesmos cursos, além do Colégio de Aplicação (CAp) e da Escola Agrotécnica (EAgro).

A seguir, um panorama dessa expansão:

Tabela 19 – Cursos de Bacharelado (B) e Licenciatura (L) no vestibular da UFRR, em 2010

CÓDIGO	CURSO	TURNO	VAGAS 1º SEMESTRE	VAGAS 2º SEMESTRE	CAMPUS/CENTRO
10	Administração (B)	Vesp./Not.	40	-	Paricarana-CECAJ
80	Agronomia (B)	Diurno	40	-	Cauamé -CCA
45	Arquitetura (B)	Diurno	-	35	Paricarana-CCT
44	Ciência da Computação (B)	Diurno	-	38	Paricarana-CCT
50	Ciências Biológicas (L)	Diurno	-	30	Paricarana-CCBS
50 A	Ciências Biológicas (B)	Diurno	-	30	Paricarana-CCBS
32	Ciências Sociais (B)	Noturno	36	-	Paricarana-CCH
21	Comunicação Social (B)	Vesp./Not.	-	35	Paricarana-CENCEL
11	Ciências Contábeis (B)	Vesp./Not.	40	40	Paricarana-CECAJ
60	Direito (B)	Vesp./Not.	35	-	Paricarana-CECAJ
12	Economia (B)	Vesp./Not.	40	-	Paricarana-CECAJ
12 A	Economia (B)	Matutino	40	-	Paricarana-CECAJ
42	Engenharia Civil (B)	Diurno	40	-	Paricarana-CCT
41	Física (L)	Diurno	-	40	Paricarana-CCT
31	Geografia (L/B)	Vesp./Not.	-	40	Paricarana-IGEO
34	Geologia (B)	Diurno	30		Paricarana -IGEO
30	História (L/B)	Matutino	30	-	Paricarana -CCH
30 A	História (L/B)	Noturno	30	-	Paricarana -CCH
20 A	Letras Português/Inglês (L)	Vesp./Not.	15	-	Paricarana -CENCEL

20 B	Letras Português/Francês (L)	Vesp./Not.	15	-	Paricarana -CENCEL
20 C	Letras Português/Espanhol (L)	Vesp./Not.	15	-	Paricarana -CENCEL
20 D	Letras Português/Literatura (L)	Vesp./Not.	15	-	Paricarana -CENCEL
40	Matemática (B)	Vesp./Not.	-	30	Paricarana– CCT
40 A	Matemática (L)	Vesp./Not.	40	-	Paricarana-CCT
52	Medicina (B)	Diurno	28	-	Paricarana-CCBS
70	Pedagogia (L)	Noturno	-	35	Paricarana-CEDUC
71	Psicologia (B)	Diurno	38	-	Paricarana-CEDUC
33	Relações Internacionais (B)	Matutino	35	-	Paricarana-CCH
51	Química (L)	Diurno	35	-	Paricarana-CCT
92	Secretariado Executivo (B)	Noturno	38	-	Paricarana-CECAJ
81	Zootecnia (B)	Diurno	-	40	Cauamé -CCA
• Subtotal			675	393	
		TOTAL GERAL		1.068	

Fonte: CPV/UFRR (2010).

O ensino superior em Roraima é relativamente recente e conhece duas fases: a primeira é de participação de universidades de outros estados; a segunda é marcada pela oferta de ensino superior por instituições locais e se inicia com a criação da UFRR, implantação em 1989, já como Estado. Até março de 2001, ela era a única instituição de ensino superior do estado. A partir daí surgem várias instituições particulares e duas públicas de ensino superior: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET, 2002) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR, 2005).

Em termos absolutos, por cursos de graduação, ou seja, número de cursos diurnos e noturnos por município, segundo áreas específicas, a superioridade de Boa Vista ainda é evidente: dos 164 cursos superiores do

Estado de Roraima, 108 estão em Boa Vista (65,85%), um pouco superior à participação do município na população do estado em 2007 (63,14%). Cabe destacar a importância dos cursos noturnos no estado, no sentido de facilitar o acesso à educação superior.

Quanto ao antigo CEFET, não havia oferta de cursos para o interior do estado. Esse panorama mudou quando foi transformado em Instituto Federal de Roraima (IFRR) e, em seguida criado o núcleo na localidade de Novo Paraíso no município de Caracaraí. Depois foi criado o núcleo de Amajari e, o de Bonfim, está em fase de implantação.

A Universidade Estadual de Roraima está presente em 12 dos 15 municípios, inclusive, surpreendentemente para todo o país, em três localidades que não são sedes municipais, como vimos anteriormente. Somente três municípios não dispõem de ensino superior (Amajari, Cantá e Uiramutã).

É importante destacar que aqui são apresentados números de crescimento de oferta de curso e de instituições. Sabemos que é necessário melhorar a qualidade do ensino oferecido, aumentar o número de professores com maior titulação e também melhorar as condições de trabalho para os professores, proporcionando um ambiente mais aprazível para os alunos, como bibliotecas e laboratórios, entre outras questões, o que certamente não é um problema somente do Estado de Roraima. Esse é um panorama das duas primeiras décadas do século XXI de ensino superior em Roraima.

CAPÍTULO 3

O CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA

Introdução

Com a década de 1990 uma série de políticas de formação de professor tem início em Roraima. Em 1994 começa o Magistério Parcelado Indígena e, em 1995, o Projeto Caimbé, ambos voltados para a formação de professores que atuavam no nível médio. São ações que se tornaram referência importante no Estado. A partir de 1998 tem-se o início das políticas de formação de professores nos cursos de graduação.

Antes dessas políticas os professores eram formados no magistério pelo antigo Curso Integrado Normal Monteiro Lobato, depois substituído pela Escola de Formação e também pelo Projeto Logos II. Capacitavam professores leigos que atuavam no Magistério sem a habilitação mínima.

Em 1998 foi feita a primeira parceria da UFRR com o Governo de Roraima para a oferta de cursos de licenciatura e, principalmente, para capacitar os professores que já atuavam no sistema de ensino sem a devida habilitação, sucedendo-se outras parcerias, inclusive com a Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Outras iniciativas ocorreram para atender à necessidade de formação de professores indígenas foi a criação o Núcleo Insikiran. Oferecia o curso de modo intercultural, formando professores indígenas para atuar nas comunidades nas séries iniciais do ensino fundamental. Existe ainda hoje um projeto de nível médio para atender professores que atuam sem a habilitação no Magistério – Projeto Magistério Indígena Tami'kan.

O objetivo deste capítulo é mostrar as atuais condições de ensino em Roraima, com destaque para políticas de formação de professores, a educação profissional e a forma como a educação foi impactada por políticas federais de formação como o FUNDEF.

3.1 Políticas de formação docente de nível médio: Projeto Magistério Parcelado Indígena, Projeto Caimbé e Projeto Magistério Indígena Tami'kan

A formação de professores para o magistério das séries iniciais, já mencionado anteriormente, era de responsabilidade da Escola de Formação de professores, que também oferecia cursos para capacitar professores leigos. O Magistério Parcelado Indígena teve início em 1994. Foi o primeiro projeto de médio porte, que atendeu a reivindicação das comunidades indígenas de ter professores das próprias comunidades atuando na sala de aula.

O Magistério Parcelado Indígena foi criado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) em conjunto com a Escola de Formação de Professores. Os professores ficavam alojados e faziam as refeições no refeitório do próprio CEFAM, tudo disponibilizado pelo governo local. Quando não comportava todos os cursistas, devido ao grande número ou porque ocorriam outros cursos paralelos, era necessário o deslocamento para outros locais. Essa era a logística montada quando havia cursos envolvendo grande número de professores, desde o transporte das comunidades indígenas para a capital até seu retorno no final do curso. As aulas ocorriam nos recessos escolares, para não interromper as aulas, nas suas respectivas comunidades.

Esse projeto, criado em 1994, funcionou até 2001, formando um total de 418 professores indígenas. Chegou a ganhar o Prêmio Paulo Freire, que na época foi muito importante porque além de capacitar professores serviu para reforçar a necessidade de oferta de um curso de formação docente de nível superior para as comunidades indígenas, que era uma reivindicação antiga dos órgãos representativos indígenas de Roraima. Os professores que trabalharam nesse projeto eram da rede pública e necessitavam de formação nas disciplinas em que eram responsáveis, recebendo o pagamento calculado por hora aula. O grande inconveniente era o fato de demorar muito para receber esse pagamento, que podia durar até seis meses.

O Projeto Caimbé¹⁶ foi criado em 1995 também pelo CEFAM, com as mesmas características do Magistério Parcelado Indígena. Era realizado nos recessos escolares e direcionado aos professores leigos que atuavam na capital e no interior do estado. A logística era a mesma, mas atendia um número bem maior de professores. As despesas iam desde a alimentação na cozinha industrial, passando pelo alojamento no próprio CEFAM, nos ginásios Totozão e Hélio Campos¹⁷ e na Casa do Imigrante. Era colocado à disposição o transporte de pessoas e o material didático. Quando não havia como acomodar todos os cursistas, eram utilizadas as escolas Gonçalves Dias e a Escola de Formação de Professores, que são bem próximas uma da outra e do próprio CEFAM¹⁸.

O CEFAM¹⁹ era responsável pela seleção do professor que ministrava disciplinas. O professor recebia R\$ 30,00 por hora aula, como as disciplinas tinham uma carga horária de 60 horas, o pagamento bruto chegava a R\$ 1.800,00. Eram abatidos desse valor os encargos sociais, ficando pouco mais de R\$ 1.600,00. Parece um valor relativamente alto para aquele período, mas demandava até seis meses para ser pago, o que era considerado comum para quem atuava nesses projetos.

¹⁶ Caimbé é um arbusto de pequeno porte muito comum na região do lavradio roraimense. Esse foi o nome escolhido para a política de formação de professores leigos em Roraima em 1995 por representar a flora local.

¹⁷ Esses dois ginásios eram muito utilizados nessas ocasiões, o Ginásio Totozão tem um grande alojamento, enquanto o Hélio Campos tem um pequeno anexo com vários quartos, mas bem menor que o primeiro.

¹⁸ Quanto à extinção do CEFAM e da própria escola de Formação de Professores, não se encontrou muitas informações para a realização desta pesquisa

¹⁹ Os CEFAMs foram criados no Brasil depois do regime militar para fortalecer os cursos de formação de professores em alguns estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Era uma instituição com legislação própria. Inicialmente era um projeto e depois se consolidou, em São Paulo, os alunos recebiam uma bolsa de uma salário mínimo, em tempo integral com aulas teóricas e práticas. A carga horária era muito intensa e por isso muitos desistiam, mas também muitos candidatos queriam ingressar no CEFAM, o objetivo era colocar os alunos no mercado de trabalho direto, o que geralmente acontecia. O CEFAM de Roraima não tinha esse modelo de funcionamento, apesar de treinar professores e oferecer cursos, era totalmente diferente dos CEFAMs criados em outros estados, em Roraima organizava cursos de capacitação, essa instituição originalmente oferecia o curso de magistério e com um modelo para fortalecer esse curso.

Em julho de 1998 ocorreu a colação de grau, em conjunto, de 82 professores do Projeto Caimbé e 81 do Magistério Parcelado Indígena, num total de 163. Foi um evento importante e amplamente divulgado na imprensa local, conforme relatam as Figuras 44 e 45.



Figura 44 – Reportagem sobre a colação de grau de turmas do Projeto Caimbé e Magistério Parcelado Indígena

Fonte: BRASIL NORTE(20 jul. 1998).



Figura 45 – Página inteira sobre a formatura de turmas de professores do Projeto Caimbé e Magistério Parcelado Indígena
Fonte:BRASIL NORTE (20 jul. 1998).

Os dois cursos continuaram a funcionar normalmente com outras turmas e, em 2001, foram finalizados. O Projeto Caimbé atendeu um grande número de professores da rede pública de ensino, desde docentes que atuavam no interior e não tinham o ensino fundamental completo até os que não tinham o ensino médio; alguns possuíam o ensino médio, mas não tinham o magistério; havia também professor com curso superior, mas que atuava fora da sua área de formação.

Era comum no interior do Território Federal e mesmo depois de transformado em Estado existir professores sem habilitação em sala de aula. Na capital era comum lotar professores com nível superior fora da sua respectiva área, o que comprometia a qualidade de ensino, principalmente quando se tratava de pessoas formadas em Pedagogia, por exemplo, lotados como

professor de Língua Portuguesa. Esse é apenas um exemplo, mas havia muitos casos semelhantes, por conta da carência de pessoal habilitado.

O Projeto Caimbé, quando encerrado em 2001, havia formado um total de 920 professores. Foi um projeto inicialmente mantido com recursos do governo estadual. A partir de 1998, o FUNDEF, criado dois anos antes, passou a ser a fonte de recursos dos dois projetos aqui mencionados, o Caimbé e o Parcelado Indígena.

Outra política de formação de docentes de nível médio para as séries iniciais do ensino fundamental é o Projeto Magistério Indígena Tami'kan. Esse projeto foi uma ação político-pedagógica da Divisão de Educação Escolar Indígena da Secretaria Estadual de Educação. Apesar de o projeto anterior para indígenas ter formado 418 professores em 2001 e da criação de um núcleo de educação indígena em nível superior (que será tratado mais adiante), os líderes indígenas continuaram reivindicando um curso para capacitar professores leigos que ainda atuam nas comunidades indígenas.

Em 2011, o número de escolas foi crescendo junto com as comunidades, o que implicou solicitação de novas escolas. Na Tabela 20 está relacionado por localidade, o número de escolas indígenas.

Tabela 20 – Escolas indígenas, por regiões, em Roraima (2015)

Regiões	Escolas
Amajari	14
Baixo Cotingo	22
Murupu	04
Raposa	18
São Marcos	26
Serra da Lua	18
Serras	59
Surumu	18
Taiano	10
Waiwai	07
Yanomami / yekuana	33
Total	229

Fonte: CEFORR (2015).

A Tabela 20 mostra que o número de escolas é muito grande, o que demanda apoio e cada vez mais professores habilitados. São mais de 200 escolas, algumas de difícil acesso. É importante que, além da própria cultura, tenha uma pessoa da comunidade indígena que more no local e seja preparada para o exercício da docência.

O Projeto Magistério Indígena Tami'kan é um curso profissionalizante, orientado para oferecer aos professores leigos indígenas a formação específica bilíngue e intercultural, com base em uma plataforma curricular correspondente ao ensino médio, complementada com disciplinas específicas para Formação do Magistério Indígena.

Esse curso representou avanço político por assumir o compromisso de contribuir para a autonomia dos povos indígenas, qualificando a educação escolar indígena em Roraima. Nessa perspectiva, a realização desse curso tem sido promovida pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto, pela

Divisão de Educação Escolar Indígena e pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR), em parceria com a FUNAI, pelo Instituto Insikiran da UFRR e organizações indígenas. Esse projeto, que continua em atividade, formou 132 professores indígenas até o final de 2014.

3.2 As políticas de formação de professores em nível superior e as instituições públicas formadoras de Roraima

A primeira instituição formadora de Roraima em nível superior foi a UFRR, criada em 1985 e instalada em 1989. Havia, naquele momento, a necessidade de que professores se capacitassem em licenciatura plena, dado que a LDB estabelecia um prazo de 10 anos a partir da aprovação da Lei 9394/96. Essa exigência, naquele período, precipitou em Roraima as primeiras políticas de formação de professores no âmbito de cursos superiores.

Em 1998 foi oficialmente firmado o convênio entre o governo de Roraima e a UFRR, que foi denominado Projeto de Habilitação de Professor a Nível Superior. Foi uma política de formação já com os recursos do FUNDEF e representou o início de uma série de convênios que ocorreu depois. Em junho de 1998 a UFRR realizou o primeiro vestibular especial para professores do interior – era o início do Projeto.

Tratava-se de um vestibular diferenciado, direcionado especificamente a professores não graduados, com formação média em magistério e que atuavam na rede pública de ensino no interior do estado. O objetivo desse projeto era atender às determinações da nova LDB, que exigia formação superior dos professores da educação básica no prazo de 10 anos, a contar a partir de 1997. As aulas no primeiro grupo de professores iniciaram em 1º de julho desse ano.

Foram oferecidas inicialmente 40 vagas para Matemática, 40 para Letras com habilitação em Língua Espanhola, 40 para Ciências Biológicas e 40 para Pedagogia. Os cursos eram parcelados, ocorriam nos períodos de férias e recessos escolares; os professores que atuavam nesses cursos eram da UFRR, selecionados por cada departamento responsável. Inicialmente, 360 professores concorreram às vagas. Depois, outras turmas foram ofertadas para o interior e

também para professores da capital, obedecendo os primeiros critérios estabelecidos para as primeiras turmas.

As primeiras turmas tiveram início em 1º de julho de 1998. Os alunos se deslocavam do interior do estado para assistir as aulas e faziam suas refeições no mesmo local das aulas; a hospedagem era nos alojamentos disponibilizados pelos organizadores e, dependendo da distância do alojamento, eram providenciados ônibus para o deslocamento.

No ano seguinte foi ampliada essa parceria, com maior número de vagas para o interior nos cursos de letras, Matemática e Pedagogia. Para a capital, 80 vagas para Pedagogia, 80 para Matemática, 80 para Letras com habilitação em Língua Espanhola e 40 para História. Todos os alunos eram professores da rede pública da capital e as aulas aconteciam no período matutino e vespertino. Os professores que trabalhavam pela manhã, assistiam as aulas no período da tarde, e assim por diante. A exceção era o curso de História, que só tinha uma turma e funcionava no período da manhã.

Os professores que trabalhavam neste convênio recebiam R\$ 30,00 a hora aula. A maioria das disciplinas era de 60 horas e o valor pago foi de R\$ 1.800 bruto. Os estágios eram de 100 horas, o que propiciava um valor bem maior. Como os convênios anteriores, os pagamentos sempre atrasavam, passavam pelo menos três meses para serem efetuados.

No primeiro semestre de 2006, foi celebrado um convênio entre a Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista e a UFRR para atender os professores que só tinham o magistério e que atuavam nas séries iniciais do ensino fundamental já que, nesse caso, fosse necessária a formação superior. A proposta foi oferecer o curso de Pedagogia, com acesso via vestibular especial para os professores da rede.

Foram ofertadas, inicialmente, 80 vagas no curso de Pedagogia, com duas turmas de 40 alunos. A duração do convênio, nesse primeiro momento foi de 48 meses, correspondendo a duração do curso. Como no convênio anterior, os alunos reprovados ou que não cursassem determinada disciplina deveriam se matricular nos cursos regulares da UFRR para cursar a disciplina perdida. As aulas seriam nos recessos e férias escolares, dando a característica de

treinamento em serviço para não precisar se afastar das atividades de sala de aula. Em julho de 2006 iniciaram as aulas com duas turmas. Posteriormente o convênio foi ampliando com a entrada de mais quatro turmas de 40 alunos.

Essas foram as políticas locais de formação de professores, algumas delas com recursos do FUNDEF. O cenário de oferta se ampliou com os cursos a distância, por instituições públicas e privadas, de dentro e de fora do Estado de Roraima. O curso de Pedagogia a distância é um dos mais disponibilizados até hoje em Boa Vista, conforme consta no Quadro 7.

Instituições	Modalidades de ensino
Centro Universitário Internacional – UNINTER – PR	EaD
Centro Universitário Claretiano - CEUCLAR	EAD
Centro Universitário UNISEB	EaD
Faculdade Estácio Atual da Amazônia - RR	EaD e presencial
Faculdade de Ciência, Educação e Teologia – FACETEN	Presencial
Faculdade Educacional da EAPA e FAEL	EaD
Faculdade Roraimense de Ensino Superior – FARES – RR	EaD
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA	EaD
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	EaD
Universidade Estadual de Roraima - UERR	EaD e presencial
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/RS	EaD
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	EaD
Universidade Paulista - UNIP	EaA

Quadro 7 – Instituições formadoras na modalidade EaD (2015)

Fonte: MEC (2015).

Todas as instituições do Quadro 7 oferecem o curso de Pedagogia. A UNOPAR, a Faculdade Estácio Atual e a UERR são instituições que propõem outras licenciaturas, sendo que as duas últimas ofertam também vários cursos

presenciais, o que amplia o quadro de cursos de formação de professores em todo o estado.

Se os cursos na modalidade a distância massificam a oferta, por conta do número de vagas disponibilizados à comunidade local, sem fazer uma análise da questão da qualidade, tal fato contribui para a redução da procura de cursos de licenciatura nas instituições públicas formadoras como a UERR e a UFRR.

Os cursos de formação de professores cresceram muito com a Pedagogia sendo ofertado em massa a distância. É um dos cursos mais procurados devido ao baixo custo, o que reflete o atual momento da educação brasileira e o estágio de desvalorização da carreira docente.

Na Tabela 21 temos o número de formados da UFRR que mostram crescimento de oferta de formação docente em Roraima a partir de 1990, com o surgimento dessa instituição, ponto de partida nas políticas locais de formação docente.

Tabela 21 – N° de alunos formados pela UFRR até 2014

CURSOS	Nº DE FORMANDOS
--------	-----------------

Artes Visuais ²⁰	04
Ciências Biológicas	288
Educação do Campo ²¹	28
Física	93
Geografia	368
História	437
Intercultural Indígena	200
Letras ²²	521
Matemática	183
Pedagogia	716
Química	270

Fonte: DERCA/UFRR (2015).

Os cursos na área de exatas têm pouca procura, alto índice de abandono e reprovação e, conseqüentemente, poucos alunos formados. O curso de Matemática foi, juntamente com o de História, o primeiro a ser criado, mas formou poucos alunos. Esse curso oferece também bacharelado, que não aparece no quadro, por não ser de formação docente.

Os cursos de Educação do Campo e Artes Visuais são recentes; por isso, número de formandos tão baixo. O curso de Pedagogia apresenta número maior de alunos formados, consideramos os alunos dos convênios da UFRR com o governo de Roraima e com a Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista. Tem um curso que não aparece e que iniciou suas atividades recentemente, trata-se do curso de Música, que também é uma licenciatura.

²⁰Os quatro alunos que colaram grau provavelmente já possuíam uma graduação e conseguiram concluir o curso que é muito solicitado pela comunidade e ainda está se estruturando.

²¹ O curso de Educação do Campo é dentro da pedagogia da alternância, tempo escola e tempo comunidade e oferece duas habilitações, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. É um curso muito novo, e o número reduzido de formandos reflete as dificuldades enfrentadas pelos alunos. As aulas ocorrem no tempo escola, onde os alunos se deslocam para a UFRR para frequentar as disciplinas e a coordenação do curso tem que providenciar alojamento e alimentação, são todos do interior do estado.

²²O total de formandos em Letras inclui todas as habilitações: inglês, espanhol, língua portuguesa, francês e literatura.

Outra instituição de Roraima, a UERR²³, tem importante participação na formação de professores. De acordo com o Departamento de Registro acadêmico dessa instituição, de 2007 até 2014, 1.797 alunos se formaram em Pedagogia, número muito maior que o da UFRR e num espaço de tempo menor. Como a oferta da UERR abrangia o interior, isso explica o número alto de formandos.

Os vestibulares da UERR acontecem atualmente com a oferta de 22 cursos, sendo que na área de formação docente foram acrescentados os cursos de Filosofia e Sociologia. Em 2012 foram criados os cursos de Ciências da Natureza e Matemática com ênfase em Matemática e Física e ou em Ciências Biológicas e Química, oferecendo vagas a partir desse mesmo ano.

Ainda em 2012 a UERR tinha um contingente de 4.131²⁴ alunos. Esse número inclui também alunos da segunda licenciatura, que pertence a política nacional de formação docente, o PARFOR do Governo Federal, criado em 2009.

Tabela 22– Vagas oferecidas no vestibular da UERR– 2012

CURSO	TURNIO	VAGAS	LOCALIDADE
Administração (B)	Noturno	40	Boa Vista
Administração (B)	Noturno	40	Nova Colina ²⁵

²³ A origem da UERR e sua importância foi tratado no Capítulo 2. Essa instituição está consolidada como instituição pública formadora e com a UFRR forma as duas maiores instituições do Estado. .

²⁴ Dados retirados do Plano de Desenvolvimento institucional da UERR para o período de 2013 a 2017.

²⁵ Nova Colina é uma vila que pertence ao município de Rorainópolis

Agronomia (B)	Integral	40	Rorainópolis
Agronomia (B)	Integral	40	Normandia
Ciências Biológicas (L)	Noturno	40	Boa Vista
Ciências Biológicas (L)	Noturno	40	Rorainópolis
Direito (B)	Noturno	40	Boa Vista
Enfermagem (B)	Integral	30	Boa Vista
Física (L)	Vespertino	40	Boa Vista
Geografia (L)	Matutino	40	Boa Vista
História (L)	Noturno	40	Boa Vista
História (L)	Noturno	40	Caracaraí
Letras com habilitação em Língua Inglesa (L)	Vespertino	40	Boa Vista
Letras com habilitação em Língua Inglesa (L)	Noturno	40	Bonfim
Letras com habilitação em Literatura (L)	Noturno	40	Nova Colina
Letras com habilitação em Língua Espanhola (L)	Noturno	40	São João da Baliza
Matemática (L)	Vespertino	40	Boa Vista
Matemática (L)	Vespertino	40	Rorainópolis
Química (L)	Matutino	40	Boa Vista
Química (L)	Vespertino	40	Rorainópolis
Serviço Social (B)	Vespertino	40	Boa Vista
Ciências Contábeis (B)	Vespertino	40	Alto Alegre
Ciências Contábeis (B)	Noturno	40	Caracaraí
Ciências Contábeis (B)	Matutino	40	Rorainópolis
Ciências da Computação (B)	Noturno	40	Caracaraí
Ciências da Computação (B)	Noturno	40	Pacaraima
TOTAL		1030	

Fonte: COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS (CPC/UERR, 2012).

Na Tabela 22 temos a quantidade de vagas e cursos ofertados na capital e interior em 2012. Além dessas ofertas há também outros cursos que não aparecem neste edital, mas fazem parte do conjunto de cursos da UERR. A instituição oferta também a segunda licenciatura desde 2010, dentro do PARFOR, com o objetivo de formar professores para as áreas de Matemática,

Química, Física, Filosofia, Ciências Biológicas, História, Geografia, Letras e Sociologia.

Dado importante para registro e análise é o fato da UERR oferecer cursos em várias localidades sem estrutura física e sem um quadro permanente de professores. Recentemente a oferta de vagas foi ampliada alcançando outras localidades, o que serviu para oportunizar aos alunos delas o acesso a cursos universitários. Nesse caso aparece a vila Nova Colina, que pertence ao município de Rorainópolis; além dessa, outras localidades como Entre Rios, no município de São João da Baliza, Surumú, no município de Pacaraima, vila Félix Pinto, no município do Cantá, Nova Colina, no município de Rorainópolis, Truarú, no município de Caracaraí, e Comunidade Napoleão, no município de Normandia (área indígena) recebem ofertas de cursos de graduação.

A Tabela 23 expõe o quadro de vagas oferecido pela UFRR que nos permite alguma comparação com os dados da UERR.

Tabela 23 – Vagas ofertadas no vestibular da UFRR (2009)

Código	Curso	Turno	Vagas 1º Semestre	Vagas 2º Semestre	Campus/Centro
10	Administração (B)	Vespertino/Noturno	40	-	Paricarana-CECAJ
80	Agronomia (B)	Diurno	40	-	Cauamé-CCA
45	Arquitetura (B)	Diurno	-	35	Paricarana-CCT
44	Ciência da Computação (B)	Diurno	-	38	Paricarana-CCT
50	Ciências Biológicas (L)	Diurno	-	30	Paricarana-CCBS
50 A	Ciências Biológicas (B)	Diurno	-	30	Paricarana-CCBS
32	Ciências Sociais (B)	Noturno	36	-	Paricarana-CCH
21	Comunicação Social (B)	Vespertino/Noturno	-	35	Paricarana-CENCEL

Código	Curso	Turno	Vagas 1º Semestre	Vagas 2º Semestre	Campus/Centro
11	Ciências Contábeis (B)	Vespertino/ Noturno	40	40	Paricarana -CECAJ
60	Direito (B)	Vespertino/ Noturno	35	-	Paricarana -CECAJ
12	Economia (B)	Vespertino/ Noturno	40	-	Paricarana -CECAJ
12 A	Economia (B)	Matutino	40	-	Paricarana -CECAJ
42	Engenharia Civil (B)	Diurno	40	-	Paricarana -CCT
41	Física (L)	Diurno	-	40	Paricarana -CCT
31	Geografia (L/B)	Vespertino/ Noturno	-	40	Paricarana -IGEO
34	Geologia (B)	Diurno	30		Paricarana -IGEO
30	História (L/B)	Matutino	30	-	Paricarana -CCH
30 A	História (L/B)	Noturno	30	-	Paricarana -CCH
20 A	Letras-Português/Inglês (L)	Vespertino/ Noturno	15	-	Paricarana -CENCEL
20 B	Letras-Português/Francês (L)	Vespertino/ Noturno	15	-	Paricarana -CENCEL
20 C	Letras -Português/Espanhol (L)	Vespertino/ Noturno	15	-	Paricarana -CENCEL
20 D	Letras-Português/Literatura (L)	Vespertino/ Noturno	15	-	Paricarana -CENCEL
40	Matemática (B)	Vespertino/ Noturno	-	30	Paricarana - CCT

Código	Curso	Turno	Vagas 1º Semestre	Vagas 2º Semestre	Campus/Centro
40 A	Matemática (L)	Vespertino/ Noturno	40	-	Paricarana -CCT
52	Medicina (B)	Diurno	28	-	Paricarana -CCBS
70	Pedagogia (L)	Noturno	-	35	Paricarana -CEDUC
71	Psicologia (B)	Diurno	38	-	Paricarana -CEDUC
33	Relações Internacionais (B)	Matutino	35	-	Paricarana -CCH
51	Química (L)	Diurno	35	-	Paricarana -CCT
92	Secretariado Executivo (B)	Noturno	38	-	Paricarana -CECAJ
81	Zootecnia (B)	Diurno	-	40	Cauamé– CCA
Sub-Total			675	393	
TOTAL GERAL			1.068		

Obs.: (B) = Bacharelado (L) = Licenciatura

Fonte: CPV/UFRR (2009).

A oferta de vagas no vestibular de 2009 da UFRR e do vestibular da UERR 2012 mostram um panorama geral da oferta do ensino universitário em Roraima. Como o Instituto Federal de Roraima (IFRR) também oferece alguns cursos de licenciatura que contribuem para ampliar a formação de professores em todo o Estado, como os cursos de Educação Física, Ciências Biológicas, Letras com habilitação em espanhol e língua portuguesa e Matemática, o quadro geral de oferta de vagas públicas para formação de professores mostra-se significativo.

A seguir, o quadro 8 apresenta os cursos de formação de professores em instituições públicas de ensino superior em Roraima, considerando apenas

os cursos presenciais. Não constam da tabela os cursos das chamadas segundas licenciaturas.

	Cursos ofertados	Instituições ofertantes
01	Artes Visuais	UFRR
02	Ciências Biológicas	UFRR, IFRR e UERR
03	Educação do Campo com habilitação Ciências Humanas e Ciências da Natureza	UFRR, UERR
04	Educação Física	UERR, IFRR
05	Filosofia	UERR
06	Física	UFRR, UERR
07	Geografia	UFRR, UERR
08	História	UFRR, UERR
09	Intercultural Indígena	UFRR (Insikiran)
10	Letras: Língua Brasileira de Sinais	UFRR
11	Letras: Língua Portuguesa e Língua Espanhola	UFRR, UERR e IFRR
12	Letras: Língua Portuguesa e Francês	UFRR
13	Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa	UFRR, UERR
14	Letras: Língua Portuguesa e Literatura	UFRR, UERR
15	Matemática	UFRR, UERR e IFRR
16	Música	UFRR
17	Pedagogia	UFRR, UERR
18	Química	UFRR, UERR
19	Sociologia	UERR

Quadro 8 – Cursos de licenciatura presenciais e instituições ofertantes em Roraima (2015)

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

O Quadro 8 oferece o panorama das licenciaturas apenas em instituições públicas. Esse cenário é mais complexo, considerando os cursos das instituições privadas e os cursos a distância presentes no estado, além das segundas licenciaturas do PARFOR.

O Quadro 9 apresenta a relação de cursos de licenciaturas a distância oferecidos em Boa Vista, que tem tornado a procura de cursos nas universidades públicas na modalidade presencial menos intensa, diminuindo o número de candidatos por vaga.

CURSOS
Artes Visuais
Ciências Biológicas
Computação
Geografia
História
Informática
Letras
Matemática
Música
Pedagogia
Química
Sociologia

Quadro 9 – Relação de cursos de licenciatura a distância em Roraima (2015)

Fonte: MEC/INEP (2015).

Dessa relação de cursos apresentadas no Quadro 9, os de Computação, Informática, Música e Artes Visuais são ofertados em apenas uma instituição. Todos os outros são largamente disponíveis, diferentemente dos cursos presenciais que restringem bastante a oferta. O curso de Licenciatura em Informática é ofertado somente pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), presente em todo Brasil desde 2005. O curso oferece 295 vagas, que demonstram bem o que representa o ensino a distância em Roraima. Essas vagas são distribuídas entre os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Caracaraí, Pacaraima, Rorainópolis e São João da Baliza, tendo portanto, um alcance muito grande.

A oferta de cursos de licenciatura a distância permite a formação em massa de professores em todo Brasil, mas não tem resolvido o problema da qualidade do ensino. A maioria dos cursos são oferecidos por instituições de iniciativa privada e o interesse é conseguir o maior número possível de matrículas para aumentar os lucros. São cursos considerados de baixo custo e muito procurados, além disso, alguns deles são mais curtos e podem ser concluídos em três anos, e não mais em quatro.

A Tabela 24 mostra a relação candidato/vaga no último vestibular da UFRR, em 2016. Os dados revelam que sua relação é pequena, sendo que em alguns casos quase coincidem. Esse não é um fenômeno da UFRR, mas uma tendência geral em várias instituições, seja por oferecer curso pouco atrativo,

seja por oferecer muitas vagas, como é o caso da Pedagogia e da Matemática a distancia.

Tabela 24 – Concorrência de candidatos por vaga no vestibular da UFRR (2015)

Cursos	Índice de candidato por vaga
Artes Visuais	2,1 alunos por vaga
Ciências Biológicas	6,5 alunos por vaga
Física	1,7 alunos por vaga
Geografia	2,0 alunos por vaga
História	5,7 alunos por vaga
Letras – Linguagem Brasileira de Sinais	4,0 alunos por vaga
Letras – português/espanhol	2,3 alunos por vaga
Letras – português/francês	1,0 aluno por vaga
Letras – português/inglês	5,3 alunos por vaga
Letras – português/literatura	3,4 alunos por vaga
Matemática	2,8 alunos por vaga
Música	4,5 alunos por vaga
Pedagogia	3,6 alunos por vaga
Química	1,1 alunos por vaga

Fonte: CPV/UFRR (2015).

Essa Tabela que mostra a procura por vagas no último vestibular serve de indicador e parâmetro acerca da pouca valorização da carreira do magistério em Roraima. Há dois aspectos alarmantes nessa Tabela. Primeiro, a baixa procura por cursos de formação de professores, dado que os bacharelados são mais procurados pela comunidade acadêmica do que as licenciaturas e que o Magistério não tem sido uma carreira atraente, em Roraima em particular, que tinha fama de pagar bem os professores e tem sido, recentemente, palco de constantes greves de professores, a última no segundo semestre de 2015 com duração de 72 dias. O segundo aspecto importante diz respeito aos cursos menos procurados. O curso de Letras com habilitação em francês atrai pouco candidatos e tem um aluno para cada vaga ofertada, praticamente o mesmo acontece com o curso de Química. Não cabe análise aqui sobre essa questão, mas é importante mencionar alguns aspectos referidos a esses dois cursos. O primeiro gera desinteresse porque o francês não faz parte da matriz curricular das escolas, ou seja, não há mercado de trabalho para docência. Esse é um fator importante, que juntamente com outro, como a proposta do curso, ajuda a explicar esse quadro. No caso do curso de Química, existe ampla oferta, tanto a distância quanto presencial, o que amplia

o leque de possibilidades. Temos ainda a evasão e o índice de reprovação, que podem estar contribuindo para sua baixa procura.

De modo geral, os dados apresentados pela Tabela 24 mostram baixa procura e reforçam outros dados que confirmam a diminuição geral no interesse pelas licenciaturas.

3.3 Insikiran e a formação superior de professores indígenas

A formação de professores indígenas em nível superior demorou para se tornar uma realidade. Foram décadas de lutas. Para entender a atual situação da educação indígena em todos os níveis em Roraima é importante remontar à trajetória histórica ²⁶ dessa modalidade de ensino. Ao longo da pesquisa encontramos registros em livros como o de Magalhães (1986) e Souza (1979), algumas teses, artigos, monografias e dissertações, mas poucos e nenhum com profundidade. Os dados encontrados são colocados aqui em ordem cronológica e facilitam o entendimento da educação indígena em Roraima.

Na década de 1920 a missão beneditina tinha, inicialmente, suas atividades voltadas à conversão de indígenas ao catolicismo, que passaram a concentrar em Boa Vista, na época com 2.000 habitantes, sem contar os indígenas (MARCONDES-SIEMS, 2013). Até a década de 1940, a educação para índios em Roraima ficou sob o controle da igreja católica, cuja filosofia pedagógica era ensinar a língua portuguesa e a catequização. A partir dos anos de 1950, o Estado, por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), assumiu o projeto destinado à formação profissional e nacionalista dos povos indígenas, ampliando o campo de atuação em torno do objetivo integracionista. Ensinar a ler e escrever a língua portuguesa era a meta principal do ensino nas comunidades indígenas, o que prevaleceu até os anos de 1980. Não havia uma

²⁶ Saindo um pouco da cronologia da pesquisa é necessária essa explicação sobre as primeiras iniciativas de formação de professores indígenas em Roraima, o Magistério Parcelado Indígena, apresentado anteriormente, não foi a única iniciativa de formação. Para melhor entendimento é apresentada a retrospectiva histórica dos movimentos e iniciativas que culminam com a criação do Núcleo Insikiran, depois transformado em instituto.

real preocupação de efetivamente prover educação escolar indígena (UFRR, 2001).

Em 1948 ainda havia a Missão São José, localizada na região do Surumú, que funcionava como um internato para as crianças órfãs, que em seguida foi transformada em escola e em centro de formação de lideranças indígenas. Esse foi o último ano dessa ordem religiosa em Roraima.

Com a saída dos beneditinos em 1948, chegam em Boa Vista os missionários da Consolata, iniciando a implantação de várias escolas confessionais em diversas malocas. Somente nas regiões dos índios macuxi e wapichana foram estabelecidas 11 escolas católicas, dirigidas por professores não-índios formados na Prelazia em Boa Vista (VASCONCELOS, 1996). Até o final dos anos de 1960 esses missionários faziam a chamada Pastoral da Desobriga. A partir daí, os missionários, que antes moravam em Boa Vista, passaram a morar nas malocas. Em razão dessas ações, foram implantadas as missões religiosas do Maturuca, Catrimani, Taiano e Surumú, com permanente presença de um sacerdote.

A igreja católica atuava entre os índios com seu trabalho de catequese, mas o grande desafio para o governo do Território era a alfabetização dos índios roraimenses. Anteriormente, em 1946, o Serviço de Proteção ao Índio havia instalado escolas e oficinas de artesanato na Fazenda São Marcos, a fim de alfabetizar. Oficialmente, antes dessas ações, nada havia sido efetivamente realizado (SOUZA, 1979). A igreja católica se consolidou entre os índios e até o final dos anos de 1960 trabalhava na formação de lideranças indígenas. Foram realizados cursos para tuxauas²⁷ e professores, uma das primeiras iniciativas na área de educação indígena.

No primeiro governo de Hélio Araújo (1967-1969) foi criada uma escola na Maloca da Raposa. Otuxaua dessa maloca era o jovem macuxi de nome Abel Viriato Raposo, que em companhia de um primo foi a Boa Vista para solicitar ao

²⁷O tuxaua de uma maloca ou de comunidade indígena geralmente tem muita influência na comunidade. As malocas em Roraima são formadas por pessoas que têm graus de parentesco, ou seja, são todos parentes próximos ou distantes. O tuxaua é o representante legal, a maior autoridade da maloca.

governador material escolar, a fim de fazer funcionar uma escola primária mista, cujo o professor seria o primo, ex-praça do exército que se alfabetizou no Rio de Janeiro (Op. cit.). Nos anos de 1970 existiam escolas indígenas funcionando em todas as malocas da área campestre e em todas as aglomerações humanas no interior do Estado (Op. cit.).

Ainda de maneira muito precária, em 1972, formou-se a primeira turma de professores indígenas para atuar até a 4ª série do ensino de 1º grau. Essa turma tinha concluído apenas a 8ª série, o que demonstra a clara necessidade que havia de mais escolas de nível médio e formação em nível superior.

Não havia nesse período uma política de formação de professores indígenas e a presença de professores não índios nas comunidades gerava grande insatisfação. Para resolver essa situação os tuxauas se uniram na reivindicação por uma educação voltada para a cultura indígena, buscando garantir que as comunidades indígenas estudassem, cada uma, em sua própria língua. Em 1985, com a promoção do “Dia D”²⁸ com o tema “Que Escola temos, que Escola queremos”, os tuxauas e os professores participaram das discussões, com críticas ao modelo de educação oferecido às crianças e jovens indígenas. Apresentando, naquela ocasião, várias propostas de mudanças, sendo a mais importante a oferta de cursos de formação específica para professores indígenas. Defendiam que somente professores indígenas deveriam ser contratados para atuar nas áreas indígenas e que a sua língua nativa fosse respeitada. Como resultado das reivindicações, que já vinham ocorrendo há algum tempo, a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto (SECD) de Roraima criou em 1986 um espaço administrativo com representação indígena, o Núcleo de Educação Indígena (NEI), com o objetivo de organizar, acompanhar e coordenar trabalhos e atividades relacionados à sua educação.

Em outubro de 2000 a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR) realizou o 2º Seminário de Educação Indígena de Roraima com

²⁸ “O dia D”, como chamado, foi um dia estabelecido para todas as escolas suspenderem as aulas para que gestores e professores discutissem a educação no país para enviar sugestões ao MEC, para melhoria da educação, de acordo com o tema sugerido, as comunidades indígenas participaram das discussões em cada comunidade. Isso aconteceu em 1985 durante o Governo Sarney.

o tema: a Formação em Nível Superior. Nesse evento foi aprovada e encaminhada à Reitoria da UFRR a solicitação de criação de um espaço dentro da universidade, para atender as necessidades de formação e habilitação plena de professores e estudantes indígenas de todo o estado.

Com base nesta proposta, a OPIR, a UFRR e entidades parceiras, começaram a discutir, naquela ocasião, a criação do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena. Depois de muitos debates, a criação desse núcleo foi aprovada pelo Conselho Universitário (CUni) em dezembro de 2001, contemplando as reivindicações de anos de luta.

O Núcleo Insikiran foi criado em um período de muitos conflitos entre índios e brancos em Roraima. Na primeira década dos anos 2000, a demarcação das terras da Raposa Serra do Sol causou conflitos, quando foram desapropriados vários produtores de arroz de uma grande área geradora de emprego e renda. Essa questão foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal que acatou o pedido das comunidades e homologou a demarcação das terras indígenas na Raposa Serra do Sol. Esse fato foi importante, porque a vocação econômica dessa região, historicamente, sempre foi a agricultura e a pecuária. Roraima é uma região de lavrado, que contempla essas duas atividades econômicas. Após a demarcação houve uma redução significativa nessa atividade econômica.

Nesse contexto foi criado o núcleo de formação indígena. Um período muito difícil que se arrastou por vários anos, inclusive com atitudes suspeitas contra antigos gestores que atuavam na educação indígena. Passou a ser vital o fortalecimento da educação indígena para preservar a cultura e para que todos os professores indígenas fossem pessoas das próprias comunidades, evitando influência de fora dessas comunidades.

O Núcleo Insikiran era uma velha reivindicação das comunidades indígenas roraimenses, desde a implantação do Magistério Parcelado Indígena, em 1994. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, reconheciam os direitos dos índios a uma educação de forma diferenciada, com o multiculturalismo como princípio central, reforçando as demandas das organizações indígenas. O Instituto Insikiran (Figuras 46 e 47) foi criado como um espaço político pedagógico para coordenar os programas de

ensino, de pesquisa e extensão, voltados para o desenvolvimento de alternativas socioculturais aos povos e comunidades indígenas. Tem como princípio a interculturalidade de conteúdos e a participação dos agentes indígenas(CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008).



Figura 46 – Instituto Insikiran

Fonte: Acervo do autor(2015).



Figura 47 –Pátio interno do Instituo Insikiran

Fonte: Acervo do autor (2015).

A formação dos professores tem sido uma das grandes preocupações das comunidades indígenas, uma vez que reflete suas mais prementes necessidades internas. Por outro lado, há um grande desconforto quanto à extrema dependência externa para a resolução de problemas. Isto não significa desprezo à ajuda externa, mas antes a compreensão da necessidade de eles mesmos disporem de quadros técnicos capacitados para resolver de maneira mais autônoma as questões vivenciadas nas comunidades. (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008, p. 53).

A afirmação dos autores demonstra a dimensão e importância do Insikiran para as comunidades indígenas de Roraima. Sua criação representou grande conquista e resolveu o problema inicial da formação de professores para atuar nas primeiras séries do ensino fundamental. Os movimentos que precederam a sua criação se fortaleceram muito, porque esse núcleo participa das políticas educacionais indígenas do Estado.

Esse núcleo, desde sua criação, tem seu foco na implementação do curso de licenciatura intercultural. O curso tem a duração de cinco anos, sendo que os dois primeiros são de formação comum, a base comum do curso, com abordagem pedagógica específica, articulada com três áreas de concentração cursadas nos três últimos anos do curso, são elas: Ciências Sociais, Comunicação e Artes e Ciências da Natureza. Esse curso funciona dentro da Pedagogia da Alternância, tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola representa o período que os alunos se dirigem das suas comunidades de origem para assistirem as aulas no Insikiran. O tempo comunidade é o período em que os alunos ficam em suas comunidades, desenvolvendo as atividades sob orientação pedagógica do curso.

O curso habilita os alunos para atuarem na educação básica, tendo como princípio metodológico a aprendizagem pela pesquisa, que é realizada por intermédio dos projetos pedagógicos. É uma formação para atender as peculiaridades do processo histórico vivenciado pelos povos indígenas, buscando sua formação, respeitando sua cultura e seus valores. O curso se fundamenta em experiências que se pautam na pedagogia crítica, no diálogo estabelecido entre as organizações, as comunidades indígenas e as diversas instituições oficiais de ensino (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008).

Com o advento do Insikiran os indígenas passaram a ter autonomia na gerência da educação voltada para preservar seus valores e sua cultura. O NEI, a

atual Divisão de Educação Indígena (DEI)– criado e coordenado por um indígena – permitiu o enfrentamento dos desafios pertinentes à educação, e à educação indígena em particular. Não dispõe do que seria ideal para atender as necessidades dos povos indígenas de Roraima, mas foi uma conquista importante.



Figura 48 – Espaço Cultural do Instituto Insikiran

Fonte: Acervo do autor (2015).

A Figura 48 mostra o Espaço Cultural do Instituto Insikiran, conhecido como “Malocção”, onde ocorrem algumas reuniões no período escolar do curso Intercultural e os eventos promovido para as comunidades indígenas.

Os povos indígenas da Amazônia e de Roraima em particular, se organizaram e se fortaleceram para serem ouvidos. Com isso surgiram instituições que se juntaram às várias organizações indígenas já existentes que atuam até hoje na região. No Quadro 10 apresentamos essas instituições.

APIR	Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima
ALIDICIR	Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima
APITSM	Associação dos Povos Indígenas da Terra de São Marcos
CIR	Conselho Indígena de Roraima
COPIAR	Coordenação de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre
COPING	Conselho dos Povos Indígenas Ingaricó
DEI	Divisão de Educação Indígena
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
NEI	Núcleo de Educação Indígena
OMIR	Organização das Mulheres Indígenas de Roraima
OPIR	Organização dos Professores Indígenas de Roraima
SODIUR	Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima
TWM	Associação dos Povos Indígenas Taurepang, Wapichana e Macuxi

Quadro 10: organizações indígenas da Amazônia e Roraima (2015)

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Essas e outras instituições foram responsáveis por muitas conquistas como a promoção e o fortalecimento socioeconômico e cultural dos povos indígenas. No campo da educação, foram responsáveis pelo surgimento de duas políticas de formação de professores indígenas: Magistério Parcelado Indígena e o atual Projeto Magistério Indígena Tami'kan, que ainda está em andamento, e o curso de formação superior indígena, que é o curso intercultural oferecido pelo Insikiran.

Atualmente, o Instituto Insikiram se transformou em instituto responsável pela formação indígena de nível superior para todo estado de Roraima. Desde sua criação até 2014 formou 200 professores para atuar em suas respectivas comunidades. É uma instituição dentro da UFRR, funcionando estrategicamente para fortalecer e preservar a cultura indígena.

O Insikiran ampliou sua ação, oferecendo mais dois cursos de bacharelado. Primeiro foi criado o bacharelado em Gestão Territorial Indígena (GTI), em 2009, e tem como foco principal uma concepção do território indígena por meio da conciliação entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio-econômico, estratégias para o futuro sustentável pós-demarcação e homologação das terras indígenas.

O outro curso criado pelo Instituto Insikiran foi o bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, com o objetivo de formar indígenas e ampliar a participação profissional dessa população no âmbito do subsistema da saúde indígena e nos diversos níveis de complexidade do Serviço Único de Saúde (SUS), além de levar em consideração a valorização dos saberes indígenas nos seus processo pedagógicos.

Para 2015 foram oferecidas 140 vagas distribuídas em 60 vagas para a Licenciatura Intercultural, 40 para o Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena e 40 para o Bacharelado em Gestão Territorial Indígena (CPV/UFRR 2015). Essa é a contribuição que o Insikiran oferece às comunidades indígenas locais, fortalecendo-se a cada ano, melhorando a estrutura física e o quadro de técnicos e funcionários.

3.4 Trajetória da Escola Técnica Federal de Roraima e sua transformação em CEFET/e IFRR

Em 1983, o então deputado estadual de Roraima (ainda Território Federal), hoje senador, Mozarildo Cavalcanti, apresentou o Projeto de Lei nº 2.219, em que justificava a necessidade de criação de uma escola técnica no território, com o objetivo de formação técnico-profissional em nível médio, para atuar no mercado de trabalho local.

No projeto foram elencadas as dificuldades dos estudantes roraimenses em dar continuidade aos seus estudos. Não havia oferta de nível superior e quem conseguia auxílio ou a família podia financiar se deslocava para estudar em outro estado, principalmente no Amazonas e no Pará, estados onde o governo local mantinha a Casa do Estudante (PEREIRA, 2010).

Nesse período, havia a proposta de implantação de 200 escolas técnicas e agrotécnicas, em todo país, do governo do presidente José Sarney. A Escola Técnica de Roraima teve sua autorização de funcionamento com a Lei nº 7.518/1986, sendo efetivamente estabelecida em 17 de julho desse mesmo ano. Segundo o projeto, a escola ofereceria os cursos de Edificações e Eletrotécnica, sendo a proposta elaborada por técnicos da Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal de Roraima. Essa equipe apresentou como justificativa de iniciar os trabalhos da escola com esses dois cursos em razão da reduzida opção de ensino técnico em Roraima, o acelerado crescimento da expansão agrícola e o alto fluxo migratório. Também era preciso considerar o alto grau de dependência no processo de desenvolvimento local, não sendo capaz de auto sustentar-se.

Com o início da construção da BR 174 e da BR 210, o objetivo era integrar a região a outros estados e países, dando início a um período de grandes transformações. Se fazia necessária a criação de cursos que atendessem ao

que era considerada na época a vocação econômica natural da região: a agricultura e a pecuária. Na justificativa da criação da escola técnica se menciona a expansão agrícola, no entanto, não foi contemplado nenhum curso que atendesse essa vocação, pelo menos nesse primeiro momento.

O ambiente didático se organizou no espaço físico cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista. Em 1989, por meio do Parecer CTE/RR nº26 de 21 de dezembro de 1989, o Conselho Territorial de Educação de Roraima autorizou e reconheceu a ETFRR, com a aprovação das grades curriculares e o Regimento Interno, convalidando os atos escolares anteriores.

O período compreendido entre 1986 e 1988 foi a idealização de um sonho de ter uma escola dessa natureza no território. Funcionou, inicialmente, sem pertencer à rede federal de ensino, fato que somente iria ocorrer em 1993. Foram tempos difíceis. No primeiro ano, apenas 42 alunos concluíram o primeiro ano e, destes, 16 foram reprovados. Foi o contexto que a escola viveu e, por pouco, não fechou as portas. Quem conhece o IFRR hoje não tem ideia do início difícil dessa instituição.

A Lei nº 7.518/1986, que autorizava a criação de uma escola técnica em Roraima, foi regulamentada no governo de Romero Jucá em outubro de 1988. Durante o seu funcionamento informal estava sendo construído o prédio, que seria a sede, com recursos do Ministério da Educação. Em 1989 foi autorizada oficialmente, por meio de parecer da Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto (SECD) de Roraima. Possuía um reduzido quadro de 16 profissionais para atuar nas diversas atividades e apenas 13 professores, entre eles um engenheiro elétrico, dois engenheiros civis e um engenheiro-arquiteto e o restante para atender disciplinas de formação geral. Todos os atos escolares anteriores foram validados, mas a precariedade era visível e havia carência de pessoal qualificado para atuar nos cursos técnicos. Fazia também o atendimento do ensino fundamental e médio, da 5ª a 8ª séries do 1º grau e formação geral do 2º grau, além dos cursos técnicos de Edificações e Eletrotécnica.

Em maio de 1990 passou a funcionar em suas instalações definitivas, localizadas na Av. Glaycon de Paiva, no bairro Pricumã, onde está atualmente, tendo sido reformada várias vezes para ampliação de capacidade.

Em 30 de junho de 1993 passou para a rede federal de ensino, com o nome de Escola Técnica Federal de Roraima, por intermédio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 23, de 1º de julho de 1993. Surgia, assim, uma entidade de natureza autárquica, ligada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Após a criação da escola, o Ministério enviou a Roraima um diretor *pro-tempore* para realizar as atividades de sua implantação. De junho de 1993 até janeiro de 1994 o enviado do MEC desenvolveu suas atividades na escola estadual, isto é, na antiga Escola Técnica Estadual de Roraima, para fazer a transição da esfera estadual para a federal. A Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) inicia sua história oficial em 1994, passando a utilizar as antigas instalações da extinta Escola Técnica de Roraima e absorvendo os alunos matriculados nos cursos anteriormente oferecidos.

Como Escola Técnica Federal iniciou o programa de expansão dos cursos técnicos implantando os cursos de Agrimensura e de Magistério em Educação Física. Este procedimento gerou 16 turmas com um total de 406 alunos no primeiro ano. (Relatório Anual de Prestação de Contas/ ETFRR/ConPlan, 1994). O processo de expansão se consolidou e aumentou a capacidade de atendimento. De 1998 até 2001 a escola apresenta os seguintes dados:

Tabela 25 – Níveis e modalidades de ensino na ETFRR (1994)

Modalidades de Ensino/ano letivo	1998	1999	2000	2001
Ensino Médio	13.915	12.004	11.848	10.363
Ensino Técnico	15.440	22.548	30.053	43.145
Ensino Tecnológico	612	3.896	5.851	7.190
Licenciatura	110	462	533	1.604
Bacharelado	1.226	1.233	1.393	1.326
Total	31.303	40.143	49.678	54.630

Fonte: RELATÓRIO DE CONTAS ANUAL(ETFRR/DAPLAN/RR – 1994/2002 nº 7.5).

Em 2003 a ETFRR foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET/RR) por intermédio do Decreto Presidencial

s/nº de 13 de novembro de 2002, em continuidade à reforma do ensino profissional em todo Brasil. O quadro de ofertas cresce com o surgimento dessa instituição, ampliando muito o quadro de matriculados, passando a oferecer, além dos vários cursos técnicos e tecnológicos, o curso de licenciatura plena em Educação Física, que só é oferecido nessa instituição.



Figura 49 – Fachada da antiga ETFRR (1993)

Fonte: Edição comemorativa do centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (REVISTA PANORAMA HISTÓRICO, 2009).



Figura 50 – Fachada do CEFET (2002)

Fonte: Edição comemorativa do centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (REVISTA PANORAMA HISTÓRICO, 2009).

As Figuras 49 e 50 mostram diferentes fachadas da instituição. Com instalações provisórias essa escola funcionava como uma escola técnica estadual. A Figura 50 mostra a instituição transformada em CEFET/RR, no local onde está até hoje.

Seguindo o plano de expansão da Rede Federal de Ensino, o Estado de Roraima recebeu em 2005 a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Novo Paraíso, no município de Caracaraí, às margens da BR 174 que liga Boa Vista a Manaus. Atendendo ao processo de expansão e interiorização da rede profissional, ampliando a ação do CEFET/RR, esse pólo foi o resultado de estudo feito para criar um programa de desenvolvimento sustentável no interior do estado que segundo levantamentos feitos apresentou a vocação natural para o agronegócio e a agroindústria.



Figura 51 – Entrada principal da Unidade Descentralizada de Ensino de Novo Paraíso

Fonte: Edição comemorativa do centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (REVISTA PANORAMA HISTÓRICO, 2009).

No final de 2008, por intermédio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criado o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Com uma estrutura multicampi visa promover o desenvolvimento local e regional, articular ensino, pesquisa e extensão, ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Pesquisa e Inovação Tecnológica e Cursos Técnicos de Licenciatura, Graduação Tecnológica, Bacharelado e Pós Graduação. Atualmente, em Roraima, o Instituto Federal tem um polo em Novo Paraíso, no município de Caracaraí, outro no município de Amajari e, mais recentemente criado, o terceiro polo no município de Bonfim.

3.5 A educação profissional pública e privada em Roraima

Uma das primeiras iniciativas de educação profissional em Roraima foi em 1974. Naquele ano, a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto de Roraima fez um levantamento com as empresas e comunidades em geral para a oferta de cursos de 2º grau no ano seguinte, para atender as exigências da Lei nº 5692/71 que criou a obrigatoriedade de ensino profissionalizante no 2º grau (OLIVEIRA, 1974). O objetivo do governo local era engajar os alunos que concluíssem o 2º grau no mercado de trabalho. Nesse período, os cursos ofertados foram Contabilidade, Administração entre outros.

Em dezembro de 1978 ocorreu a colação de grau dos alunos de Administração e Contabilidade da Escola Gonçalves Dias, no late Clube de Roraima, clube da elite roraimense da época. Foi um acontecimento amplamente divulgado na imprensa local, conforme mostram as Figuras 52 e 53.



Figura 52 – Colação de Grau dos alunos de Contabilidade e Administração da Escola Gonçalves Dias(1978)

Fonte: JORNAL BOA VISTA (29 dez. 1978).

Na parte inferior da Figura 52 está a turma de formandos de Contabilidade e do lado superior esquerdo estão o prefeito de Boa Vista e o paraninfo, autoridades locais que marcaram presença na colação de grau. Na Figura 53 a foto ampliada dos formandos de Contabilidade.



Figura 53 – Grupo de formando de Contabilidade da Escola de 2º Grau Gonçalves Dias(1978)

Fonte:JORNAL BOA VISTA (29 dez. 1978).

A oferta de Educação Profissional se amplia ao longo dos anos em Roraima, surgindo instituições dedicadas a oferta dessa modalidade de ensino. Foi o caso da Escola Técnica Federal, que contribuiu muito para o avanço da educação profissional em todo o estado, e que deu origem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Roraima.

Em maio de 1982 foi criada a Escola Agrotécnica de Roraima, iniciando suas atividades em julho do mesmo ano. A escola formava técnicos agrícolas para atender as comunidades rurais, contribuindo para a profissionalização dos filhos de agricultores e pecuaristas e para fortalecer o setor agropecuário.

O regime adotado para o funcionamento da escola era de semi-internato (tempo integral) e de internato para alunos que moravam fora de Boa Vista – a proposta era conciliar educação e trabalho. Essa escola foi muito importante naquele momento porque antecedeu a Escola Técnica Federal, sendo inicialmente a primeira escola desse tipo de ensino. Antecedeu também a UFRR, que surgiria somente oito anos depois e passaria a fazer parte dessa nova instituição.

Em maio de 1993, temos o decreto de criação da Escola Agrotécnica, que também regulamenta a transferência dessa instituição para a UFRR. Por intermédio da Lei Estadual nº 40, que doou integralmente essa escola à UFRR, recebendo a denominação de Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (Eagro), vinculada ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), com sede no campus Cauamé.

Atualmente a escola atende alunos do Projeto de Assentamento das comunidades do Passarão, Murupú, Truarú e de localidades próximas, facilitando-lhes acesso à educação, oferecendo o curso de Técnico em Agropecuária, em três modalidades: integrado ao ensino médio, subsequente ao ensino médio e PROEJA.

A chamada Rede Federal de Educação Profissional em Roraima, criada por intermédio da Escola Técnica Federal de Roraima foi e é importante mas

outras instituições oferecem essa modalidade de ensino, instituições públicas e privadas, na capital e no interior do estado. O Quadro 11 apresenta a relação de instituições que ofertam ensino profissionalizante, excetuando-se o IFRR e seus pólos de Caracaraí, Amajari e Bonfim, que já foram tratados no item anterior.

Instituições	Cursos	Município
Centro de Educação Profissional RhemaLtda (particular)	Enfermagem Radiologia	Boa Vista – zona urbana
Centro Educacional Integrando Colméia (particular)	Curso de Rede de Computadores	Boa Vista – zona urbana
Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol - CIFCRSS (particular)	Agricultura Pecuária	Pacaraima - zona rural
Centro de Formação Profissional Professor Alexandre Figueira (particular)	Curso com Eixo em controle e Processos Industriais Manutenção e Suporte em Informática Curso de Alimentos Segurança do Trabalho	Boa Vista – zona urbana
Centro Estadual de Educação Profissional	Manutenção Automotiva Refrigeração e climatização	Boa Vista – zona urbana

Professor Antônio de Pinho Lima - CEEP. (público)	Curso de Comércio Manutenção e Suporte em Informática Agroindústria Curso de Móveis	
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SESC (particular)	Enfermagem Administração Curso de Serviços Jurídicos Informática	Boa Vista – zona urbana
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (particular)	Eletrotécnica Gestão em Informática Madeira/Mobiliário Refrigeração Segurança do Trabalho E mais de 80 cursos ofertados	Boa Vista – zona urbana
EAgro – Escola Agrotécnica da UFRR	Técnico em Agropecuária	Boa Vista – zona rural

Quadro 11 – Instituições que oferecem ensino profissionalizante em Roraima

Fonte:Elaborado pelo autor(2015).

O SENAI foi importante pela ampliação de oportunidades de cursos profissionalizantes ofertados. Sua atuação tem início em 1987, ainda quando Roraima era Território Federal, fruto de um acordo entre o Governo do ex-Território Federal e o Departamento Regional do SENAI Amazonas, proporcionando a criação do Centro de Formação Profissional de Boa Vista.

Mais duas instituições funcionam em Roraima nessa área: o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS) e o Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antônio de Pinho Lima, a primeira de iniciativa privada e a segunda, pública. O CIFCRSS é mantido pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a Diocese de Roraima. Esse Centro foi implantado em 1996 no Surumú, município de Pacaraíma, para formar jovens indígenas com objetivo de auto-sustentação das comunidades e o processo de recuperação das áreas indígenas, criando assim uma escola agropecuária integrando-a ao ensino médio.

Esse centro foi pensado dentro de uma perspectiva formativa voltada à realidade das comunidades. Concebido também como um espaço de reflexão e

formação, em contínua abertura às novas necessidades que vão surgindo com comprometimento com a luta pelos direitos dos povos indígenas.

A Diocese de Roraima e o CIR contribuem para o funcionamento desse centro, sendo responsáveis pela estrutura física e recursos, além da proposta de cursos em funcionamento, com a participação de agentes da pastoral no desenvolvimento dos processos formativos. Esse centro está dentro das terras indígenas e é exclusivamente desenvolvido para jovens indígenas.

A outra instituição importante de ensino profissionalizante é o Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antônio de Pinho Lima (CEEP). É uma escola pública e oferece vários cursos. Esse centro foi criado em 2008 e para ter acesso aos cursos, os candidatos passam por um processo seletivo e precisam ter concluído o ensino médio. Os cursos têm uma carga horária entre 1000 e 1600 horas, com laboratórios e oficinas para aulas práticas. Também são oferecidos cursos de extensão com menor duração para capacitação e atualização profissional, para profissionais que atuam no mercado de trabalho. Atualmente esse centro está sendo ampliado para dobrar sua capacidade de oferta de vagas. Em julho de 2015 foram ofertados por esse centro 275 vagas para cursos profissionalizantes, distribuídas assim: 50 vagas no curso de Refrigeração e Climatização; 25 em Agroindústrias; 50 em Manutenção Automotiva; 25 para Técnico em Móveis; 50 para o curso de Segurança do Trabalho; 75 em Técnico em Manutenção e suporte de Informática. Essa instituição tem contribuído muito nessa modalidade de ensino, propiciando formação profissional a jovens de baixa renda.

O Serviço Social do Comércio (SESC) também oferece formação profissional em todos os níveis da educação básica, contribuindo para capacitar jovens e profissionais de várias áreas.

Os números da educação profissional em Roraima têm crescido em razão das políticas locais a nível estadual e do governo federal para oferecer oportunidade de formar mão de obra para o mercado de trabalho. A próxima Tabela apresenta os números gerais da educação profissional no estado, em instituições públicas e em particulares.

Tabela 26 –Matrículas nas modalidades integradas, concomitantes e subsequentes ao ensino médio, nas redes públicas e privadas²⁹ de Educação Profissional(2015)

Curso integrado	2.049
Concomitante	459
Subsequente	1.154
Total	3.662

Fonte: MEC/INEP/DEEP (2013).

Em 2014 e 2015 a oferta dessa modalidade de ensino foi ampliada e diversificada com o surgimento de mais duas unidades do IFRR, uma no município de Amajari e outra em Bonfim.

Esse é o panorama da Educação Profissional em Roraima, ainda em crescimento. Instituições como o SENAI, o IFRR e a Escola Agrotécnica da UFRR têm importância estratégica e, de certa maneira, contribuíram para o surgimento de outras, como o Centro Estadual de Educação Profissional Professor Antônio Pinho, que está oferecendo oportunidades de formação profissional a muitos jovens.

3.6 Panorama educacional de Roraima a partir da implantação do FUNDEF

Para entender o panorama educacional roraimense a partir dos anos de 1990 e compreender como se deu surgimento e crescimento de alguns sistemas municipais de ensino é preciso contextualizar o momento histórico do Brasil, as mudanças no panorama das políticas públicas de educação e também das políticas de formação docente.

Nessa década, mais especificamente a partir de 1997, com o FUNDEF, começaram a serem publicados dados de matrícula, tipos de financiamento,

²⁹Os integrados são cursos profissionalizantes ofertados ao ensino médio; os concomitantes são cursos profissionalizantes de nível médio e os subsequentes são cursos que só podem ser frequentados por quem já tiver cursado o ensino médio.

avaliação de nível nacional de todos os sistemas de ensino. O FUNDEF tinha como objetivo desenvolver apenas o ensino fundamental. Assim, muitas prefeituras vão criar seus sistemas de ensino para receber a verba, e em Roraima não foi diferente. Até então, só a capital Boa Vista tinha um sistema organizado de ensino, mas com o FUNDEF a municipalização do ensino foi rapidamente levada a cabo, não tanto pela preocupação com a educação, mas pelos recursos que receberiam as prefeituras.

Diversas críticas foram feitas ao FUNDEF, entre elas a gratificação como bônus, que por ser provisório pode a qualquer momento ser retirado, além de não ser incorporado no salário e na aposentadoria. Na realidade, os professores de todos os níveis têm várias gratificações e o salário base se mantém reduzido. Com o FUNDEF esse caráter acabou sendo ainda mais reforçado.

O FUNDEF foi criado pela Emenda 14/1996 e começou efetivamente a funcionar em 1º de janeiro de 1998. Os sistemas de ensino receberam retroativamente os recursos equivalentes aos dois anos anteriores e os professores que tinham direito à complementação nos salários receberam então o montante relativo ao período, o que foi realmente motivo de alegria naquele momento, afinal, era um valor considerável. Os recursos eram provenientes dos impostos e fundo de participação de estados e municípios:

[...] 15% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIlex), e ressarcimento aos estados pela desoneração de exportações nos termos da lei complementar nº 07/1996 (Lei Kandir). Também fizeram parte do montante redistribuído pelo FUNDEF em 1998 os recursos repassados pela União – que totalizaram R\$ 524,2 milhões, referentes à complementação aos Estados que não alcançaram o valor mínimo por aluno/ano de R\$ 315,00 -Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. (CASTRO, 1999, p. 22).

O FUNDEF teve importância e influência para a expansão do ensino fundamental: vinculou a descentralização desse nível de ensino e a divisão de encargos entre estados e municípios à redistribuição de recursos (que era de acordo com o número de alunos de cada sistema de ensino), garantindo um valor mínimo por aluno como critério para reduzir as desigualdades regionais e

também entre os estados e proporcionando mais equidade na distribuição dos recursos que cada um poderia receber. Todavia, cabe lembrar que era uma política pública voltada somente para o ensino fundamental. Desse modo, 60% dos recursos eram destinados a pagamento de professor em exercício, ou seja, àquele que estivesse em sala de aula e isso era feito para estimular as prefeituras a organizarem seus sistemas de ensino, ampliando ou criando, caso não existissem, planos de carreira e programas de capacitação de professores (CASTRO, 1999).

As medidas geradas pelos recursos do FUNDEF aceleraram a capacitação de professores leigos que passaram a frequentar cursos de formação de professores. Sabemos que, apesar desse crescimento no campo da formação, os problemas dos salários baixos e a precarização da carreira docente permaneceram, pois um bônus entre R\$ 300,00 a R\$ 400,00 não resolve anos de descaso e abandono dos professores das regiões mais pobres do país.

Quase um ano após a aprovação do FUNDEF, na II Conferência Nacional de Educação (CONED), realizada em 1997, foi organizada por entidades da comunidade educacional que reivindicavam a inclusão da EJA no FUNDEF. A não inclusão dessa modalidade de ensino era considerada um retrocesso, por conta da necessidade de melhoria das condições de trabalho dos professores que atuam nessa modalidade de ensino e para estimular as matrículas das pessoas jovens e adultas que haviam abandonado a escola (MARTINS, 2011).

Ainda como consequência da criação do FUNDEF foram oferecidos cursos de formação, num primeiro momento para professores que só tinham o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto, que levassem à capacitação e certificação de magistério em parceria com estados e municípios e o Governo Federal. Foram ofertados também cursos de nível superior, ou seja, licenciaturas como o Normal Superior, que depois foi extinto, mas que na sua breve existência formou muitos professores.

Com o recurso do FUNDEF os municípios começaram a montar seus respectivos sistemas de ensino, gerando a descentralização o que poderá significar a redução da impotência do cidadão diante de uma máquina administrativa todo-poderosa e com centros de poder distantes e, quase sempre, inacessíveis. Na prática tem sido bem diferente. A descentralização pode

contribuir para resgatar parte da cidadania, pelo menos em tese, se o objetivo for propiciar o ajuste entre a racionalidade nacional e a racionalidade local (DOWBOR, 1987). Mas depende do porte e das características do município, e também de governos menos burocratizados e mais acessíveis ao cidadão.

Foi nesse contexto de reorganização do ensino e criação do FUNDEF que ocorreu no Estado de Roraima a municipalização do ensino. A Tabela 27, com dados do Censo Escolar de 1997, confirma essa afirmação. É o momento em que o INEP começa a divulgar os dados em todo país. Portanto, a primeira amostragem sobre o ensino em Roraima será a partir desse ano.

Tabela 27– Censo Escolar dos municípios de Roraima (1997)

MUNICÍPIOS	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	TOTAL
Ato Alegre	2.763	0	2.763
Amajari	924	0	924
Boa Vista	34.861	2.276	37.137
Bonfim	1.558	0	1.558
Cantá	1.568	0	1.568
Caracaraí	3.295	0	3.295
Caroebe	1.496	0	1.496
Iracema	747	0	747
Mucajá	2.671	93	2.764
Normandia	1.610	0	1.610
Pacaraima	1.342	0	1.342
Rorainópolis	2.741	0	1.741
S. J. da Baliza	1.374	0	1.374

S.L. do Anauá	1.466	0	1.466
Uiramutã	1.651	0	1.651
TOTAL	60.067	2.369	62.436

Fonte: INEP (1997).

Antes do advento do FUNDEF, com exceção da capital Boa Vista e do município de Mucajaí todos os outros municípios tinham suas demandas atendidas pela rede estadual de ensino.

Apesar do número baixo de alunos em cada município, para a realidade de Roraima são considerados aceitáveis. A criação de sistemas de ensino nos respectivos municípios provocou a elaboração de editais de concursos para formar o quadro permanente de professores, técnicos em educação e técnicos administrativos.

Na Tabela 28 verificamos a mudança no panorama educacional roraimense alguns anos depois. Além do crescimento da demanda e das políticas de formação docente, nas cidades onde não havia escolas sob sua responsabilidade, os municípios passaram a se responsabilizar pelo ensino fundamental, que era o nível de ensino que o FUNDEF financiava.

Tabela 28—Nº de matrículas nas redes estadual e municipais (2002)

MUNICÍPIOS	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	TOTAL
Ato Alegre	3.116	445	3.561
Amajari	1.401	273	1.674
Boa Vista	53.680	9.021	62.701
Bonfim	2.080	805	2.885
Cantá	2.921	1.098	4.019
Caracaraí	2.826	2.451	5.277
Caroebe	2.224	321	2.545
Iracema	2.135	156	2.291
Mucajaí	3.053	1.068	4.121

Normandia	2.652	244	2.896
Pacaraima	2.684	656	3.340
Rorainópolis	4.815	1.101	5.916
S. J. da Baliza	1.550	362	1.912
S.L. do Anauá	1.610	532	2.142
Uiramutã	2.293	444	2.737
TOTAL	90.684	18.977	108.017

Fonte: INEP (2003).

O sistema de ensino de Roraima é o menor do país. Os números mostram que os municípios começaram a se responsabilizar pela oferta do ensino fundamental, e apesar de os números serem relativamente baixos, eles refletem o interesse das prefeituras em organizar seus sistemas de ensino em razão dos recursos do FUNDEF. Note-se que nenhuma prefeitura do interior do estado oferecia o ensino médio e todas as escolas desse nível de ensino eram de responsabilidade do Estado. Portanto, até esse período, essa era a demanda atendida pela rede estadual e as redes municipais de ensino.

A partir da primeira década do século XXI os sistemas de ensino **municipais e estadual** receberam incrementos tanto no que diz respeito a números de escola quanto de vagas ofertadas. As políticas de formação, intensificadas com a implantação da UFRR em 1990, permitiram esse crescimento, na medida em que formaram muitos professores, assim como outras instituições de outros estados que a antecederam e também pelas que surgiram depois.

As políticas educacionais que se iniciaram na última década do século passado impactaram o funcionamento e atendimento em todos os níveis de ensino da educação básica, embora o investimento do FUNDEF fosse para priorizar o ensino fundamental, incluindo os professores. Inicialmente, as matrículas de crianças na pré-escola, na faixa etária de quatro-cinco anos, cresceram consideravelmente no período de 2001 a 2013, mesmo com oscilações. Esses dados da educação básica, a começar pelas creches, evoluíram porque o FUNDEB – criado em substituição ao FUNDEF –

englobou todos os níveis de ensino da educação básica. Mesmo com um número pequeno de alunos matriculados e com poucos recursos, o crescimento é significativo.

**Tabela 29 – Porcentagem de crianças de 4-5 anos
Matriculados nas escolas em Roraima de 2001/ 2013**

Ano	%
2001	74,01
2002	56,1
2003	69,1
2004	63,9
2005	67,5
2006	79,3
2007	78,6
2008	84,5
2009	78,5
2011	77,4
2012	71,3
2013	77,6

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (IBGE/Pnad,2015).

Apesar das oscilações apresentadas, os números são positivos. A rede estadual de ensino oferecia muitas vagas para pré-escola, mesmo ficando abaixo da média nacional, que em 2013 era de 84,9. Das redes estaduais da região Norte eram as que mais atendiam, proporcionalmente, nos anos

pesquisados. Pelo PNE e pelo Plano Estadual de Educação de Roraima (PEE/RR), a universalização deve ocorrer até o final de 2016. Vai ser muito difícil essa meta ser alcançada, pois nos municípios os números são bem inferiores e o desafio é bem maior.

Com relação a esse nível de ensino, a outra meta do PEE/RR e do PNE a ser alcançada é que todas as crianças na escola devam estar alfabetizadas até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Na realidade são dois desafios, considerando que as redes de ensino devem atender todas as crianças de quatro anos de idade até o final de 2016. Para alfabetizar as crianças é preciso melhorar a qualidade do ensino, atender outras questões importantes, como professores capacitados e melhor remunerados, melhores condições de trabalho, melhor estrutura física das escolas, entre outras questões. Não é uma questão simples porque depende do atendimento e de outras melhorias.

No caso das crianças de zero a três anos de idade, a oferta de creches representava, tanto para o poder público estadual quanto para os municípios, um grande desafio. Não é um problema específico de Roraima: em todo país a necessidade por creches é uma reivindicação antiga da sociedade civil.

Tabela 30 – Porcentagem crianças de zero a três anos que frequentavam creches em Roraima (2001- 2013)

Ano	%
2001	15,05
2002	16,0
2003	14,9
2004	15,1
2005	13,0
2006	11,4
2007	13,2
2008	13,7
2009	16,7
2011	12,1
2012	13,3
2013	13,2

Fonte: Todos pela Educação (IBGE/Pnad, 2015).

Poucos estados brasileiros atendem dentro da média nacional, que em 2013 era de 25,4%. Na região Norte, Roraima só ficava abaixo do estado de Tocantins. O percentual de atendimentos desse nível de ensino é baixo em todo país. O estado tem ampliado a oferta de vagas, mas é preciso melhorar a oferta na capital e no interior.

A meta estabelecida pelo PNE e também pelo PEE/RR é alcançar 50% de crianças de zero a três anos nas creches até o fim em 2022. Implica que estados e municípios comecem desde já a investir na ampliação de vagas e em melhores condições de funcionamento das creches, o que vai envolver também a capacitação e o treinamento de profissionais. Roraima tem que aumentar mais de 30% de vagas para crianças nessa faixa etária, o que não é uma tarefa fácil.

De acordo com os números apresentados pelo Anuário Brasileiro de Educação Básica (2013), o nível de ensino que mais cresceu foi o fundamental. Isso se explica pelos níveis de investimento aplicados com recursos do FUNDEF e depois com o FUNDEB, que priorizou esse nível de ensino. Em Roraima, particularmente, a lotação de professores no ensino médio e na educação infantil era um problema, os professores davam preferência para atuar no ensino fundamental. Isso ocorria porque recebiam gratificação somada ao salário, com recurso do FUNDEF. A Tabela 31 mostra os números do ensino fundamental e seu crescimento em Roraima, entre 2007 a 2013.

Tabela 31—Taxa líquida de matrícula na faixa etária de 6–14 anos em Roraima de 2007 a 2013

Ano	%
2007	94,9
2008	93,1
2009	96,2
2011	94,5
2012	93,9
2013	95,8

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (IBGE/Pnad, 2015).

Os números da Tabela 31 mostram que Roraima tem atendimento acima de 93% no ensino fundamental e quando chega 94%, fica acima da média nacional, que em 2013 era de 93,9%. Esse crescimento só foi possível com o aperfeiçoamento do sistema de ensino local.

Pela proposta do PNE e PEE/RR³⁰, o importante é garantir que 95% de alunos matriculados nesse nível de ensino concluam essa etapa e não somente constar na matrícula. Pelos números da matrícula líquida apresentados, Roraima não alcançou esse percentual, visto que a maior matrícula foi de 95,8% em 2013 e nos anos anteriores os números foram inferiores. Apesar de não termos os dados totais de aprovação, são necessárias melhorias nos sistemas de ensino para alcançar essa meta.

Mas a educação básica não se resume somente na oferta do ensino fundamental, os outros níveis precisam de atenção na mesma proporção. Com a criação do FUNDEB os recursos para o ensino passaram a ser para toda a educação básica, mas até agora o crescimento significativo de vagas e de atendimento só ocorreu no ensino fundamental. A Tabela 32 mostra a matrícula líquida no ensino médio de 2001 a 2013. Uma comparação com matrículas do ensino fundamental, como acontece também com a educação infantil se mostra bem menor.

³⁰ O Plano Estadual de Educação de Roraima (PEE/RR) foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pela governadora do Estado em 3 de setembro de 2015. Os objetivos e metas apresentados nesse Plano obedecem os mesmos objetivos e metas do PNE atual.

**Tabela 32 – Taxa líquida de matrícula
no ensino médio de Roraima de 2001 a 2013**

Ano	%
2001	36,3
2002	39,8
2003	46,9
2004	39,8
2005	39,8
2006	47,7
2007	51,1
2008	54,1
2009	52,9
2011	55,3
2012	56,6
2013	62,0

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (IBGE/Pnad, 2015).

De 2001 a 2013 a matrícula dobrou, chegou a pouco mais de 60%. Apesar disso, Roraima ficou acima da média nacional a partir de 2008, o que demonstra crescimento, mas que pode melhorar mais ainda.

A proposta do PEE/RR é chegar aos 85% de taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino até 2022, corroborando com o PNE. Apesar de ter apresentado crescimento nos últimos anos, ultrapassando os 62% em 2013, a queda apresentada de um ano para o outro demonstra que não é um crescimento constante. Os dados de 2014 e as matrículas de 2015 ainda não foram disponibilizados no Anuário Estatístico Nacional, por isso ainda não aparecem nesta pesquisa, o que não permite verificar se houve queda ou crescimento nesses anos.

Os dados apresentados até aqui sobre Roraima comprovam o crescimento e a evolução do seu sistema de ensino. A formação de um quadro permanente de professores habilitados para atuar no sistema de ensino e o

surgimento de várias instituições de ensino superior melhoraram o nível de escolaridade média da população, conforme mostra a Tabela 33.

Tabela 33 – Escolaridade média da população de Roraima de 18-29 anos de 1995 a 2013

Ano	Anos de estudo
1995	6,9
1996	7,1
1997	8,3
1998	7,9
1999	8,0
2001	7,5
2002	8,2
2003	8,6
2004	8,3
2005	8,5
2006	8,9
2007	9,2
2008	9,6
2009 ³¹	9,8
2011	10,2
2012	10,4
2013	10,0

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (IBGE/Pnad, 2015).

Os dados apresentados na Tabela 33 mostram que, a partir de 2007, Roraima está acima da média nacional e esse crescimento coincide com o da oferta de ensino superior no Estado. O nível de escolaridade da população nessa faixa etária cresceu devido a maior oferta e diversidade de cursos de bacharelado e de licenciatura no Estado. Esse talvez seja o maior impacto gerado pelo crescimento e melhoria do sistema de ensino.

³¹ Os dados de alguns anos que não aparecem nas tabelas é porque não constam no Anuário Estatístico do INEP, é caso do ano de 2010.

A meta a ser alcançada para a escolaridade média da população é de 12 anos até 2022. Apesar de Roraima já ter alcançado 10 anos, esse número aumentou e diminuiu nos três últimos anos pesquisados, o que demonstra que não está em crescimento contínuo, portanto, é preciso melhorar mais ainda para alcançar a meta estabelecida pelo PNE e pelo PEE/RR.

Dados oficiais de 2010 mostram que o setor educacional de Roraima oferecia uma das maiores taxas de cobertura e de disponibilidade em termos de infraestrutura de ensino e atendimento à população do Estado.

Segundo o Censo Escolar de 2010, no Estado de Roraima existiam 366 escolas estaduais em funcionamento, sendo 90 na zona urbana dos municípios e 276 na zona rural. Ao analisar as notas para Roraima no IDEB – um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) obtidas pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5ª e 9ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) –, com informações sobre rendimento escolar, verificamos que o Estado possui desempenho próximo da média nacional e superior à média da região Norte.

Com relação ao ensino superior, a matrícula de jovens entre 18 e 24 anos mostra grande aumento nos anos 2001 a 2013. Em alguns anos as matrículas quadruplicaram e isso ocorreu com o surgimento de instituições de ensino superior públicas e privadas na primeira década do século XXI, com cursos presenciais e a distância, com formação em massa.

Tabela 34 – Percentual de matrícula da população de 18-24 anos no ensino superior em Roraima – 2001-2013

Ano	%
2001	4,9
2002	3,1
2003	7,9
2004	5,2
2005	6,5
2006	9,5
2007	13,8
2008	10,7
2009	20,9
2011	26,8
2012	22,1
2013	19,5

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (IBGE/Pnad, 2015).

Apesar de apresentar queda em alguns anos, a matrícula em 2009 chegou a 20,9%, muito superior aos 4,9% apresentados em 2001. Caiu novamente em 2013, mas ainda apresenta número considerado alto de alunos matriculados.

Em 2011, temos grande aumento de matrículas, chegando a 26,8. Isso se explica porque em 2009 foi lançada pelo Governo Federal a Política Nacional de Formação de Professores para Educação Básica, com formação em massa, considerando cursos presenciais e a distância, e a segunda licenciatura, que são cursos semipresenciais.

Outro fator que explica esse aumento de matrículas no ensino superior foi a chegada em Roraima de várias instituições ofertando cursos de licenciatura na modalidade a distância, conforme mencionado anteriormente. Esses dois fatores contribuíram muito para esses resultados.

A meta para taxa bruta de matrícula é de 50% e de 33% para a taxa líquida. É importante lembrar que a oferta do ensino superior se dá, na sua

maioria, pela iniciativa privada. O desafio é o crescimento das instituições públicas. A situação das universidades públicas no país prevê dificuldades para atender essa meta, em razão do sucateamento e da falta de professores concursados.

No ano de 2009 o estado de Roraima apresentou matrículas no ensino superior acima da média nacional. Em relação a 2001, houve crescimento de quase 100% sobre a média nacional que era de 14,9%, continuou crescendo até 2007, chegando a 13,8%, oscilando com a queda em 2008 para 10,7%, voltando a crescer em 2009 chegando a 20,9% e em 2011 chegou a 26,8%, voltando a cair nos anos de 2012 e 2013 em 201. Em 2012, caiu para 22,1% e caiu novamente em 2012, 22,1% e caiu novamente em 2013 para 19,5%, mesmo assim acima da média nacional. O Anuário Estatístico da Educação Básica não apresenta dados de 2010 (TODOS PELA EDUCAÇÃO - IBGE/Pnad, 2015).

Esses números apresentados na matrícula do ensino superior mostram modificações e melhorias no nível de escolarização dos professores com os que atuam na rede pública de ensino, evoluindo na titulação.

Tabela 35 – Percentual de professores, por nível de Escolaridade, que atuam na rede pública de ensino (2013)

Ensino Fundamental	1,8
Ensino Médio	19,6
Ensino Médio/Magistério	15,8
Com licenciatura	57,5
Sem licenciatura	5,1
Com pós-graduação	24,9

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (MEC/INEP, 2015).

Os dados apresentados na Tabela 35 confirmam o resultado das políticas de formação docente ao longo das três últimas décadas em Roraima. Nos próximos anos a tendência é que esses números aumentem com relação a titulação dos professores. Dois números chamam atenção nessa tabela, 1,8% de

professores leigos, que ainda atuam no ensino em Roraima. Algumas áreas rurais de difícil acesso apresentam professores sem formação básica, não têm nem o ensino médio. A tendência é de que nos próximos anos seja superado, tanto pela oportunidade de curso em todos os níveis quanto pelo cumprimento do aspecto legal de só atuar no Magistério quem tiver a formação mínima desse curso na modalidade normal.

Outro dado que chama atenção são os 5,1% de professores que não têm licenciatura, apesar de ser um número considerado baixo. Em razão da quantidade de oferta de cursos presenciais e a distância no estado também deve ser reduzido nos próximos levantamentos a partir de 2014. Com relação aos cursos de pós-graduação, não foi especificado nos dados do MEC quais cursos de pós-graduação os professores frequentaram. Como cursos de mestrado e de doutorado são muito recentes em Roraima, na sua grande maioria deverão ser os de especialização, muito ofertados tanto na modalidade a distância quanto na presencial.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP como um indicador educacional que relaciona informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiência) em exames padronizados, como a Prova Brasil e o SAEB. O objetivo dessas avaliações é fazer estudos e análises sobre a qualidade educacional, tentando relacionar rendimento e desempenho.

É difícil estabelecer essa relação, ainda que a complementaridade entre ambos os indicadores seja evidente. O sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica não é desejável, mesmo que aqueles que consigam concluir essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados.

Em contrapartida, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final, aprendessem os conteúdos trabalhados.

Existem muitas críticas sobre essas avaliações estandarizadas, que não consideram as peculiaridades regionais, como se os sistemas educacionais fossem iguais e com as mesmas dificuldades. Esse é o aspecto que sempre vem à tona quando se analisam essas avaliações, embora se reconheça a sua importância para julgar a qualidade do ensino no Brasil. A Tabela seguinte mostra os resultados alcançados por Roraima no IDEB, entre 2005 e 2013.

Tabela 36 –Resultado do IDEBem Roraima (2005 e 2013)

Ano	Níveis de ensino	Notas
2005	Séries iniciais do Ensino Fundamental	3,7
2013	Séries iniciais do Ensino Fundamental	5,0
2005	Séries finais do Ensino Fundamental	3,4
2013	Séries finais do Ensino Fundamental	5,0
2005	Ensino Médio	3,5
2013	Ensino Médio	3,4

Fonte: CENSO ESCOLAR(MEC/INEP, 2013).

Pelos resultados apresentados, o IDEB das séries iniciais do ensino fundamental em 2005 ficou um pouco abaixo da meta nacional que era de 3,8, mas ficou muito acima da média da região Norte, que era de 3,0, considerado um ótimo resultado. O IDEB de 2013 melhorou muito em relação ao de 2005, mas ficou um pouco abaixo da meta nacional que era de 5,2. Na região Norte superou muito a meta estabelecida que era de 4,3, ficando abaixo apenas dos estados do Acre, Rondônia e Tocantins e com nota superior do Amazonas e do Pará.

Outro dado importante sobre o IDEB das séries iniciais em Roraima é que, de um total de 15 municípios nove conseguiram alcançar a meta em 2013 nas séries iniciais, quatro não conseguiram e um não teve o resultado divulgado. São números que mostram que é preciso melhorar, mas no geral, os resultados foram alentadores.

Nas séries finais do ensino fundamental 14 municípios não alcançaram a

meta do IDEB em 2013 e somente a capital, Boa Vista, conseguiu alcançar a meta. Este resultado é preocupante e indica que o sistema de ensino roraimense precisa melhorar para próxima avaliação. São dados divulgados pelo Todos pela Educação, do MEC/INEP.

Outro dado relevante refere-se ao processo de alfabetização no Estado, cujos números apresentados, de certa maneira são animadores, considerando os avanços até 2011. O desafio maior se refere à educação de adultos, que por muitos anos sofreu com o abandono e o descaso do governo local. É necessário também que sejam trabalhados os anos iniciais, conforme demonstra a Tabela 37.

Tabela 37 – Taxa de alfabetização em Roraima (2001-2011)

Grupo de Idade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011
Total	87%	85%	86%	86%	86%	89%	87%	88%	91%	87%	87%
5 e 6 anos	33%	31%	20%	30%	33%	45%	25%	30%	42%	38%	19%
7 anos	86%	67%	57%	73%	67%	88%	67%	85%	80%	66%	60%
8 e 9 anos	91%	88%	86%	88%	95%	96%	85%	84%	100%	82%	87%
10 a 14 anos	97%	96%	100%	98%	100%	100%	100%	98%	98%	94%	98%
10 e 11 anos	100%	91%	100%	95%	100%	100%	100%	95%	95%	92%	94%
12 anos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	95%	92%
13 e 14 anos	92%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	96%	95%	100%
15 a 19 anos	97%	96%	100%	98%	100%	100%	100%	98%	100%	96%	98%
15 a 17 anos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	96%	100%
18 e 19 anos	93%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	95%	100%	96%	95%
20 a 24 anos	94%	97%	97%	98%	95%	100%	100%	98%	98%	96%	98%
25 a 29 anos	96%	96%	96%	97%	97%	95%	95%	98%	100%	95%	98%
30 a 39 anos	89%	92%	92%	90%	90%	92%	95%	91%	96%	93%	96%
40 a 49 anos	88%	81%	87%	82%	84%	86%	87%	89%	90%	88%	89%
50 a 59 anos	73%	73%	79%	74%	67%	80%	70%	77%	85%	81%	78%
60 anos ou mais	50%	50%	45%	61%	58%	72%	59%	55%	57%	61%	58%

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE- Censo 2010);

Elaboração: EPLAN-RR/CGEES.

*Dados referente ao CENSO 2010

No plano geral, a Tabela 37 demonstra que Roraima avançou bastante no índice de alfabetização, mas precisa melhorar a questão do analfabetismo funcional, visto que demonstra que o processo de alfabetização e letramento precisa ser melhor trabalhado, ou seja, exige mais investimentos e capacitação para os docentes que atuam nesse nível de ensino tanto com relação às crianças quanto com os adultos.

O analfabetismo funcional a partir de 15 anos, conforme mostrado na Tabela 38, é outro desafio. Apresenta um índice considerado elevado que, mesmo avançando um pouco na avaliação do IDEB, demonstra que a qualidade do ensino precisa ser bem melhor.

Tabela 38 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil–Região Norte e Ufs(2002-2009)

Local	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	26,0	24,8	24,4	23,4	22,2	21,7	21,0	20,3
Região Norte	24,7	23,8	29,1	26,9	25,6	25,0	24,2	23,1
Rondônia	25,3	24,8	27,2	28,8	28,0	25,0	26,1	23,6
Acre	26,3	30,8	36,2	34,7	31,2	27,6	24,0	26,1
Amazonas	17,8	16,7	22,1	19,8	18,7	20,1	20,0	17,8
Roraima	27,7	20,8	23,9	24,2	20,1	19,1	17,8	15,9
Pará	27,2	26,3	32,3	29,6	28,2	27,5	26,3	25,7
Amapá	20,2	20,9	20,1	16,8	15,9	16,4	13,7	16,1
Tocantins	34,9	32,6	32,7	29,5	29,5	28,1	27,1	25,3

Fonte: SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS (IBGE).

Elaboração: SEPLAN- CGEES/RR.

Os números da Tabela 38 referem-se aos dados até 2009. Naquele período foram considerados relevantes e representam um desafio para o Estado brasileiro. Sua redução exige uma educação de qualidade em todos os níveis, desde a básica até a superior. Em Roraima, até 2005, houve variação dos números apresentados, que ora aumentava ora diminuía e, a partir de 2006, apresentou uma queda considerável que perdurou até 2009. Porém 15% ainda é um percentual muito alto e esses dados precisam ser reduzidos.

Os dados demonstram como se encontra a educação em Roraima. Embora os números apresentem avanços, não representam que esse Estado tenha um ensino de qualidade, há muito a melhorar. Como foi observado anteriormente, foram muitas as dificuldades enfrentadas no início da organização do sistema de ensino, tais como falta de professores, de estrutura adequada, de pessoas para trabalhar na construção das escolas, enfim, foram grandes os desafios que se apresentaram.

Apesar de tantos avanços e conquistas o sistema de ensino tem muito a melhorar, muitas questões bem atuais ainda precisam ser resolvidas. As taxas de matrícula da EJA, de Educação Profissional e a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiências ainda precisam melhorar, com mais investimento em equipamentos e em pessoal capacitado.

Um fato preocupante ocorreu em 2012, quando o governo de Roraima com mais cinco estados, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e

Piauí ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma ação contra os critérios de reajuste do Piso Salarial Nacional. A alegação era a inconstitucionalidade dos índices de aumento do piso, o que demonstrou desrespeito do governo local em relação ao pagamento do piso. Isso gerou, na época, ampla mobilização contra a atitude do governador Anchieta Júnior e fez parte das pautas de reivindicação do movimento grevista que ocorreu naquele ano.

Os problemas da educação pública roraimense culminaram com greve de 2015. Lamentavelmente, uma gestão protela e passa para a sucessora os problemas, conseqüentemente, o sistema educacional sofre com o processo de sucateamento. A greve daquele ano foi encerrada com um acordo, mas o não cumprimento dos pontos acordados resultou em nova greve, ainda em 2015.

Roraima tem sido foco de constantes greves de professores, a última, em 2015, teve 72 dias de paralisação. A insatisfação com as políticas educacionais do estado é muito grande e os professores buscam melhoria com velhas reivindicações, entre as mais comuns: criação de um plano de carreira, melhoria dos salários e melhorias das escolas, melhores condições de trabalho. A insatisfação ocorre também com os professores indígenas, que buscam melhorias e ainda pedem respeito pela sua cultura.

Mesmo com os dados recentes sobre a educação roraimense, incluindo o avanço em alguns resultados do IDEB, e as políticas educacionais implementadas ao longo das últimas décadas, as últimas grevestêm revelado as mazelas da educação roraimense, mostrando sua fragilidade e seus problemas, fazendo o contraponto do discurso oficial de que Roraima paga bem professor e que o ensino avança e melhora a cada dia.

A insatisfação do grupo de professores é geral, incluindo os professores indígenas. Os pontos de pauta deixam claro os desafios a serem superados por aqueles que administram o ensino no Estado, que vão além da questão salarial: melhoria da merenda escolar, da infraestrutura das escolas, climatização das salas de aula (a temperatura média em Roraima é de 35°C), disponibilidade de material didático e incorporação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID³²),

³² A GID é o equivalente a GED (Gratificação de Estímulo à Docência), paga pelo Governo Federal aos professores das universidades públicas federais, criadas pelo ministro Paulo Renato,

que por ser uma gratificação, pode ser retirada a qualquer momento dos seus vencimentos. Essas são algumas reivindicações, mas que servem para mostrar os problemas da educação pública local.



Figura 54– Professores votando pela permanência da greve em 2015

Fonte: SINTER (2015).

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER), o governo do Estado não tem cumprido os acordos celebrados em greves anteriores. A última greve, no segundo semestre de 2015 durou 72 dias e trouxe grandes prejuízos para os alunos na questão de atraso do calendário e no cumprimento do ano letivo. A Figura 54 mostra uma assembleia de professores durante a greve e nessa ocasião os professores votaram pela continuidade do movimento grevista, após 50 dias da sua deflagração (SINTER 2015).

A insatisfação com os rumos da educação no Estado não é só por parte dos professores. Os estudantes também se sentem prejudicados com a situação, com a falta de professores, com salas de aula em péssimas condições entre outras alegações. O posicionamento dos estudantes não tem sido divulgado na imprensa, mas é fato que eles são os mais prejudicados.

durante o Governo FHC, os professores dessas IFES também reivindicam sua incorporação ao salário.

Enfim, foram muitas questões que culminaram nesse movimento. Outro problema que contribuiu para esta greve e as outras que a antecederam, foi a aprovação do plano de carreira dos professores, uma antiga reivindicação. Trata-se da Lei Nº 892/2013 do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCR) que está no centro das discussões já alguns anos. Os professores indígenas também reivindicam nesse plano a inclusão dos seus interesses e anseios da educação indígena local e chegaram a fechar a BR-174 para chamar atenção do governo.

A Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR) estava à frente das negociações com o governo do estado para garantir os interesses das comunidades indígenas, alegando que o sindicato local (SINTER) não representava os seus interesses. Isso gerou, na época, muitos problemas para chegar ao consenso e finalizar a greve de 70 dias em razão dos impasses que se criavam a cada negociação.



Figura 55– Cartazes pedindo a aprovação do PCCR dos professores

Fonte: SINTER (2015).



Figura 56 – A interdição da BR-174 pelos professores indígenas

Fonte: FOLHA DE BOA VISTA (2015).

Esse movimento grevista em 2015 serviu para demonstrar a realidade da educação em Roraima, que não é uma realidade apenas da capital Boa Vista. Todos os municípios roraimenses padecem das mesmas inquietações, por se tratar de redes municipais mais pobres que a da capital. Portanto, se houver muitos avanços, é preciso resolver as questões consideradas mais imediatas para a melhoria da qualidade do ensino.

Outro problema é o acompanhamento do crescimento da demanda de vagas da educação básica, sendo necessário manter um quadro permanente de professores habilitados para atender o número de escolas e de alunos.

Atualmente, como foi demonstrado ao longo do trabalho e da pesquisa realizada, Roraima já não sofre com a falta de professores habilitados para atuar na rede de escolas. A quantidade de cursos de licenciatura ofertados na capital e interior supre as necessidades de docentes nas várias disciplinas das séries finais dos ensinos fundamental e médio.

O concurso público para preenchimento de vagas também é uma reivindicação presente em todos os movimentos grevistas ocorridos no Estado. Demonstra que a falta de professores não é pela falta de profissionais habilitados.

Em 2013 foram oferecidas em processo seletivo simplificado 625 vagas

para professor na zona rural e urbana de Boa Vista. Era uma seleção para contrato temporário, para professores da Educação Básica, o que só vem comprovar a falta de professores na rede pública estadual de ensino. As vagas e remunerações comprovam também a desvalorização do profissional em educação, com salários considerados muito baixos.

A Tabela 39 apresenta, sem especificar as vagas por disciplina, o problema da falta de professores habilitados. Os salários são muito baixos e o processo seletivo simplificado é feito pela análise de currículo. No fim do ano os contratos se encerram, gerando a rotatividade de professores porque no ano seguinte outro processo seletivo deve ser feito para mais uma vez renovar o contrato.

Tabela 39 – Processo seletivo simplificado para professor da rede estadual de ensino - 2013

Disciplinas/nível de ensino	Carga Horária/salário/ Titulação	Local/ número de vagas
Biologia, Ciências, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa, Matemática, Química Sociologia para atura nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio	25 horas semanais – para um salário de R\$ 2.031, 17 – professores com licenciatura plena	Zona urbana de Boa Vista 279 vagas distribuídas para cada área
Biologia, Ciências, Educação Física, Física, Geografia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa, Matemática, Química Sociologia para atura nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio	25 horas semanais – para um salário de R\$ 1. 598,63 – professores com licenciatura plena	Zona rural de Boa Vista 346 vagas
No caso de as vagas não serem preenchidas serão admitidos professores que estejam cursando licenciatura a partir do quarto semestre nessas áreas do edital	25 horas semanais – para um salário de R\$ 2.031, 17 – professores cursando nível superior a partir do quarto semestre	Zona rural e urbana

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DE RORAIMA (2013).

Há a necessidade premente de concurso para professores, pois os

contratos temporários não resolvem o problema da falta de professor. Existe a promessa da atual gestão de governo de que no início de 2016 sairia o edital de concurso público para 711 vagas, o que ainda não se confirmou, portanto, o problema persiste. A valorização do professor fica sempre para o futuro. Há o risco, em Roraima, de os professores da rede pública de ensino voltarem a paralisar novamente as atividades se o governo local não cumprir totalmente o acordo feito com o sindicato da categoria. A desconfiança é muito grande por parte dos professores.

Entendendo que a melhoria da qualidade de ensino só é possível com um quadro permanente de professores capacitados e com boas condições de trabalho, com material didático disponível, com laboratórios e bibliotecas bem aparelhados, com a valorização do professor, com infraestrutura nas escolas. Enfim, problemas que são comuns nos demais sistemas de ensino pelo Brasil e que causam desconforto e descontentamento de professores, alunos e defensores de uma ensino público de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Roraima fica no norte do Brasil, mais especificamente na Amazônia Setentrional. Nos primeiros anos, após sua criação, era formado por dois municípios, Boa Vista e Caracaraí e o acesso a eles era muito difícil, não havia estradas. Para se chegar a essa região o alcance era feito por via aérea, pelo rio era muito difícil. As primeiras expedições que chegaram de barco passaram meses enfrentando dificuldades próprias da geografia da região, além dos problemas em estabelecer contatos com as muitas comunidades indígenas.

A expedição de Hamilton Rice, que passou por Boa Vista entre 1924 e 1925, contou com uma grande equipe, uma de barco e outra de hidroavião e desse modo pôde abastecer a expedição. Fez o contato com povos indígenas da região. Muitas fotos apresentadas nesta pesquisa são do acervo dessa expedição, o que ajudou a compreender um pouco do contexto de Roraima daquela época e as suas dificuldades para a instalação e funcionamento de escolas.

Em Roraima, desde as primeiras iniciativas, em 1890, até a criação da Divisão de Ensino, em 1945, sempre foi muito difícil criar escolas e conseguir professores habilitados para atuar nesta parte da Amazônia. Além do acesso difícil, o magistério não era uma atividade muito atrativa. A partir de 1945, professores de outras regiões são levados para o Território, escolas são criadas e a oferta da educação básica é ampliada. Outra etapa desse processo tem início com a capacitação de professores, a aquisição de material didático, material de expediente para funcionamento da Divisão de Ensino e das secretarias das escolas, a aquisição dos mobiliários também era uma grande dificuldade do Território.

Essa trajetória do ensino recebe, a partir da década de 1990, outro impulso. As políticas de formação de professores, os recursos do FUNDEF, iniciativas do governo de Roraima de trazer instituições de outros estados para formar professores e a criação da UFFR e da UERR ampliam as possibilidades educacionais no Estado.

Os dados apresentados nesta pesquisa permitem afirmar que houve avanços e melhorias na oferta de educação, mas persistem questões relacionadas à qualidade, porém não é possível mensurar a qualidade somente

por esses dados. As políticas de formação de professores atenuaram um velho problema, que era a falta de docentes habilitados no Estado;no entanto, esses profissionais ainda não têm condições de formação e atualização constante. Sendo o conhecimento um processo dinâmico, os professores precisam acompanhar esses avanços e se apropriar das novas tecnologias.Ainda falta muita vontade política do poder público local para ampliar os investimentos em educação. Não se pode esquecer que o governo de Roraima foi um dos Estados que entrou na justiça contra o Piso Salarial Nacional, o que indicacomo é tratado o ensino público no Estado.

A rede de ensino como um todo cresceu bastante: o IFRR criou três unidades fora da capital, em Amajari, Caracaraí e Bonfim;a UFRR também cresceu bastante, inclusive com o surgimento de instituições particulares, conforme o foi mostradoao longo da tese. A criação do Camous do Paricarana (daUFRR), com prédios modernos, ampliação de salas de aulas e laboratórios, novos cursos, enfim, outra realidade. Instituições como a Universidade Estadual de Roraima e instituições particulares que se instalaram no Estado permitiram maior oferta de ensino superior, e nos cursos de licenciaturas, a demanda de alunos por vagas já aparece bastante reduzida, por conta do crescimento de oferta de cursos EaD e presencial da iniciativa privada e também pela desvalorização da carreira do magistério.

A oferta de cursos para formar professores não resolve todas as questões. Ao longo da pesquisa foi possível mostrar vários problemas. Greves têm ocorrido no Estado, demonstrando tanto a insatisfação de professores e alunos quanto a precariedade do sistema educacional local. Mesmo com todos os avanços e dados positivos apresentados nesta pesquisa, isso por si só não garante a aprendizagem dos alunos.

No ensino médio os números caem quase pela metade em relação às matrículas do ensino fundamental. Seria necessário um estudo específico para entender essa queda, mas é preciso melhorar o número de matrícula do ensino médio com relação ao ensino fundamentalde.e a melhoria da qualidade do ensino. A oferta de ensino superior avançou bastante e atualmente o Estado de Roraima não padece da falta de profissionais para atuar na rede de escolas,embora persistam a insatisfação em relação a uma política sólida de

valorização docente.

O mapeamento das iniciativas de educação básica e superior, incluindo as políticas de formação de professores, foi dificultado pela falta de registros. Mesmo assim, a pesquisa resgatou informações importantes sobre o ensino nessa parte da Amazônia, questões como as primeiras escolas, os primeiros educadores, pessoas que se aventuraram na profissão docente numa região inóspita permitiram resgatar parte da história do ensino nesta região.

Na década de 1990, a criação da UFRR e da UERR modifica a situação de formação dos professores no estado. O sistema de ensino cresce e ocorre a interiorização do ensino superior com a oferta de cursos de licenciaturas..

Os dados gerais, apresentados ao longo da pesquisa, permitem mostrar como se encontra o ensino em Roraima e as políticas educacionais implantadas, especificamente a de formação de professores.

A proposta da tese era fazer o resgate histórico e o mapeamento da situação educacional nesta parte da Amazônia, especificamente quanto ao problema da formação de professores. E isso foi nosso objetivo, embora o melhor trabalho, a melhor pesquisa é sempre a próxima, portanto, sempre há algo a melhorar.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Sérgio Covello. **Memórias de um Marco Pólo brasileiro**. São Paulo: Livrus, 2013.

AULA inaugural do curso de administradores e supervisores escolares. **Jornal BoaVista**, Boa Vista, 10 set. 1977. Geral, p. 7.

BARBOSA, Major José Maria. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Rio Branco, apresentando ao Presidente da República Juscelino Kubstschek**. Território Federal do Rio Branco. Gabinete do Governador, 1958.

BESERRA NETA, Luíza Câmara; NASCIMENTO, Teresa Kátia Alves do. Do pioneirismo à história: prof. Diomedes Pinto Souto Maior. **Revista Texto & Debates**, UFRR, v. 1, n. 6, p. 42-54, 2000.

BRASIL. **Censo do Ensino Superior**. MEC/INEPE, 2010.

_____. **Censo Escolar**. MEC/INEP, 2011.

_____. **Lei 8.670**, de 30 de junho de 1993.

_____. **Lei 11.892**, de 29 de dezembro de 2008.

_____. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. MEC, 1998.

_____. **Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEB**. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena**. Brasília/DF: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.

_____. **Educação para Todos: avaliação da Década**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2000.

_____. **Educação para Todos: Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2013.

CAMPOS, Hélio da Costa Campos. **Exposição feita aos alunos da Escola Superior de Guerra**. Roraima, ago. 1971.

CONVÊNIO capacita professores do interior do Território. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 25 junho de 1975. Geral, p. 9.

CORRALES, Javier. **Aspectos políticos na implementação das reformas**

educacionais. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe, PREAL, 2000.

CAVALCANTI, Araújo. **Planejamento Regional: regional e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR (CPV). Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1990.

_____. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1993.

_____. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1994.

_____. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1995.

_____. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1999.

COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS (CPP). Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2012.

COSTA, Clóvis Nova da. **O vale do Rio Branco: suas realidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

DEPARTAMENTO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (DEG). Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1995

DINIZ, A. M.; SANTOS, R. O. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos sócio ambientais. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 23-44, 2º semestre, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **Introdução ao planejamento municipal**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 127p.

Em dezembro novo vestibular por extensão universitária. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 3 de novembro de 1973, Geral, p. 3.

Estudantes roraimenses recebem auxílio governamental. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 24 maio de 1975, Geral, p. 1.

FIGUEIREDO, Rui. UFRR oferece vagas para professores. **Jornal O Estado de Roraima**, Boa Vista, 23 de janeiro de 1991, Geral, p. 3.

A formatura das primeiras turmas da Faculdade de Férias. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 15 de novembro de 1975, Geral, p. 3.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. 4. ed. Manaus: Grafima, 1996.

_____. **A história política e administrativa de Roraima de 1943-1985.** Manaus: Calderaro, 1993.

GONDIM, Feutmann. Relação dos aprovados no vestibular 93.2. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 7de setembro de1993, Cidade, p. 5.

_____. Medicina é o curso mais procurado na UFRR. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 25de dezembro de1993, Cidade, p. 7.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. CENDAP. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal na Sessão de 17/10/1927, pelo prefeito Jayme Marcos Brasil.** Manaus: Palácio Real, 1927.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima: **Plano Plurianual/2012-2015.** Boa Vista, 2011.

_____. **Lei Complementar nº 91** Lei Complementar nº 91 de 10 de novembro de 2005.

_____. **Decreto nº 11**,24 de março de 1977.

_____. **Decreto nº 4.347**,de agosto de 2001.

_____. **Parecer CTE/RR 26**, 21 de dezembro de 1989.

_____. **Resolução nº 01/2004**, do CEE/RR.

_____. AIMA. **Resolução nº 56/2003** do CEE/RR.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914.** São Paulo: Paz e Terra. 1917.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico do Amazonas**, 1920.

_____. **Censo Demográfico do Amazonas**, 1940.

_____. **Censo Demográfico do Território Federal do Rio Branco**, 1950.

_____. **Censo Demográfico do Território Federal do Rio Branco**, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo DemográficodeRoraima**, 2011.

_____. **Censo Demográfico deRoraima**, 1991.

_____. **Censo Demográfico deRoraima**, 2011.

_____. **Censo Demográfico de Roraima**, 1980.

JORGE, G.; ANTONINI, E. Articulações e tensões na tutoria em cursos de EaD: o curso de Pedagogia do CEAD/UFOP. **Vertentes**, São João Del Rei, UFSJ, v. 19, n. 1, p. 129-140, jan./jun. 2011.

JORNAL DO RIO BRANCO. Ano II, n. 2. **Boa Vista do Rio Branco**, set./nov. 1916.

_____. Ano II. n. 3. **Boa Vista do Rio Branco**, set./nov. 1917.

LEITE SOBRINHO, José. Informações sobre a educação em Roraima. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 17 abril de 1982, Geral, p.2-3.

LIMA, Adelcina de Azevedo. **Gênero e docência: trajetórias de saberes e poderes nas relações cotidianas em Boa Vista (1950/1990)**. 2005. f. Monografia (Especialização em História Regional) - Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista: um olhar a partir da fotografia**. 2011. 113 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

LUNA, Dom Joaquim G. de. **Os moços beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.

MACEDO, Inês Rogêlia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de 40**. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

_____. **Agentes educacionais em Boa Vista/Roraima nos anos de 1945 e 1946** In: MAGALHÃES M.G.S.D; SOUZA C.M. **Roraima/Boa Vista: Temas sobre o regional e o local**. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2012.

MACMILLAN, G. **At the end of the rainbow? Gold, land and people in the Brazilian Amazon**. London: Earthscan Publication Ltda, 1995.

MAGALHÃES, Dorval. **Roraima, informações históricas**. Rio de Janeiro: Graphos, 1986.

MARTINS, Elisângela. **Memória do regime militar em Roraima**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MARTINS, Paulo Sena. **FUNDEB, federalismo e regime de colaboração**.

Campinas/SP: Universidade de Brasília; Autores Associados, 2011.

MEDINA, Anamaria Vaz Assis. Tarefas ou poder: o que descentralizar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p.45-47, fev. 1987.

MENDONÇA NETO, Theotônio Pereira de. **O governo Hélio da Costa Campos (1970-1974). Cooptação e poder no Território Federal de Roraima**. 61 f. Monografia (Conclusão do Curso de Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, 2011.

MIOTTO, Gaspar. Curso de Pedagogia da UFSM forma 48 professores em Roraima. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 24 jul. 1981, Geral, p. 20.

MORAES, Raquel de Almeida. O proformação e seu modelo de educação a distância. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n .44, p. 262-274, dez. 2011.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NENTWIG, B. C.; SILVA, S. B.M.; SILVA, M. P. Rede urbana e educação em Roraima. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano. X, n. 18,p. 5-14, dez. 2008.

OLIVEIRA, João Chrysóstomo. **Dois lances históricos**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1986.

OURIQUE, Jacques. **O Vale do Rio Branco: Estado do Amazonas**. Edição Especial, 1906.

_____. Escola de 2º Grau Gonçalves Dias diploma turma de Contabilidade e Administração. **Jornal Boa Vista**, 22 dez. 1978. Geral, p. 7.

_____.; OLIVEIRA, Fernando Romeu de; SOUZA, Sirlei Galupo. Governo recupera casas dos estudantes roraimenses em Manaus. **Jornal Boa Vista**, 7 abr., 1978, Geral, p. 7.

PROFESSORES colarão grau dia 1º de dezembro. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 27 de novembro de 1973, Geral, p. 7.

PURCENO, Sônia da. **Entre a vontade e o poder: vida pedagógica, silêncio e criação do sujeito (“Professorinhas” de Boa Vista-RR)**, 1999. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

RABELO, Jackeline; SEGUNDO Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, ano 7, n. 9, 2009.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981.

RHEINHEIMER, Adriana de Freitas. **Política de formação contínua de professores: a descontinuidade das ações e as possíveis contribuições**. Grupo de Trabalho Formação de Professores, n. 8, UNIVALI, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. **Associação Brasileira dos Municípios**. Rio de Janeiro: ano XVII, n. 65/66, 117 p, jan./jun. 1964.

REVISTA PANORAMA HISTÓRICO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Boa Vista: **Edição comemorativa do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil**, dez. 2009. 40 p.

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na guianabrasileira**. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978.

SANTOS, Marlene Schlup. **O professor e sua formação: a influência da Universidade Federal de Roraima na qualificação dos professores do ensino básico**. 1998. Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Supervisão Escolar) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. **Educação Especial em Roraima: história, política e memória**. 2013. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, Paulo Rogério Freitas. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. **Revista Acta Geográfica da UFRR**. Boa Vista, ano II, n. 5, p. 63-71, jan./jun. 2009.

_____. Dinâmica territorial urbana em Roraima. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Sidnei Mendes da. Professores leigos devem se habilitar. **Jornal O Roraima**, O Diário Roraimense, Boa Vista, 1º de abril de 1986, Geral, p. 5.

SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 1988. (Série Antropologia).

SIQUEIRA, N. V.; LINCOLN JR. E.; SANTOS, R.M.R. A trajetória do ensino superior em Roraima. **Pesquisa e Debate**, Boa Vista, edição n.11, v. 6, n. 2, p.2-21, jul./dez. 2009.

SOUZA, Antônio Ferreira de. Roraima: fatos e lendas. **Roraima em Revista**. 1979.

SOUZA, Antônio Klinger de. O Rio Branco no início do século XX. Fronteiras do Tempo. **Revista de Estudos Amazônicos**, Belém, v. I, n. 2, p. 105-128, dez.

2011.

TARCITANO, Sandra Regina. Formatura dos professores de Educação Física. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 18 nov.1981, Geral, p. 11.

VASCONCELOS, André dos Santos. Diocese de Roraima: a participação da igreja No processo de organização dos povos indígenas do estado. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 53-64, dez. 1996.

VASCONCELOS, S. Memória. Turma do GEC faz 40 anos de formatura. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 31 de dezembro de 2007, Cidades, p.9.

ANEXOS



Jollo Capristano da Silva Mota,
Primeiro Prefeito de Boa Vista — 1890



Igreja matriz de Boa Vista, em 1905



Av. Jaime Brasil no centro de Boa Vista, em 1924



Escola Lobo D'Almada na década de 1950



À direita, residências típicas de Boa Vista, na década de 1940



Foto de uma aluna do Curso Normal com uniforme da Escola Normal Monteiro Lobato (setembro de 1966). Ao lado, o ex-governador do Território, Cap. Clovis N. da Costa (O ÁTOMO, mar.1954)

O ÁTOMO

A Escola só tem o professor e alunos
— Falta todo o material, inclusive livros e carteiras —

Colaborando com o extraordinário Progresso riobranquense surgiu a
Rio Branco Comercial, Ltda.
Prédio Próprio e Moderno. Onde Está Instalado o
POSTO ESSO
— de Serviço e Lubrificação —

Importação, Exportação, Navegação a Motor, Agentes Distribuidores dos Produtos "Esso" da Standard Oil Co. Of. Brasil, uma Tradição em Produtos de Petróleo e Acessórios para Autos, Proprietários dos Barcos a Motor "Peri" e "Guarani II" de Navegação entre Manaus e Boa Vista. Agentes Distribuidores dos Produtos Brasília Matriz: Manaus Amazonas Filial: — Avenida Getúlio Vargas, 57 — Boa Vista — T. F. do Rio Branco.

Bar Comercial
— ANTONIO MACELARO —
Bebidas geladas—Refrescos Charutaria—Cigarros
ESTIVAS E MIUDEZAS

ARGENTINO GUIMARÃES
COMPRA Diamantes - semi-preciosos
Cristais de rocha
Andaraí
Estado da Baía
Boa Vista
Ter. F. do Rio Branco

JOSÉ Augusto

Poderá acabar
a perigosa política d

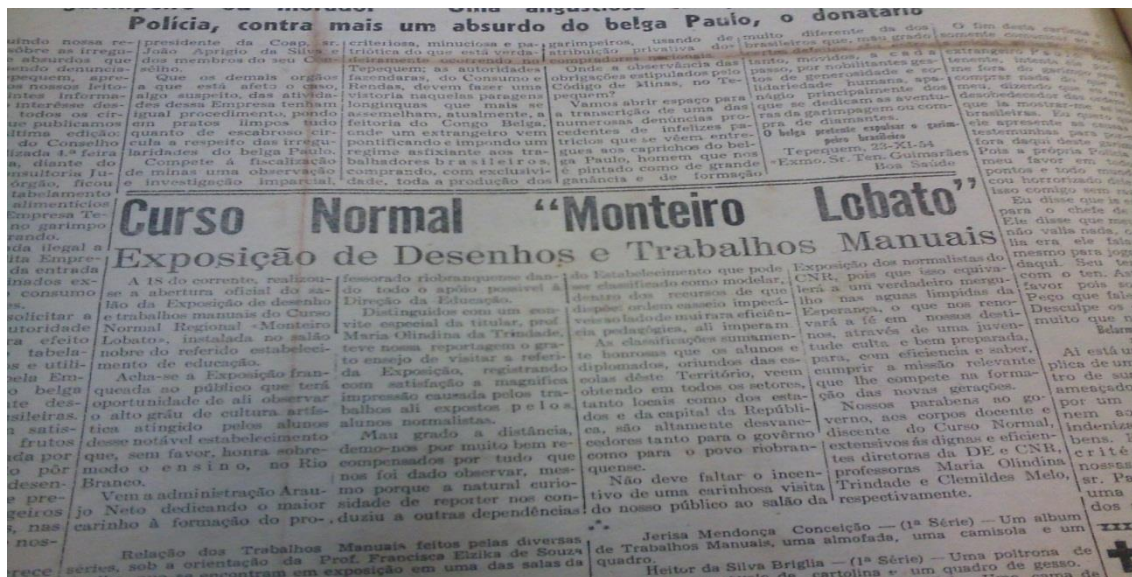
Reconhecendo sempre o perigo que esse sistema econômico esquisito representa para a manutenção dos atuais limites deste Território, o que fornecerá seria argumentação contra a incapacidade do sistema administrativo territorial, temos, várias vezes, das colunas deste jornal e sempre que se nos oferece oportunidade para exposições verbais ante os

Agência

LEÃO
Apresenta seus contos e poemas de sua autoria que continua lutando

Tecidos, Armarinhos, Louças, etc. — Rio

Notícia sobre as condições de escola de Boa Vista (O ÁTOMO, out. 1952)



Exposição de trabalhos na Escola Normal Monteiro Lobato (O ÁTOMO, nov. 1954)



Escola rural em construção com auxílio financeiro do INEP. Na foto, em primeiro plano, aparece a escola e, ao fundo, parte de outra sendo construída (1948)



Uma das velhas casas existentes nas ruas principais da capital do Território Federal do Rio Branco, em contraste, ao fundo, com a residência governamental, adquirida em 1947



A fachada da residência do governador. Antes de ser adquirida não havia em Boa Vista uma habitação digna para moradia da sua família. O governador ficava alojado em um dos quartos do convento dos monges beneditinos, por isso os governadores não traziam família nem servidores para atuar na administração do território. A figura anterior mostra uma velha casa ao lado desse casarão, no centro da cidade, registrando o contraste



A imagem à esquerda destaca a inauguração da Escola Ana Libória, no bairro Mecejana, em abril de 1975 (Jornal Boa Vista). À direita, flagrante da posse do novo diretor do Campus Avançado da UFSM (JORNAL BOA VISTA, nov. 1975)



Centro de Estudos Supletivos de Boa Vista (JORNAL BOA VISTA, out. 1975)



Além dos cursos de licenciatura, a UFSM também ofereceu cursos de bacharelado (Jornal Boa Vista, dez. 1975)

Boa Vista, assim -
fanda háve a discre-
pência, na qual, en-
tretanto, reside o
cerne do regime demo-
crático.

na vitória da primei-
ra vitória, a tale -
rância, "Uma nasce da
outra - diz a mesen-
ga, e completam, as

nada perder com
formulando votos de
que as Sessões do
Planário do Legisla-

foi um
tem divergência com o sr. Riquelme

Universidade do Amazonas realizará Vestibular em Roraima

O Presidente da Comissão do Vestibular da Universidade do Amazonas, Professor Garcitylzo do Lago e Silva esteve na quarta-feira nesta Capital, para tratar da realização dos exames vestibulares daquela Universidade no Território de Roraima.

Na semana passada o Governador Fernando Ramos Pereira encaminhara expediente a Reitoria daquela entidade, solicitando que a Universidade do Amazonas, estendesse seu concurso vestibular até este Território, onde há mais de três centenas de estudantes em condições de tentar o acesso à Universidade.

Justifica o Governador, com base nos



O Prof. GARCITYLZO

estudos feitos pela Secretaria de Educação e Cultura, que anualmente, dezenas de estudantes roraimenses ficam sem fazer o vestibular, em face das dificuldades no deslocamento para a cidade de Manaus.

O professor Garcitylzo em Boa Vista, examinou com o Professor Aldo Gomes da Costa, Secretário de

Educação, os detalhes iniciais para o planejamento do trabalho e tomou ciência da sondagem de interesse que a SEC realizou na semana passada, quando 501 pessoas manifestaram seus interesses em participarem dos exames. Esta sondagem, acentuou o Secretário, serviu apenas para que a U. A. e a SEC calculassem o número aproximado de candidatos, o que importa dizer que os que deixaram de fazer sua manifestação não estarão fora do concurso.

Falando com o Governador, o Presidente da Comissão do Vestibular da U. A. reafirmou o interesse daquela Universidade em estender seu atendimento ao Território de Roraima, colaborando assim com a administração de suas grandes realizações, inclusive também que em outubro ou setembro de 1978, estará para receber as inscrições dos vestibulares.

Uma proposta do Secretário Aldo Gomes da Costa, em nome da Universidade do Amazonas, foi levada pelo Professor Garcitylzo ao Conselho daquela Universidade para a implantação de um núcleo de ensino daquela entidade em Roraima. A proposta, bem como a administração de suas grandes realizações, inclusive também que em outubro ou setembro de 1978, estará para receber as inscrições dos vestibulares.

UFAM oferecendo vagas em Roraima (Jornal Boa Vista, abr.1978)



Colégio Agrícola, onde mais de uma centena de jovens recebem a instrução necessária a uma formação profissional adequada à necessidade de especialização dentro da vocação agropecuária de Roraima.

Construção da primeira escola Agrotécnica de Roraima (atual Eagro) no início dos anos de 1980



Alunos reivindicam na Assembleia Legislativa de Roraima o retorno de professor de matemática afastado por questões políticas (professor Aramurú Borges) (O ESTADO DE RORAIMA, abr.1991)



Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista —em 2007



Faculdades Cathedral(2014)



Estacionamento da UERR (2014)



UNIVIRR (2014)



Uma das fachadas da Faculdade Atual

da Amazônia (2014)



Centro de Educação/UFRR – onde funcionam os cursos de Pedagogia, Psicologia e Educação do Campo



Formandos de Pedagogia (FARES214)



Centro Amazônico de Fronteiras (CAF) – Auditório com 1200 lugares (UFRR, 2014)



Duas imagens da Orla Taumanan-- pontos turísticos de Boa Vista (2013)



Orla Taumanan à noite (2014)



Visão panorâmica da campus da UFRR (2001)



Visão Panorâmica da UFRR (2013)



Escola Estadual Osvaldo Cruz, em Boa Vista (2015) Escola Estadual Luiz Hitler de Lucena, em Boa Vista (2012)



Escola Estadual Ayrton Sena (2013) Escola Municipal Centenário, em Boa Vista (2014)



Shopping em Roraima (2015)



Escola Municipal Maria de Fátima, em Boa Vista (2015)



Palácio da Cultura NeneMacaggi. Auditório e biblioteca pública funcionam nesse prédio, além de acervos de documentos (Boa Vista, 2015)



UNIVIRR (2015) Escola Municipal Arcos Iris, em Boa Vista (2014)



Entrada do Colégio de Aplicação da UFRR, ao lado sua logomarca (2013)



Escola municipal de Boa Vista (2014)



Entrada da Universidade Federal de Roraima (UFRR)



Prédio do SENAI, de Roraima (2015)



Centro de Ensino Profissionalizante Antônio Pinho (Boa Vista, 2015)

